

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**As Estratégias de Conservação da Biodiversidade na Chapada dos
Veadeiros: Conflitos e Oportunidades.**

Álan Gonçalves Barbosa

Orientador: Prof. Dr. José Luiz de Andrade Franco

Dissertação de Mestrado

Brasília-D.F., maio / 2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**As Estratégias de Conservação da Biodiversidade na Chapada dos
Veadeiros: Conflitos e Oportunidades.**

Álan Gonçalves Barbosa

Dissertação de Mestrado submetido ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental, opção profissionalizante.

Aprovado por:

José Luiz de Andrade Franco, Doutor (CDS/UnB)
(Orientador)

José Augusto Drummond, Doutor (CDS/UnB)
(Examinador Interno)

Márcia Dieguez Leuzinger, Doutora (UniCEUB)
(Examinadora Externa)

Brasília-DF, maio / 2008

Barbosa, Alan Gonçalves

As Estratégias de Conservação da Biodiversidade na Chapada dos Veadeiros: Conflitos e Oportunidades. / Alan Gonçalves Barbosa. Brasília, 2008.

117 p.: il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável,
Universidade de Brasília, Brasília.

1. Biodiversidade – Conservação – Cerrado I. Universidade de Brasília. CDS

II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Alan Gonçalves Barbosa

DEDICATÓRIA

Para Samuel e João Vítor, os presentes que
alimentam os meus sonhos de futuro.

AGRADECIMENTOS

Sobre todas as coisas, a Deus, o criador e sustentador da vida
e de tudo o que há;
Aos meus queridos pais, pelo apoio e incentivo incondicionais, e
exemplo de compromisso e gratidão pela vida;
Aos irmãos e amigos, pelo companheirismo e incentivo para
superar meus limites pessoais;
A todos os que, de alguma forma, não me deixaram desistir e me
impulsionaram na realização deste sonho;
A todos vocês a minha sincera gratidão e carinho
do fundo do coração.

RESUMO

O estabelecimento de áreas protegidas é uma das principais estratégias para a conservação da biodiversidade. O Cerrado brasileiro, a savana de maior biodiversidade do planeta, tem sido objeto de ações públicas e particulares visando à conservação desta preciosa diversidade biológica através de áreas protegidas. Entre as regiões de especial interesse para a conservação da biodiversidade do Cerrado encontra-se a Chapada dos Veadeiros, localizada na região nordeste do Estado de Goiás.

O presente trabalho apresenta o espaço da Chapada através da caracterização do bioma na qual ela está inserida, o processo histórico do uso dos seus recursos naturais através de uma breve história ambiental, e as estratégias de conservação da biodiversidade da região: o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto, a rede de Reservas Particulares da região, e as propostas locais de conservação da biodiversidade.

São analisados, por fim, a busca do aprimoramento destas estratégias, seguindo propostas discutidas e implantadas mundialmente, como os modelos de gestão biorregional, que tomam forma na figura da Reserva da Biosfera do Cerrado – fase II e do Corredor Ecológico Paranã-Pirineus. Este modelo busca integrar a gestão das diversas áreas protegidas de uma região e enfatizar a participação comunitária.

Este processo tem produzido diversos conflitos, imposto desafios a serem superados na relação de parceria entre os órgãos públicos e as populações locais, e proporcionadas preciosas oportunidades para o estabelecimento de um desenvolvimento regional diferenciado, nas bases do desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The establishment of protected areas is one of the main strategies for biodiversity conservation. The Brazilian Cerrado, the most biodiversity savanna of the planet, has been object of public and private action for the conservation of this precious biological diversity by protected areas. The Chapada dos Veadeiros, in the northeast of Goiás state, is one of the regions of especial interests for biodiversity conservation.

This work presents the Cerrado characteristics, where Chapada dos Veadeiros is located, the historical process of the use of its natural resources, and the protected areas of this region. The improvement of those strategies is proposed by bioregional management models, as biosphere reserve and ecological corridor.

This process has produced conflicts, some challengers, and precious opportunities for the establishment of a sustainable development in the region

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Paisagem da Chapada dos Veadeiros e sua vegetação savânica.....	16
Figura 2: Placa informativa localizada na entrada do PNCV.....	43
Figura 3: Área englobada pela APA PA, próxima à cidade de Alto Paraíso de Goiás.....	71
Figura 4: Cidade de Alto Paraíso de Goiás, tendo ao fundo a Serra das Cobras, no PNCV..	85
Figura 5: Placa de sinalização da RESBIO, à margem da GO-118, próximo à cidade de Alto Paraíso de Goiás	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Fitofisionomias do bioma Cerrado	18
Tabela 2: As RPPNs da Chapada dos Veadeiros	81

LISTA DE ABREVIATURAS

ACTP – Associação Cidadania, Transparência e Participação
ACVCV – Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros
AGMA – Agência Goiana de Meio Ambiente
APP – Área de Preservação Permanente
APA – Área de Proteção Ambiental
APA PA – Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
CDB – Convenção da Diversidade Biológica
CEMAM – Conselho Estadual do Meio Ambiente
CENARGEM - Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnologia
CEPP – Corredor Ecológico Paranã-Pirineus
CF – Constituição Federal
CI – Conservação Internacional
COBRAMaB – Comissão Brasileira para o programa O Homem e a Biosfera
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONPARQUE – Conselho Consultivo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
CV – Chapada dos Veadeiros
DIREC – Diretoria de Ecossistemas
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETEP – Espaços Territoriais Especialmente Protegidos
FUNATURA – Fundação Pró-Natureza
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IGPA - Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia
INDUR – Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional
JICA – Agência de Cooperação Internacional do Japão
MAB – Programa o Homem e a Biosfera
MMA – Ministério do Meio Ambiente
OCA Brasil – Oficina de Ciências e Artes
ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PDIAP – Plano de Desenvolvimento Integrado de Alto Paraíso de Goiás

PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PNCV – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Cerrado

PRODECER – Programa Cooperativo Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado

RESBIO – Reserva da Biosfera

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

RPPN MAP – Reserva Particular do Patrimônio Natural do Município de Alto Paraíso

SEMARH/GO – Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás

SEPLAN/GO – Secretaria de Planejamento de Goiás

SERVITUR – Associação dos Prestadores de Serviços Turísticos da Chapada dos Veadeiros

SEUC – Sistema Estadual de Unidades de Conservação

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

STF – Supremo Tribunal Federal

TSN – Transmissora Sudeste Nordeste

UC – Unidade de Conservação

UHE – Usina Hidroelétrica

UNB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WWF – Fundo Mundial para a Natureza

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	05
LISTA DE TABELAS.....	06
LISTA DE ABREVIATURAS	07
INTRODUÇÃO	12
1. ASPECTOS FÍSICOS E A OCUPAÇÃO HUMANA DA CHAPADA DOS VEADEIROS.....	16
1.1 Bioma Cerrado:o espaço da Chapada dos Veadeiros.....	16
1.2 Localização e caracterização da Chapada dos Veadeiros.....	21
1.2.1 os municípios.....	21
1.2.2 a paisagem.....	22
1.2.3 a caracterização física.....	22
1.2.4 o clima	24
1.2.5 a vegetação	25
1.2.6 a fauna.....	25
1.3 A ocupação da Chapada dos Veadeiros	26
1.3.1 os primórdios	26
1.3.2 o povoamento	27
1.3.3 a historiografia	30
1.3.4 o uso dos recursos naturais	31
1.3.5 a chegada do progresso	33
1.4 Os fundamentos da conservação da biodiversidade	36
1.5 As estratégias de conservação da biodiversidade	38
1.6 Conflitos e oportunidades	40
2. O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS	43
2.1 Histórico	43
2.2 A situação atual do PNCV.....	53
2.2.1 atrativos naturais	53
2.2.1 a infra-estrutura.....	55
2.2.3 os recurso humanos	56

2.2.4 a gestão participativa	56
2.2.5 os instrumentos de planejamento	57
2.3 Cumprindo o seu propósito	58
2.3.1 uma análise de sua efetividade	59
2.4 As principais ameaças	62
2.4.1 das ameaças às oportunidades	63
2.5 O caso da Vila de São Jorge	63
2.6 Uma proposta a ser considerada	66
2.7 O aprimoramento da estratégia original	67
3 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL DA CHAPADA DOS VEADEIROS E AS INICIATIVAS MUNICIPAIS	69
3.1 A APA estadual do Pouso Alto.....	69
3.1.1 caracterização da unidade	69
3.1.2 estudos prévios	70
3.1.3 o processo de criação e implantação da APA PA.....	72
3.1.4 questionamentos e conflitos	73
3.1.5 a gestão da APA	75
3.2 As Reservas Particulares do Patrimônio Natural	77
3.2.1 a história das RPPNs	78
3.2.2 a criação de RPPNs	79
3.2.3 questionamentos	79
3.2.4 o propósito de uma RPPN	80
3.2.5 As RPPNs da Chapada dos Veadeiros	81
3.2.6 orientações oficiais	82
3.2.7 a gestão de uma RPPN	83
3.3. As iniciativas municipais.....	85
3.4 O estudo de caso de Alto Paraíso de Goiás	87
4. AS PROPOSTAS DE GESTÃO INTEGRADA DAS UCs DA CHAPADA DOS VEADEIROS	93
4.1 As Reservas da Biosfera	93
4.2 A Reserva da Biosfera do Cerrado – fase II	97
4.3 O Corredor Ecológico Paranã-Pirineus	100

CONCLUSÃO	104
FONTES	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
ANEXOS	117

INTRODUÇÃO

O estabelecimento de áreas protegidas na Chapada dos Veadeiros é uma ação fundamental para a preservação de paisagens de especial beleza cênica e a manutenção da biodiversidade do cerrado de altitude, além de proporcionar lazer, recreação, e oferecer um enorme potencial de estudos científicos, e proporcionar oportunidades diferenciadas de desenvolvimento, a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável. Estas estratégias delimitam determinada área territorial e estabelecem, nesta área e no seu entorno, limitações ao uso da terra e dos seus recursos naturais.

Estabelecer estratégias para a conservação da biodiversidade tem se mostrado uma urgência em todos os biomas brasileiros. Existe consistente fundamentação teórica para embasar as ações que visam essa finalidade e diversas estratégias são hoje consideradas. O estabelecimento de áreas protegidas é, atualmente, em grande parte do mundo, considerado o principal instrumento para a conservação da biodiversidade.

Apesar de se constituírem em importantes e preponderantes estratégias de conservação da biodiversidade, as Unidades de Conservação (UCs) estão longe de se converterem em uma solução suficiente. Além das UCs, estabelecidas na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), existem as áreas que são contempladas por um termo mais abrangente, os Espaços Territoriais Especialmente Protegidos - ETEP. Toda área sobre a qual incida uma determinação legal para a sua proteção é um espaço desta categoria, que tem sua existência amparada na Constituição Federal, e cuja área só pode ser diminuída ou ser extinta através de lei. As unidades de conservação se incluem entre esses espaços especialmente protegidos, mas não os esgotam.

A Chapada dos Veadeiros tem sido alvo de diversas estratégias de conservação da biodiversidade por meio da criação, implementação e gestão de unidades de conservação e da implantação de outras áreas especialmente protegidas. Desafios e questionamentos tem sido parte integrante da realidade vivenciada por suas comunidades locais, que sofrem influências diretas e indiretas dessas áreas. A negociação e resolução dos conflitos são fundamentais para a superação dos desafios presentes e futuros nas ações voltadas para a conservação da biodiversidade.

A biodiversidade estende-se para além dos ramos da biologia, incluindo a dimensão humana da diversidade cultural. Essa dimensão humana se expressa por meio dos vários padrões de comportamento das sociedades humanas.

O entendimento sobre a conservação da biodiversidade foi ampliado e contextualizado a partir da perspectiva do Desenvolvimento Sustentável. Sob esta ótica foi elaborada uma abordagem do desenvolvimento que engloba cinco pilares: o social, o ambiental, o territorial, o econômico e o político. A inclusão da dimensão ambiental associada à dimensão social é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade, a solidariedade sincrônica, que diz respeito à atual geração, e a solidariedade diacrônica, que diz respeito às futuras gerações.

Este tipo de preocupação se refletiu no processo que resultou na Lei 9.985/00, que estabeleceu, em 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), definindo o ordenamento das UCs, agrupadas em duas categorias, unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável dos recursos naturais. A Lei prevê ainda outros instrumentos, como mosaicos de UCs, corredores ecológicos e reservas da biosfera.

Uma série de questões vem sendo enfrentada no processo de implementação do SNUC. São questões relacionadas, sobretudo, com a representatividade das amostras abarcadas pelas Unidades de Conservação, com o tamanho e a conectividade entre as áreas, e com o uso dos recursos naturais dentro e nas circunvizinhanças.

Outro grande desafio está relacionado com as dificuldades provocadas pelos problemas fundiários. Quem detém o domínio da terra e dos recursos naturais? O êxito na implantação e gestão de uma Unidade de Conservação está diretamente relacionado com o conhecimento e resolução dos conflitos fundiários que a envolvem. As políticas de conservação da biodiversidade devem priorizar a resolução dos conflitos de duplicidade de títulos, ocupações ilegais, apossamento de terras por populações tradicionais e outros relacionados com a questão fundiária.

A falta de pessoal suficiente para atender as demandas de gestão das unidades de conservação, e mesmo a capacitação do pessoal disponível, a falta de orçamento adequado, a ausência de bases institucionais sólidas, a excessiva influência política na condução das políticas ambientais, e a ausência de apoio das comunidades envolvidas são fatores que

contribuem para as unidades de conservação, mesmo implantadas oficialmente, não serem efetivamente implantadas para cumprir suas funções sócio-ambientais, conforme previsto na Constituição Federal, no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, em suas leis de criação, e demais legislações correlatas.

O crescimento da percepção da interconexão entre os vários níveis de diversidade biológica tem ampliado a percepção do desafio de sua conservação. Apesar de as áreas de conservação estarem passando por diversos questionamentos e significativas transformações de objetivos e gestão, a importância da conservação da biodiversidade tem aumentado.

Além de confirmar os desafios e os conflitos gerados pela implantação dessas estratégias de conservação da biodiversidade, é importante ressaltarmos as oportunidades de desenvolvimento diferenciado que são proporcionadas às comunidades da Chapada dos Veadeiros através dessas estratégias que precisam significar e serem vistas como suas estratégias para induzir seu desenvolvimento econômico, social e sua viabilidade ambiental, na realização progressiva do desenvolvimento sustentável regional.

O presente trabalho foi elaborado visando proporcionar uma visão conjunta das estratégias de conservação da biodiversidade, através de áreas especialmente protegidas, desenvolvidas na Chapada dos Veadeiros, analisar a complementaridade destas ou uma possível sobreposição de iniciativas, e suas conseqüências, e levantar conflitos e oportunidades decorrentes destas ações.

Em seu primeiro capítulo, o espaço da Chapada dos Veadeiros é apresentado através de uma caracterização do Cerrado e da região da Chapada dos Veadeiros como uma região nuclear o bioma. O processo de sua ocupação e identificação das atividades ali desenvolvidas é apresentado através de uma breve história da ocupação dos Cerrados e da Chapada dos Veadeiros.

No segundo capítulo é apresentado o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), uma unidade de proteção integral, conforme a caracterização do SNUC, a estratégia pioneira da região visando à conservação da biodiversidade local e o principal atrativo turístico regional, abordando sua história e situação atual e o estudo de caso da Vila de São Jorge.

O terceiro capítulo apresenta as unidades de uso sustentável presentes na Chapada dos Veadeiros, a Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto, uma iniciativa do Estado de Goiás, e diversas RPPNs, iniciativas particulares de conservação da natureza. Além desta categoria de unidades de conservação, o capítulo apresenta também as iniciativas locais de conservação da biodiversidade, onde são mostradas algumas das iniciativas tomadas pelos municípios da Chapada dos Veadeiros visando à conservação da sua biodiversidade. Estas iniciativas são apresentadas como complementares à estratégia pioneira de conservação da biodiversidade regional, o PNCV. São apresentados o histórico e a situação atual da APA do Pouso Alto e da rede de RPPNs, algumas iniciativas municipais relevantes, e um levantamento dos instrumentos de gestão ambiental do município de Alto Paraíso de Goiás.

O quarto capítulo apresenta a figura das Reservas da Biosfera, representada na região pela Reserva da Biosfera do Cerrado – fase II, e do Corredor Ecológico Paranã-Pirineus, e analisa a efetividade da proposta de integração das gestões das UCs na Chapada dos Veadeiros através destes modelos de gestão biorregional.

Por fim são apresentadas as conclusões, com análises sobre a efetividade das estratégias propostas para a Chapada dos Veadeiros e apresentadas propostas visando a sua efetividade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO I

Aspectos Físicos e Ocupação Humana da Chapada dos Veadeiros



Figura 1: Foto característica da Chapada dos Veadeiros e sua vegetação savânica (fotografado por Ion David)

1.1 - Bioma Cerrado: o espaço da Chapada dos Veadeiros

A Chapada dos Veadeiros localiza-se no Bioma Cerrado. Conhecê-lo, portanto, proporciona uma base para aprofundar o conhecimento sobre as estratégias de conservação da biodiversidade dos ecossistemas localizados em seus domínios na microrregião do nordeste de Goiás. O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, superado em extensão apenas pela Floresta Amazônica. Como área contínua, o Cerrado abrange os estados de Goiás, Tocantins e o Distrito Federal, e parte dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rondônia e São Paulo. Existem, ainda, enclaves de Cerrado na Amazônia, na Caatinga, na Mata Atlântica, e no Pantanal, testemunhos do dinâmico processo histórico de contração e expansão de suas áreas e das áreas dos demais biomas, em função de alterações climáticas (AGUIAR e CAMARGO, 2004, p.18). Esta mesma dinâmica na

definição da área do bioma do Cerrado é reafirmada por Ribeiro e Walter (1998). Estes autores entendem que a localização geográfica dos biomas é condicionada predominantemente pelos fatores climáticos. As incrustações ou ilhas, do bioma Cerrado em outros quatro biomas nos permitem perceber uma retração de sua área em função do avanço dos demais biomas.

Por sua localização no Planalto Central do Brasil, o bioma Cerrado tem uma importância estratégica, pois interliga quase todos os biomas brasileiros, com exceção dos pampas gaúchos e dos ecossistemas costeiros e marinhos. A sua área total é de aproximadamente 22% do território brasileiro, englobando mais de 2.000.000 km². O bioma Cerrado ocorre em altitudes que variam de 300m, como na baixada Cuiabana (MT), a mais de 1.600m, na Chapada dos Veadeiros (GO) (RIBEIRO e WALTER, 1998, p. 93).

O bioma Cerrado tem duas estações climáticas bem distintas, com um verão quente e úmido e um inverno seco. Tem uma precipitação média anual de 1.500mm, variando de 750 a 2.000mm. A estação chuvosa concentra-se entre os meses de outubro a março e a temperatura média do mês mais frio é superior a 18°C (RIBEIRO e WALTER, 1998, p. 89). Entretanto, ao sul do bioma e nos locais mais altos da região central, acima de 1200m de altitude, o clima se torna mais ameno, acentuando-se as baixas temperaturas no auge do inverno, entre os meses de junho e julho, como é o caso da Chapada dos Veadeiros - GO, a região objeto da nossa atenção e interesse.

Dentre as classes de solos com ocorrência no bioma Cerrado, os latossolos estão presentes em aproximadamente 46% do bioma. Latossolos são solos altamente intemperizados, resultantes da remoção de sílica e de bases trocáveis do perfil (Buol *et al.*, 1981; Resende *et al.*, 1995 APUD Reatto, Correia e Spera, 1998, p. 57). Um número significativo de outras classes de solos¹, em associação com fatores climáticos, permite a existência de grande diversidade de espécies vegetais no bioma Cerrado. Esta vegetação, em seus estratos gramíneo, arbustivo ou arbóreo, determina uma grande diversidade de ambientes e a riqueza de sua biodiversidade. É importante a advertência que estes autores fazem sobre a adequada visão que se deve ter do solo, que, segundo eles, deve ser encarado não como um recurso inerte, mas como um componente do ecossistema que abriga uma

¹ Para maiores detalhes sobre classes de solos do Cerrado, ver Reatto, Correia e Spera (1998).

infinitude de organismos necessários à sobrevivência do homem e de todo o planeta. (REATTO, CORREIA e SPERA, 1998, p. 83).

Cerrado é uma palavra de origem espanhola que significa fechado. Segundo Ribeiro e Walter (1998), este termo busca traduzir a característica geral da vegetação arbustivo-herbácea densa que ocorre na formação savânica brasileira. Segundo Felfili, Resende e Silva Júnior – Orgs. (2007), os cerrados são recobertos principalmente por florestas estacionais entremeadas por formações abertas e florestas úmidas de galerias (p.9). Visando realizar uma proposta de simplicidade e de utilidade prática para os trabalhos em comunidades, Ribeiro e Walter (1998) apresentam uma caracterização fisionômica da vegetação do bioma Cerrado, englobando três formações: as florestais, as savânicas e as campestres, apresentadas abaixo:

FITOFISIONOMIAS DO CERRADO		
FLORESTAIS	SAVÂNICAS	CAMPESTRES
Mata ciliar	Cerrado sentido restrito	Campo sujo
Mata de galeria	Parque de cerrado	Campo rupestre
Mata seca	Palmeiral	Campo limpo
Cerradão	Vereda	

Tabela 1: Fitofisionomias do bioma Cerrado, segundo Ribeiro e Walter (1998).

As formações florestais do Cerrado têm sua distribuição vinculada à hidrografia e aos solos. Assim as florestas do Cerrado ou estão localizadas em solos úmidos, próximos aos cursos de água, ou em solos mais ricos, sem associação com os cursos de água. As formações florestais associadas aos cursos de águas são consideradas como vegetação extra-cerrado, relacionadas com a disponibilidade hídrica e não com as características específicas do bioma Cerrado, tendo similaridades florísticas com florestas de outros biomas (amazônica e atlântica), apesar de possuir algumas particularidades (RIBEIRO e WALTER, 1998, p. 96).

Já as formações savânicas e campestres são mais específicas do bioma. As suas origens são explicadas, resumidamente por três teorias: a climática, associando a vegetação aos resultados climáticos, especialmente em função do período de limitação de água; a biótica, em que a ação antrópica e de outros agentes da biota seriam determinantes na

vegetação; e a pedológica, em que os aspectos edáficos e geológicos seriam os determinantes na vegetação. Para Ribeiro e Walter (1998), há uma tendência de admitir que os fatores clima, biota e solo contribuem de alguma forma para o aspecto geral da vegetação do Cerrado, tanto em escala evolutiva - tempo geológico - quanto em escala sucessional - tempo ecológico (p. 99).

Nas formações florestais predominam os tipos de vegetação de espécies arbóreas e formação de dossel. As matas ciliares e de galeria estão associadas aos cursos de água, enquanto a mata seca e o cerradão são localizados em terrenos bem drenados, nos interflúvios. A Mata Ciliar é a vegetação florestal que acompanha os rios de médio e grande porte, sendo relativamente estreita em ambas as margens. A Mata de Galeria acompanha os córregos e rios de pequeno porte, formando corredores fechados sobre os cursos de água, geralmente localizada nos fundos de vales ou nas cabeceiras de drenagem. A Mata Seca é caracterizada por diversos níveis de caducifolia durante a estação seca. Essa queda de folhas contribui para o aumento da matéria orgânica no solo. O Cerradão é caracterizado pela presença de espécies que ocorrem no cerrado sentido restrito e por espécies de mata. É definida como uma mata mais rala e fraca (Campos, 1943, APUD Ribeiro e Walter, 1998).

Nas formações savânicas estão englobados o Cerrado Sentido Restrito, o Parque de Cerrado, o Palmeiral e a Vereda. Ribeiro e Walter (1998) assim os qualificam: O Cerrado sentido restrito caracteriza-se pela presença dos estratos arbóreo e arbustivo-herbáceo definidos, com as árvores distribuídas aleatoriamente. No Parque de Cerrado, as árvores têm ocorrência concentrada em locais específicos do terreno. O Palmeiral manifesta presença marcante de espécies de palmeiras arbóreas, ocorrendo em terrenos de diferentes drenagens. A Vereda é caracterizada pela presença única da palmeira buriti, apesar de menor quantidade do que em um Palmeiral, circundada por um estrato arbustivo-herbáceo característico.

Na formação campestre, três tipos de fitofisionomias principais são encontradas: o Campo Sujo, o Campo Rupestre e o Campo Limpo. Presença marcante de arbustos e subarbustos entremeados no estrato herbáceo caracteriza o Campo Sujo. Apesar de ter estrutura similar ao Campo Sujo, o Campo Rupestre se diferencia tanto pelo seu substrato, em função dos afloramentos de rochas, quanto pelo grande endemismo em sua composição florística. Já no Campo Limpo a presença de arbustos e subarbustos é insignificante (RIBEIRO e WALTER, 1998).

Pela diversidade de suas fitofisionomias, o bioma Cerrado é um dos mais ricos conjuntos de ecossistemas em termos de diversidade biológica. Ele é a savana de maior biodiversidade do planeta, e detém mais de 30% da biodiversidade brasileira (AGUIAR e CAMARGO, 2004, p.23). Foram levantados nas regiões do Cerrado brasileiro, em estudo realizado pela Organização não Governamental (ONG) Conservation International (CI), a presença de 161 espécies de mamíferos, 837 espécies de aves, 150 espécies de anfíbios, 120 espécies de répteis e 10.000 espécies de plantas (SEMARH/GO, 2000b, p. 3). Segundo Aguiar e Camargo (2004), em relação ao Brasil, no bioma Cerrado “ocorrem a metade das espécies de aves, 45% dos peixes, 40% dos mamíferos, e 38% dos répteis” (p. 28).

Entretanto, a riqueza de sua biodiversidade é uma das mais ameaçadas. A principal causa de perda de habitat no Cerrado é o avanço desenfreado da produção agropecuária, associado com a exploração predatória da vegetação e dos solos nativos, determinando a perda de sua biodiversidade. Dados recentes indicam que restam apenas 20% da área do Cerrado considerada original ou pouco perturbada. Entretanto, apenas pouco mais de 3% da área do bioma estão legalmente protegidos, incluindo-se unidades de proteção integral e de uso sustentável. O Cerrado é o bioma brasileiro menos provido de unidades de conservação - UCs (AGUIAR e CAMARGO, 2004).

Uma reação a este quadro se esboça, resultando na proposição de políticas públicas para a proteção deste bioma. O Ministério do Meio Ambiente – MMA publicou em 1999 as “Ações prioritárias para a conservação da biodiversidade do Cerrado e Pantanal”, cujas recomendações tornaram-se a política pública de conservação do Cerrado, tendo sido oficializada por meio da portaria MMA nº 298/99 (AGUIAR e CAMARGO, 2004, p.31). Com o intuito de reforçar a responsabilidade do poder público em conservar o bioma Cerrado e contrapondo-se à sua condição de fronteira agrícola, o que tem determinado a perda de sua biodiversidade, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional um Projeto de Emenda Constitucional (PEC nº 115/1995) para incluí-lo entre os patrimônios nacionais. A aprovação desta lei garantiria, pelo menos, o reconhecimento da importância do bioma para a conservação da biodiversidade brasileira.

1.2 - Localização e caracterização da Chapada dos Veadeiros

A Chapada dos Veadeiros está localizada no nordeste do Estado de Goiás, constituindo-se das mais altas dobras da Serra Geral do Paranã, formação que se inicia próximo à cidade de Formosa e toma rumo ascendente até atingir seu ponto mais alto junto à cidade de Alto Paraíso de Goiás. Segundo Felfili, Resende e Silva Júnior (2007), a Chapada dos Veadeiros é “geomorfologicamente localizada no domínio de planaltos em estruturas dobradas, na região do Planalto Central e no complexo montanhoso Veadeiros-Araí”(p.17).

1.2.1 - Os municípios

Para a Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, Chapada dos Veadeiros é a designação de uma microrregião do nordeste goiano que abrange os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, São João d’Aliança e Teresina de Goiás (SEPLAN/GO, 2003). Neste trabalho, a Chapada dos Veadeiros será tomada como composta pelos municípios reconhecidos regionalmente como pertencentes a ela, com território nas áreas altas da Chapada, nas suas encostas e no seu entorno imediato. Nesta caracterização, ela é composta pelos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul, Nova Roma, São João d’Aliança e Teresina de Goiás.

Alto Paraíso de Goiás é o município central da Chapada dos Veadeiros, tendo a sua sede localizada a uma altitude de 1.200 m. A área do município é de 2.593.885 Km², e a sua população é de 6.600 habitantes. O município de Cavalcante é o mais antigo da região (1740), tendo dado origem a todos os demais municípios, a exceção de São João D’Aliança, que tem sua origem ligada ao município de Formosa. Cavalcante localiza-se na parte norte da Chapada e é o que tem a maior área, com 6.953.646 Km², e a maior população, com 9.359 habitantes. Ainda ao norte da Chapada, o município de Teresina de Goiás tem área de 774.635 Km² e população de 2.840 habitantes. Colinas do Sul localiza-se no lado oeste da Chapada, com área de 1.708.215 Km² e população de 3.753 habitantes. Nova Roma localiza-se a leste, com área de 2.135.945 Km² e população de 3.507 habitantes. Por fim, São João D’Aliança, que localiza-se ao sul da Chapada, tem área de 3.327.364 Km² e população de 7.077 habitantes (SEPLAN/GO, 2003).

1.2.2 - A paisagem

O diário do Juiz Dr. Virgílio M. de Mello Franco (1888), em parte escrito quando atravessou a Chapada dos Veadeiros, ao se dirigir do Rio de Janeiro a Palma, para tomar posse como juiz de direito nesta comarca, no ano de 1876, registra preciosos relatos sobre as suas paisagens, belezas naturais, seu clima, sua fauna e flora, as condições de viagem pela região e as atividades econômicas ali desenvolvidas nos fins de século XVII:

De Couros a Conceição gastei nove dias para andar 50 leguas, que outros calculam em 45; e até a serra de Sant`anna viajei sempre nas terras altas da serra geral. É uma chapada imensa, onde o viajante tem sempre diante de si campinas extensas, cobertas de abundantes pastos, largos horizontes, várzeas sempre verdes, buritizaes formosos, dispersos pelas margens das veredas de límpidas e crystalinas águas. Encontra-se muita caça: - veados, antas e, sobretudo, prodigiosa quantidade de perdizes, nas quaes fazia-se diariamente grande matança... Esses terrenos são mui férteis, e seu clima é frio e saudável: São próprios para a cultura de vários cereaes, em geral de varias gramíneas, de muitas leguminosas, tuberosas, etc., como o trigo, o milho, o feijão, etc. A criação de gado também prospera muito. Em alguns sítios já se vêem plantações de café, de cana, de algodão e de trigo, de que fazem farinha grosseira. O milho é menos abundante pela escassez de mattos para roças, que os moradores fazem às vezes a grandes distâncias, na encosta das montanhas, nos logares que elles chamam dependurados. (Franco, 1888, p. 120)

1.2.3 - Caracterização física

Considerando a sua caracterização física, e reafirmando as impressões acima citadas, o geólogo Tadeu Veiga (VEIGA, in SEMARH/GO, 2000) declara que “a Chapada dos Veadeiros e o seu entorno são um marco inconfundível na paisagem diferenciada do Brasil Central” (p.16). As suas descrições da região nos remetem às origens de sua formação: “o substrato rochoso, complexo e variado, guarda marcas de antigos mares e continentes que se sucederam na vastidão do tempo geológico – expresso na escala de bilhões de anos” (p.16). O seu olhar sobre a Chapada dos Veadeiros é assim expresso:

O seu relevo, esculpido em formas peculiares, resulta da ação de intempéries tropicais sobre um arcabouço geológico há muito estabilizado, onde sobressaem-se terrenos menos suscetíveis à erosão. Os rios correm ligeiros, entalhando vales profundos. Sob a alternância anual dos períodos secos e chuvosos, prevalecem solos empobrecidos nos componentes solúveis, em detrimento de sua fertilidade... As paisagens se renovam gradativamente, por efeito de movimentos lentos e discretos que terminam por soerguer porções antes rebaixadas, reorganizando os cursos d'água. Há mais de 65 milhões de anos, as porções elevadas abrigam as cabeceiras de importantes formadores do rio Tocantins, no coração da América do Sul. Isto tem feito desse berço das águas um espaço de convergência entre inúmeras espécies vegetais e animais características do Cerrado. (VEIGA, in SEMARH/GO, 2000, p. 16).

Esse Autor especifica que a Chapada dos Veadeiros é formada por rochas dobradas pertencentes ao grupo Arai, cuja origem data do período pré-cambriano (1.700 a 1.100 milhões de anos) e por rochas dos grupos Paranoá e Bambuí, também dobradas e arrastadas sobre as primeiras. As rochas mais antigas da região estão expostas em porções ao norte da Chapada dos Veadeiros, abrangendo os vales do rio Claro e do rio Paranã (VEIGA, in SEMARH/GO, 2000, p. 19).

A altimetria da Chapada dos Veadeiros varia entre 800 e 1.650m, aproximadamente, com solos rasos e quase sempre pedregosos associados a afloramentos de quartzitos (FELFILI, RESENDE e SILVA JÚNIOR, 2007, p. 17). Ao sul destacam-se relevos do tipo inselberg², em que a altitude dos morros e serras se destaca ao emergirem em meio a grandes horizontes. O nordeste encontra-se o ponto mais elevado da região, correspondendo aos relevos residuais que formam a Serra de Santana, alcançando a cota máxima em 1.676m, na serra do Pouso Alto.

Segundo Veiga (VEIGA, in SEMARH/GO, 2000), a erosão é o processo dominante na modelagem da paisagem da Chapada dos Veadeiros. Ele chama a atenção para exemplos da aceleração destes processos, manifestada pela presença de ravinamentos e voçorocas

² Elevações isoladas, sustentadas por quartzitos, em meio a terrenos arrasados (VEIGA, in SEMARH, 2000, P.22)

profundas, de difícil controle e recuperação, facilmente observados em locais onde a cobertura vegetal original foi removida. Como alerta, o autor declara que a aceleração do processo erosivo na região, em função do assoreamento dos cursos d'água poderá afetar a geração de energia elétrica na Usina Hidroelétrica de Serra da Mesa, no entorno oeste da Chapada dos Veadeiros. Ele conclui:

De fato, as chapadas encontram-se em equilíbrio metaestável, ante a grande suscetibilidade à erosão de suas vertentes. Os solos rasos contribuem pouco para a estabilidade do sistema, sobretudo nas vertentes mais íngremes, sendo a vegetação a única proteção à ação erosiva. Os campos rupestres sugerem um mecanismo de diminuição da velocidade de denudação dos relevos mais movimentados ou acidentados. Entretanto, sabe-se que a cobertura de gramíneas, presente nas vertentes das serras, é bastante sensível a qualquer modificação. (VEIGA, in SEMARH/GO, 2000, p. 23)

A boa qualidade dos recursos hídricos da região é contraposta a sua quantidade. As suas águas superficiais são abundantes apenas durante o período de chuva, pelo fato de os seus solos rasos constituírem reservatórios restritos. Os seus terrenos metamórficos impermeáveis determinam que os seus reservatórios subterrâneos se resumam a águas armazenadas em zonas fraturadas, constituindo aquíferos fissurais de porte limitado (VEIGA, in SEMARH/GO, 2000, p. 24).

1.2.4 – O clima

O clima da Chapada dos Veadeiros é característico da savana do Centro-Oeste, com decréscimo de temperaturas em função do seu relevo. A temperatura média anual varia em torno de 24° C a 26° C. O regime de chuva é tropical, com estações de seca ocorrendo entre abril e setembro, e a chuva concentrando-se no verão, entre novembro e março, com precipitação média anual entre 1.500 mm e 1.750 mm (FELFILI, RESENDE e SILVA JÚNIOR – orgs., 2007, p. 17). No período chuvoso há domínio absoluto da corrente equatorial continental, que forma as linhas de instabilidade. A presença quase constante dos ventos alísios de NE e E é responsável pelo regime de seca e estabilidade, com céu claro e dias ensolarados. “As condições climáticas são essenciais para o entendimento dos aspectos

relativos aos tipos de solo, à cobertura vegetal e, em última análise, à forma de ocupação antrópica da região” (VEIGA, in SEMARH, 2000, p. 23).

1.2.5 – A vegetação

Visando testar a hipótese da heterogeneidade espacial da vegetação local, determinar sua disposição espacial, propor um zoneamento ambiental e identificar áreas prioritárias para a conservação dos recursos genéticos dos cerrados, foi realizado na Chapada dos Veadeiros, desde 1988, o projeto Biogeografia do Bioma Cerrado. Foram selecionadas para análise de parâmetros de flora e de solos as fitofisionomias cerrado sentido restrito, cerradão e mata de galeria. No levantamento florístico foram coletadas 2.661 espécies da flora e identificadas cinco novas espécies e um novo gênero de gramíneas. As espécies novas foram: *Paspalum burmanii*, *Paspalum biaristatum*, *Paspalum niquelandiae*, e *Triraphis devia*. O novo gênero, coletado dentro do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, recebeu o nome de *Altoparadisium chapadense*, em homenagem à cidade de Alto Paraíso de Goiás (FELFILI, RESENDE e SILVA JÚNIOR – org., 2007, p. 123).

Este estudo apresentou, entre as suas conclusões, que o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, única unidade de conservação (UC) de proteção integral da região, não inclui toda a diversidade de plantas presentes na Chapada, sugerindo a urgente criação de novas UCs desta categoria (p.241). Foi levantada também que a fitofisionomia cerradão e mata de galeria estão pobremente representados na região, sendo a conservação desta última um caso especial pela sua importância na preservação dos recursos hídricos, sua alta diversidade biológica, e o seu funcionamento como corredor ecológico (p. 8)

1.2.6 – A Fauna

A riqueza da fauna da Chapada dos Veadeiros também é demonstrada: Já foram registradas 307 espécies de aves, com nove espécies endêmicas. É observada também a presença de aves oriundas de outros biomas. Destacam-se ainda a presença do socó-boi (*Tigrisoma fasciatum*) e do pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*), espécies ameaçadas de extinção, que têm como habitat os rios encachoeirados. Nove espécies dos mamíferos aqui encontrados são consideradas ameaçadas de extinção. Levantamento realizado no PNCV, entre 1996 e 1997, indicou a presença de 160 espécies de abelhas, das quais 6 ainda não descritas pela ciência. Em altitudes acima de 1.300m encontram-se mariposas com alto grau

de endemismo, além de serem encontradas espécies das regiões mais elevadas da Mata Atlântica. A altitude da Chapada e os seus rios com saltos e cachoeiras a torna diferenciada do seu entorno no levantamento da ictiofauna, com espécies novas a serem descritas. Quanto a anfíbios, lagartos e ofídios, a Chapada dos Veadeiros também possui curiosidades. Entre 34 espécies de anuros, há uma espécie de rã endêmica, *Leptodactylus tapeti*. Há 26 espécies de lagartos nativos e uma espécie africana invasora. São relatados ainda um quelônio, *Phrynops vanerhaegel*, e quatro ofídios (DIAS, in SEMARH/GO, 2000).

Assim, a região da Chapada dos Veadeiros, no cerrado de maior altitude do Estado de Goiás, manifesta características paisagísticas e climáticas diferenciadas, além de abrigar especial flora e fauna. Com imensas áreas naturais de Cerrado preservadas, constitui-se em abrigo para uma notável biodiversidade. Entretanto, este ambiente tem sido alterado significativamente pela presença humana. A antropização da Chapada dos Veadeiros é hoje um processo a ser tratado com especial cuidado.

1.3 - A ocupação da Chapada dos Veadeiros

A ocupação da Chapada dos Veadeiros dispõe de registros desde os seus primórdios. O processo do seu povoamento nos coloca diante dos desbravadores e das resistências indígenas. Registros de diversos viajantes, brasileiros e estrangeiros, que andaram pelos cerrados, por motivos variados, nos legaram informações e questionamentos. Por fim, a história do uso dos seus recursos naturais e a “chegada do progresso” no Planalto Central completa o nosso quadro para balisarmos nossas considerações sobre as estratégias de conservação da biodiversidade desta diferenciada região de cerrados.

1.3.1 - Os primórdios

Em *História da Terra e do Homem no Planalto Central - eco-história do Distrito Federal* (Bertran, 2000), a Chapada surge como espaço adjacente ao foco principal do estudo: a área do Distrito Federal. Conforme o autor, as pesquisas arqueológicas sistemáticas no Brasil Central surgiram em 1972³. Dentre os resultados alcançados, é afirmado que a

³ O Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia - IGPA, da Universidade Católica de Goiás, e o Projeto Anhanguera de Arqueologia (1975), da Universidade Federal de Goiás, foram os responsáveis por estes estudos pioneiros.

ocupação humana em áreas do Cerrado, no Planalto Central, ocorreu há pelo menos 12 mil anos. (BERTRAN, 2000).

Dentre os sítios inseridos em ecossistemas de Cerrado pesquisados estão os de Formosa, da Chapada dos Veadeiros e do Vão do Paranã. Na área arqueológica da Chapada dos Veadeiros e do Vão do Paraná, foram levantados, até 1982, cerca de 90 sítios. Neles abundam as inscrições em pedra, com motivos abstratos, predominantemente geométricos, com formas e dimensões variadas, obtidos por polimento nas rochas. Estes são os mais antigos registros da presença humana na Chapada dos Veadeiros e adjacências (BERTRAN, 2000, p. 12).

1.3.2 - O Povoamento

Em Bertran (1997), referências históricas fundamentadas na “Notícia Geral da Capitania de Goiás”⁴ nos colocam em contato direto com detalhes do processo de ocupação da Chapada dos Veadeiros, permitindo-nos vislumbrar o movimento humano na região e sua interação com seus recursos naturais. Em relato realizado pelo Juiz Ordinário do Arraial de Cavalcante, Antônio Rodrigues Pereira, é declarado que sua “fundação, princípio e nome” são devidos ao primeiro explorador local, Francisco Albuquerque Cavalcante. Em 1737, na enseada da Serra de São Pedro, ele “achou ouro de conta” (p. 183). Segundo Doles e Nunes (1992), Cavalcante foi um dos primeiros centros mineradores na região norte de Goiás (p. 95). O Arraial de Cavalcante originalmente fazia parte do julgado (Comarca) de São Felix, cujo arraial foi dado por extinto em 1910 (BERTRAN, in SEMARH/GO, 2000, p.7). Em 1774, o julgado de Couros (atual Formosa) foi removido para Cavalcante, cujos termos englobavam o grande Vale do Paranã, a Chapada dos Veadeiros e as suas adjacências. Esses limites englobavam todos os atuais municípios da microrregião da Chapada dos Veadeiros.

Nos arredores do Arraial de Cavalcante foram descobertas diversas minas de ouro em sítios localizados em serras e cursos d’água. O relato sobre Cavalcante informa a existência dos sítios de exploração de ouro em suas serras e rios, e a localização dos engenhos, os seus proprietários e as suas produções, cujos nomes nos permitem identificar, nos dias de hoje, localidades dos diversos municípios da Chapada dos Veadeiros. Desde a época do relato já

⁴ Levantamento histórico realizado no governo de Luiz Menezes por ordem do governo português, no ano de 1783, transcrita e organizada por Paulo Bertran (1997),

existia a atual denominação da região, expressa na localização de um dos sítios: “em cima da *Chapada dos Veadeiros*, o ribeirão do Bromado, em que trabalha o Alferes Manoel Nunes Proensa com 30 escravos...” (BERTRAN, 1997, p. 186).

Bertran (1997), confirmando a visão do historiador Americano do Brasil, afirma que os primeiros 20 anos desde o descobrimento das minas de Goiás (1726 a 1746) contemplaram o apogeu de sua mineração aurífera. Depois disso, aconteceu o seu contínuo declínio (p.4). Ainda segundo o autor, “acabado ou inviabilizado o ouro da beira do córrego, se fosse muito rico o cascalho do terreno alto, logo as lavras subiam morros” e menciona “pedreiras bojudas de ouro” em morros de Cavalcante (p. 4).

Quando, no ano de 1722, a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera II, “descobridor das minas dos Guayazes e fundador de sua colonização”, entrou na região do Planalto Central em busca de índios e de riquezas (ouro, prata e pedras preciosas), tomou rumo das grandes chapadas do planalto central e dirigiu-se pela grande avenida do Vale do Paranã (BERTAN, 2000, p. 65). Na entrada do Vale, ao norte da atual cidade de Formosa, a pilhagem das roças dos índios Crixás foi a salvação da bandeira depois da tragédia de perder mais de 40 pessoas pela falta de alimentos, em função da caça “pouca e arisca dos cerrados ralos”, associada ao sol arrasador, do ar pesado e à baixa umidade do auge da estiagem na região (p. 67). Isto provocou a desidratação, a insolação e a desnutrição do grupo. Roças de milho e batata, e os artefatos de cerâmica foram os testemunhos encontrados da manifestação cultural desses habitantes Crixás que precederam os bandeirantes no Planalto Central (p. 69).

A passagem do Anhanguera pelo Vale do Paranã deixou também marcas que permanecem até hoje. Ao enviar diversos grupos de sua expedição nos altos da Chapada, em busca das riquezas almejadas, fincou testemunhos que ficaram registrados como, por exemplo, nos nomes de córregos chamados São Bartolomeu (em Alto Paraíso e Cavalcante) e no povoado denominado Bandeira (em São João D`aliança).

Os indígenas, como população errante, estavam em Goiás há mais de 10 mil anos antes do presente. Esses primeiros habitantes do cerrado foram confrontados pelo avanço das expedições seiscentistas e pelas nações indígenas por elas empurradas. Entre os anos 1740 e 1760, recrudescceu a guerra indígena nos sertões de Goiás. Os índios, que viviam na periferia das conquistas, deixaram-se conquistar em função de uma ferrenha estiagem que durou de

1776 a 1781 (a *nimia secura*), o que fez diminuir drasticamente a caça, a pesca e a coleta indígenas. Por questão de sobrevivência, eles se deixaram aldear (Bertran, 1997, p. 7).

O Vale do Paranã é apresentado nos relatos da *Notícia Geral da Capitania de Goiás* como o maior criatório de gado da província, sendo também local de uma fauna exuberante e temida. Havia muita caça e pesca, e “curiosidades”, como a criação de conchas. A pecuária, a atividade principal, tinha o suporte da agricultura de subsistência, que também era um meio de crescer economicamente e ascender socialmente. Os relatos abaixo expõem, ainda, a existência da profissão de vaqueiro e, provavelmente, uma forma de contrato de trabalho livre, “os Saliados”, além da utilização da força do trabalho escravo.

O maior criatório na capitania era o vale ou vão do Paranã, integrando o julgado de Cavalcante, assim aumentado pelo governador José de Almeida aparentemente em razão de ter sido mal recebido no extinto julgado de Couros, até então dono de suas altas vertentes. Teria o vão do Paranã em 1783, 106 fazendas de gados vacuns e cavalares, produzindo por ano 15.000 crias... seria a sua produção inumerável se a infinita multidão de onças e tigres de toda a casta, jacarés, sucuriús e outros ferozes, os não devorarem, além dos mais imundos danosos, sendo também muito prejudiciais os morcegos que têm chegado a fazer despovoar fazendas. Ocupam-se no benefício e costeação delas 280 escravos, além de Vaqueiros e Saliados (sic). É de ardentíssimo clima. É tão pestífera, que raro é o estranho, que lá sai com saúde. Dos habitantes muitos têm sezões perpétuas. É abundante em matos, e boas terras para agricultura, especialmente para cana, milho, mandioca, e hortaliça... os que fabricam mantimentos é para troca de gado, dos quais, em tendo número, cedem da lavoura e se perpetuam naquele exercício. Tem infinita caça, e mimosas aves, e muito peixe, e nas lagoas, dentro das quais se criam conchas como a verdadeira madre-pérola de que se fazem exquisitas obras, ornatos, e galanteyos de honesto gosto (sic). Nas mesmas há muitos vorpetos, a que os nativos chamam treme-treme, por causar a quem o toca, total esquecimento dos membros. (Bertran, 1997, p.188).

As atividades desenvolvidas no Vale do Paranã foram sendo estendidas por toda a região. O alto das serras que ladeavam o vale, a Chapada dos Veadeiros, foi também sendo ocupado. Porém, a exploração do ouro de aluvião deixou rapidamente de proporcionar resultados compensadores e a sua topografia e as condições de solo restringiram a escala das atividades agrícolas e pecuárias. Logo, os trabalhadores escravos, especialmente os do ofício da mineração, conseguiram liberdade e proteção nos quilombos dos vales e serras de difícil acesso ao norte do Arraial de Cavalcante. Estabeleceram povoamentos em regiões dos atuais municípios de Cavalcante, Terezina e Monte Alegre. São os hoje conhecidos quilombos dos Kalungas⁵.

Conquistadores paulistas, nordestinos, portugueses, índios e negros constituíram a base dos habitantes da Chapada dos Veadeiros. Uma mistura de etnias, interesses, usos e costumes, uma preciosa “salada cultural”. O abandono e as grandes distâncias entre os povoamentos fizeram da hospitalidade uma das principais marcas dos nativos, reforçando a percepção da solidariedade e do acolhimento que fazem parte de muitas histórias contadas, ainda hoje, pelos moradores mais antigos da região.

1.3.3 - A historiografia

De forma mais abrangente, a historiografia de Goiás é fundamentada nos relatos dos viajantes que por aqui passaram na primeira metade do século XIX. Eles desbravaram os sertões goianos na fase de transição da economia mineradora para a economia de base agropecuária, ora deslumbrando-se com as suas riquezas e belezas naturais, ora comparando o que viam com seus referenciais de civilização e fazendo juízos de valor sobre a índole da população local (DOLES e NUNES, 1992; CHAUL, 1997; BERTRAN, 2000). Conforme Chaul (1997), dentre os viajantes estrangeiros que mais gozaram de fama e importância, registrando as suas andanças por Goiás, temos Saint-Hilaire (1819), Pohl (1818-1820), D`Alicourt (1818), Cunha Matos (1824), Burchell (1827-1828), Gardner (1839-1840), e Castelnau (1844).

Bertran (2000) destaca três destes viajantes, identificando Johann Emanuel Pohl como o “primeiro viajante estrangeiro a dar entrada no Planalto”. Experimentado naturalista, Pohl foi o cientista que mais viajou pelas atuais terras de Goiás e Tocantins na primeira metade do

⁵ Ver Baiocchi, Mari de N. - Kalunga, povo da terra. Brasília, 1999.

século XIX. Ele registrou suas andanças no livro *Viagem ao Interior do Brasil*, publicado em 1832 (p. 202). Auguste de Saint-Hilaire teve passagem curta por Goiás (quatro meses), tendo sido contemporâneo de Pohl. As andanças de Saint-Hilaire foram registradas no livro *Viagens às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz*. O terceiro viajante destacado por Bertran (2000) foi o Marechal Raymundo José da Cunha Matos, que veio a ser, em 1823, o “comandante de armas (da província), tanto as militares quanto as civis, para defender o império contra os insurgentes portugueses do Maranhão, contrários à independência” (p. 212). Ele deixou registradas as suas andanças na obra intitulada *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás*.

Lima (1997) destaca, dentre os viajantes brasileiros que, por motivos diversos, fizeram dos cerrados, e mais especificamente da Chapada dos Veadeiros, parte do seu itinerário, os integrantes da Comissão Cruls, nomeada em 1891 para delimitar a área onde deveria ser estabelecida a nova capital do Brasil, a Coluna Prestes, que cruzou os sertões brasileiros levando a mensagem revolucionária, e Lysias Rodrigues, o Coronel-aviador a serviço do Correio Aéreo Nacional, que deixou registrado o seu “Roteiro do Tocantins”.

1.3.4 - O uso dos recursos naturais

Desde a chegada dos portugueses no Brasil a exploração dos recursos naturais e o uso da terra concentraram-se no litoral, comportando entradas exploratórias no sertão mais próximo, nas Minas Gerais e em São Paulo. A partir da segunda metade do século XVIII os sertões mais distantes, inclusive partes do cerrado do Planalto Central, foram ocupados em consequência da busca de ouro e da captura de índios pelos bandeirantes paulistas e nordestinos.

O Cerrado foi também usado para a criação extensiva de gado, sendo esta a primeira e mais duradoura atividade econômica implantada no bioma. Como o sucesso na exploração do nobre metal teve curta duração em grande parte das minas do planalto central, com seu auge durando em torno de 20 anos, o declínio de sua exploração e as vantagens comparativas de outras paragens, como a qualidade da terra e a proximidade com os pioneiros centros urbanos do litoral, determinaram um isolamento da região e proporcionaram uma ocupação caracterizada por grandes propriedades (sesmarias), em sua maioria subutilizadas (BERTRAN, 1997).

Nas propriedades no alto da Chapada dos Veadeiros o gado era criado solto, aproveitando-se as pastagens naturais. Esta atividade econômica era complementada com a produção de cana e café, além de gêneros alimentícios para o abastecimento da região. A menor distância em relação aos currais do São Francisco e de Minas Gerais fez com que a região da bacia do Tocantins, próximo à Chapada dos Veadeiros, assumisse um caráter econômico fortemente assentado na pecuária (NOVAES, 2002).

Existem relatos mencionando à produção de café, cana, milho, mandioca, algodão, entre outros, e alguns subprodutos como farinhas, azeite e aguardente (BERTRAN, 1997). Porém, o produto agrícola cuja cultura fez história na Chapada dos Veadeiros foi o trigo. Sua presença é confirmada na relação de engenhos existentes no julgado de Cavalcante, onde se produzia o cereal, descritos na *Notícia Geral da Capitania de Goiás*, de 1783, transcrita em Bertran (1997, p.186). Sua origem e importância econômica são relatadas no Volume XII - Nº 11 da revista mensal *A informação Goyana*, publicada no Rio de Janeiro, em junho de 1928 (Anexo I). Segundo esta fonte, que se reporta a *Notícia Geral de Goyaz* como documento comprobatório do fato da presença do trigo na Chapada dos Veadeiros, esta cultura teria sido trazida para a região, em 1780, por imigrantes egípcios vindo da Bahia. O Clima da Chapada dos Veadeiros permitiu sua adaptação à região, o que gerou uma produção que cresceu ao ponto de ser exportada para “o estrangeiro”, a partir da Bahia e do Rio de Janeiro.

A sua qualidade foi atestada por antigos viajantes, como Saint Hillaire, que fez menção ao “excelente pão que se faz com a farinha de trigo que vem de Santa Luzia, Meia-Ponte e Cavalcante, povoado mais setentrional que Vila Boa e cujos arredores são, segundo dizem, muito favoráveis à cultura do trigo” (LIMA, 2001, p. 75). O trigo da região, conhecido como “trigo veadeiros”, tinha uma aparência mais escura, o que produziu também comentários depreciativos, como o do juiz viajante, que declarou que dele se “faz farinha grosseira” (FRANCO, 1888, p. 120).

O cultivo do trigo resistiu na fazenda do Bonsucesso, na Chapada dos Veadeiros, até meados do século passado (1950), tendo legado o nome de Moinho a um povoado do município de Alto Paraíso de Goiás (NOVAES, 2002, p. 23). Essa cultura foi recentemente reintroduzida na região, em caráter experimental, por intermédio de pesquisadores do Centro

Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnologia (CENARGEM) da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA).

A pecuária extensiva continuou sendo atividade econômica de importância após o declínio do ouro e da cultura do trigo. Era a atividade de maior impacto nestas áreas de cerrado até o surgimento da mineração de cristal, a partir de 1912 (Lima APUD Novaes, 2002). O cristal ganhou valor no mercado internacional no período das duas grandes guerras mundiais, por ter sido usado como matéria prima na fabricação de radiotransmissores, equipamento de uso militar. A corrida pelo cristal atraiu sucessivas ondas de garimpeiros para a Chapada dos Veadeiros, dando origem a novos núcleos de povoamento na região, como a Vila de São Jorge. A primeira grande jazida foi a do Garimpão, localizada dentro da atual área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV). Diversas outras jazidas foram sendo descobertas e esgotadas, como da Estiva, do Silêncio e do Segredo (NOVAES, 2002, p. 24). O impacto ambiental desta atividade é observado até hoje nas trilhas do PNCV, com suas escavações sendo importante testemunho da história do tipo de uso do espaço físico feito pelos moradores da região, que eram motivados pela busca de um benefício imediato, “o bamburro”⁶.

1.3.5 - A chegada do “progresso”

Conforme Barreira (1997), o Estado de Goiás experimentou maior progresso, na primeira metade do século XX, com o fortalecimento da agropecuária, como resultado da ocupação das fronteiras agrícolas brasileiras (p. 20). Na década de 1940, o programa governamental conhecido como “Marcha para o Oeste”, que visava à incorporação econômica de novas áreas do interior do Brasil, atraiu grande contingente de imigrantes, principalmente para o sudoeste do estado (p. 21)

O processo de interiorização do país tomou forma mais efetiva na segunda metade do século XX, especialmente após a transferência da capital para Brasília, no Cerrado do Planalto Central. A mudança da sede do governo federal foi acompanhada, nas décadas seguintes, pela implantação de projetos governamentais de incentivo à ocupação dos Cerrados, visando o seu desenvolvimento. O Programa Cooperativo Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do

⁶ Termo que designava o enriquecimento rápido através da descoberta de pedras de grande valor.

Cerrado (PRODECER) e o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) foram duas importantes estratégias do governo para a implantação de sua visão de desenvolvimento para o Planalto Central (NOVAES, 2002; DUARTE e BRAGA, 1997; e GANEM, 2007). Esta postura governamental criou ambiente favorável para o investimento na infra-estrutura da região, principalmente por meio de rodovias, e para o surgimento de uma nova dinâmica econômica, a partir da agricultura de grãos em larga escala, com intensiva mecanização e com suporte tecnológico para a correção dos solos do Cerrado.

Na Chapada dos Veadeiros, buscou-se implementar esta mesma lógica de exploração dos recursos naturais, mas a excessiva inaptidão agrícola de suas terras e o seu relevo acidentado não permitiram o seu amplo sucesso. Em toda a região da Chapada dos Veadeiros e entorno, as áreas do município de São João d'Aliança foram as que proporcionaram as melhores condições para o avanço da nova dinâmica econômica do agro-negócio (DUARTE e BRAGA, 1998, p. 207).

As suas defesas naturais contra a degradação ambiental não isentaram os municípios da Chapada dos Veadeiros de serem pressionados por esse movimento de desenvolvimento nos cerrados do Planalto Central. Sem uma opção mais efetiva de inserção no mercado, a economia da maioria dos municípios da região se caracterizou por manifestar-se “essencialmente local ou semi-regional, com a pecuária extensiva, a resistência de alguns grupos de garimpeiros e a agricultura de subsistência” (NOVAES, 2002, p. 30).

Acompanhando as políticas desenvolvimentistas do governo federal, o governo de Goiás elaborou e começou a implantar na região da Chapada dos Veadeiros, no início da década de 1980, o Plano de Desenvolvimento Integrado de Alto Paraíso de Goiás (PDIAP), desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional (INDUR), vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás. Esse plano visava provocar um desenvolvimento econômico regional, sendo Alto Paraíso de Goiás o seu pólo irradiador. Como resultado do projeto, foi pavimentada a principal rodovia do nordeste goiano, a GO-118, desde a BR-010, na saída norte de Brasília, até a cidade de Cavalcante. Foi concluída a rede de energia elétrica entre Brasília e Alto Paraíso de Goiás. Foram implantadas redes e postos telefônicos em diversas cidades da região, pela empresa Telebrasil, e implantado e/ou ampliado o sistema de abastecimento de água em todas as cidades da região. Foram realizadas diversas obras de infra-estrutura em Alto Paraíso de Goiás, tendo como destaques a

construção de um hospital regional (ainda não implantado em sua totalidade), um grande hotel (hoje abandonado), e uma pista de pouso. Foram construídos ainda a rodoviária, o prédio do fórum (hoje prédio da prefeitura), e um galpão para a estocagem de grãos (desativado). A área agrícola do projeto previa três subprojetos: fruticultura de clima temperado, soja/trigo de sequeiro em sucessão, e trigo irrigado. O projeto também previa o desenvolvimento da vocação turística da região por meio de suas “fontes de águas termais e minerais, modernos hotéis, gigantescas cachoeiras, grutas, natureza exuberante e clima frio” (Goiás, 1982). A história registra que a morte do seu idealizador e coordenador, Engenheiro Ary Ribeiro Valadão Filho, em acidente aéreo ocorrido na cidade pólo do projeto, e a mudança no comando do governo do Estado na eleição de 1982, antecederam o abandono do projeto (Lima, 2001, p. 87).

Apesar da frustração momentânea com o retrocesso do desenvolvimento proposto para a região, muitas obras de infra-estrutura foram realizadas, como as acima mencionadas, e a atividade turística ganhou seu primeiro impulso. A região passou a experimentar uma crescente transformação cultural pela chegada de novos imigrantes, especialmente no município de Alto Paraíso de Goiás. Inicialmente atraídos pelas belezas naturais da Chapada dos Veadeiros, que evocavam espiritualidade, comunidades alternativas, grupos espiritualistas e alternativos passaram a fazer parte dos atores locais, estabelecendo-se novas representações do espaço físico. Estes e outros grupos de imigrantes, em busca de qualidade de vida junto à natureza, passaram a influenciar a sociedade e os governos locais (LIMA, 2001, p. 88). Parte das ações do projeto Alto Paraíso, citado acima, foi resgatada no programa desenvolvido pela Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás intitulado Nordeste Novo, no ano de 2003 (SEPLAN/GO, 2003).

A Chapada dos Veadeiros, no entanto, não se encontra imune às tendências mais destrutivas da sociedade contemporânea, que visando ao desenvolvimento e ao crescimento econômico a qualquer custo tem gerado prejuízos irreversíveis à biodiversidade. Por outro lado, outras propostas de desenvolvimento têm surgido e estão em construção, como o desenvolvimento includente, sustentável e sustentado proposto por Ignacy Sachs (2004), com o intuito de minorar os efeitos destrutivos da prática vigente no uso dos recursos naturais. Horowitz (2003) afirma que a biodiversidade é um recurso essencial para o desenvolvimento sustentável, porém a destruição e alteração de habitats, a exploração de espécies silvestres, a introdução de espécies exóticas, a simplificação e homogeneização das paisagens, a poluição

e as mudanças ambientais globais têm determinado perda de biodiversidade, ameaçando a continuidade da vida na Terra. Segundo a autora, uma das condições prioritárias para a sustentabilidade da vida é a sua conservação, sobretudo sob a forma de áreas protegidas legalmente constituídas (p.287).

1.4 - Os fundamentos da conservação da biodiversidade

O entendimento do que é biodiversidade e do por que e como realizar a sua proteção são fundamentais para garantir a efetiva conservação de espécies e ecossistemas, bem como para que se faça um uso verdadeiramente sustentável dos recursos naturais. A Lei do Sistema Nacional das Unidades de Conservação – SNUC, apropriando-se da definição estabelecida na Convenção da Diversidade Biológica – CDB, conceitua diversidade biológica como:

A variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (art. 2º, III)

Segundo Horowitz (2003), o entendimento do que é biodiversidade alcança todas as variedades e variações dos organismos e dos sistemas ecológicos nas quais se incluem, para os organismos, os níveis de genes, de populações, de espécies e de comunidades e, para os sistemas, os níveis de habitats, de ecossistemas, de paisagens, de biomas e de ecorregiões. A autora cita ainda Heywood e Watson (1995), que ampliam esse conceito, fazendo-o abranger também o complexo de relações estruturais e funcionais estabelecidos dentro e entre esses diferentes níveis de organizações biológicas, as suas origens evolutivas e as suas dinâmicas no tempo e no espaço, das quais as atividades humanas também participam (p. 11).

Assim a biodiversidade estende-se para além dos ramos da biologia, incluindo a dimensão humana da diversidade cultural. Os vários idiomas, as crenças religiosas, as estruturas sociais, as manifestações artísticas e musicais, as práticas de manejo da terra, as seleções e formas de cultivo, as dietas e toda a variedade de padrões das sociedades humanas demonstram, com clareza, a biodiversidade (Albertin e Vivien, e WRI APUD Horowitz, 2003, p. 19).

A manutenção dos sistemas ecológicos que dão suporte a todas as formas de vida é a razão óbvia para justificar a conservação da biodiversidade. Em última análise, a conservação da diversidade biológica proporciona a manutenção das atuais formas de vida na Terra, incluindo a vida humana. Essa garantia da sobrevivência de todos os seres vivos é reafirmada no conceito de conservação da natureza contida no SNUC, a qual é entendida como:

O manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (art. 2º, II)

As unidades de conservação (UCs) são bastante valorizadas como estratégias de conservação, sendo os seus estabelecimentos considerados, em grande parte do mundo, o principal instrumento para a conservação da biodiversidade (BENSUSAN, 2006, p. 12). Segundo Bensusan, a idéia de se reservar determinados espaços tem, pelo menos, duas motivações: a preservação de lugares sagrados e a preservação de estoques de recursos naturais. A idéia de definição de espaços para a conservação de paisagens naturais surgiu na segunda metade do século XIX. O propósito de preservar belas paisagens naturais para as futuras gerações foi o que impulsionou o estabelecimento de áreas protegidas em diversos países, porém esta estratégia é lembrada atualmente como sendo parte do processo, necessitando medidas complementares (AGUIAR et al., 2004, p. 34).

As ações de conservação da biodiversidade têm buscado se fundamentar em estudos científicos, visando o seu aprimoramento e efetividade, adotando uma postura de permanente aprendizado a partir dos resultados das ações propostas (MILLER, 1997). A biologia da conservação é a ciência que norteia as políticas de conservação da natureza e tem por finalidade entender os efeitos das atividades humanas sobre a biodiversidade e propor estratégias para mantê-la, a partir dos pressupostos de sua utilidade para a humanidade e da sua atual grave crise, provocada pelo homem (GANNEN, 2008).

A biologia da conservação fornece ferramentas para a proteção da biodiversidade. Uma vez que o maior desafio da conservação é evitar a extinção de espécies, estas são tomadas estrategicamente como indicadores, sendo algumas delas classificadas como espécie ameaçada de extinção, espécie-bandeira, espécie-chave, ou como espécie-lacuna, de acordo com a sua situação quanto à ameaça de extinção, o significado atribuído pelas populações humanas, o papel que cumprem no ecossistema (Gannen, 2008, p. 60). O uso do endemismo das espécies para estabelecer áreas prioritárias para as ações de conservação, como os Hot Spots, é outra estratégia muito utilizada na biologia da conservação (p. 67). Um instrumento recente de planejamento ambiental é a ecologia da paisagem, que visa investigar a heterogeneidade espacial das espécies, definindo padrões de habitat a partir de aspectos geomorfológicos, de cobertura vegetal e de ocupação humana (p. 68). Outra ferramenta da biologia da conservação é o manejo biorregional, com perspectivas integradoras (p. 69). Gannen (2008) declara que a ecologia da paisagem e a gestão biorregional caminham na mesma direção da manutenção da diversidade biológica planejada em uma perspectiva abrangente, interligando paisagens naturais e paisagens manejadas pelo homem (p. 70).

A proposta do manejo biorregional apresentada por Miller (1997), que se encontra muito próxima e permite um entendimento conceitual de estratégias, como as das Reservas da Biosfera, tem os seguintes princípios orientadores: as biorregiões representam a escala espacial mais oportuna para a governabilidade humana e o desenvolvimento socioeconômico; a governabilidade nos limites de uma biorregião deve ser um processo democrático e afeto ao controle social, deve conferir níveis altos de qualidade de vida e deve ser julgada por sua capacidade de lograr justiça social; o desenvolvimento econômico dentro dos limites de uma biorregião pode ser regulado localmente, baseado no uso de tecnologias apropriadas, enfatizando a auto-suficiência, expandindo-se apenas até o ponto em que os ecossistemas locais possam sustentar a exploração; e a interdependência política e econômica das biorregiões deveria ser institucionalizada nas esferas estadual, federal, continental e global através de federações (p. 26).

1.5 - As estratégias de conservação da biodiversidade na Chapada dos Veadeiros

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) foi a iniciativa pioneira para a conservação da biodiversidade da região da Chapada. Os Parques Nacionais, em todo o mundo, foram o carro chefe das estratégias para a conservação da biodiversidade desde a

criação do parque Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos. Esse foi o primeiro parque, em sua concepção moderna, criado no mundo (HOROWITZ, 2003, p.62). Essa iniciativa foi acompanhada por diversos outros países. O Brasil, entretanto, só criou o seu primeiro parque em 1937, o Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro. Após mais de duas décadas da criação do pioneiro parque brasileiro, a Chapada dos Veadeiros foi contemplada com sua unidade de conservação.

Depois de três décadas da criação do PNCV, novas estratégias de conservação começaram a ser implantadas na região, no rastro da ECO-92⁷. O Governo Federal, o Governo Estadual e algumas Organizações não Governamentais (ONGs) voltaram os olhos para a Chapada dos Veadeiros e iniciaram projetos visando a fortalecer e ampliar as estratégias de conservação da sua biodiversidade. Começou a ser implantada pelo IBAMA, órgão gestor do PNCV, uma nova postura gerencial da área. Com fundamentação no Plano de Ação Emergencial do parque, aprovado em 1995, a visitação pública de seus atrativos naturais, que ocorria sem controle do órgão gestor, passou a ser regulamentada, com cobrança de ingresso e exigência do acompanhamento de condutores de visitantes. A fiscalização de sua área passou a ser mais intensa, e passou-se a construir um novo relacionamento com as comunidades do seu entorno. O caso da Vila de São Jorge, que será abordado no capítulo sobre o PNCV, é um exemplo do resultado positivo desta nova atitude na gestão do PNCV.

Algumas ONGs ambientalistas iniciaram importantes projetos na região. Para atuar na proteção do bioma Cerrado e especialmente no entorno do PNCV, a ONG WWF (Fundo Mundial para a Natureza) estabeleceu projetos de organização comunitária, educação ambiental e de incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs (WWF, 2000). A ONG FUNATURA (Fundação Pró-Natureza) também trabalhou com educação ambiental e o incentivo à criação de RPPNs. Proprietários rurais da região se mostraram presentes neste movimento. Por meio de suas respostas a estas ações de educação ambiental e de assessoria realizada pelas ONGs, foram criadas diversas RPPNs federais na região, sendo a Chapada dos Veadeiros o local de maior incidência desta categoria de unidade de conservação no Estado de Goiás (IBAMA/PROAVES, 1998).

⁷ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

O início da década de 2000 contemplou o surgimento de novas e diferenciadas estratégias, com a criação da Reserva da Biosfera do Cerrado – fase II, envolvendo os municípios da Chapada dos Veadeiros (ANTAS, 2000 e SEMARH/GO, 2000b); do Corredor Ecológico Paranã-Pirineus (JICA, 2006); da Área de Preservação Ambiental – APA Estadual do Pouso Alto, envolvendo partes de quase todos os municípios da Chapada (SEMARH/GO, 2000); e com algumas iniciativas locais de criação de unidades de conservação municipais, especialmente nos municípios de Cavalcante e Alto Paraíso de Goiás.

1.6 - Conflitos e Oportunidades

Muitos desafios relacionados a conflitos de interesse e importantes oportunidades de planejamento surgiram com a implantação das estratégias de conservação da biodiversidade na Chapada dos Veadeiros. Apesar destas estratégias estarem produzindo resultados positivos na conservação da biodiversidade, estudos atestam que elas também produziram reações adversas, gerando conflitos entre comunidades locais e representantes de órgãos governamentais (NOVAES, 2002; HOROWITZ, 2003; MEIÇÓ, 2006). Internamente, os novos moradores que afluíram para a região com novos interesses, dinâmicas de ação e novas representações do espaço, produziram enriquecimento cultural, mas fizeram surgir conflitos com os moradores nativos e suas representações do espaço arraigadas em práticas culturais (SILVA, 2003). É fato, também, que as iniciativas de conservação da biodiversidade têm proporcionado interessantes oportunidades para a implantação de um desenvolvimento diferenciado, visando a sustentabilidade, que amplia a perspectiva tradicional de desenvolvimento, acrescentando à dimensão econômica as dimensões sociais, ambientais, territoriais e políticas (SACHS, 2004, p.15).

As dificuldades naturais para a implantação de projetos agropecuários de larga escala ofereceram a possibilidade da Chapada dos Veadeiros ser um foco privilegiado do interesse ambientalista e de ter uma natureza exuberante e preservada a ser oferecida como produto turístico. A chegada do turismo ecológico como instrumento de desenvolvimento econômico proporcionou a inclusão das comunidades locais no processo, ampliando as suas perspectivas e expectativas. Atualmente, diversos antigos moradores da região estão envolvidos com atividades ligadas ao turismo, como hospedagem, alimentação e guiação. Essa área comum

de interesse proporcionou uma maior convergência entre muitos atores da Chapada dos Veadeiros (SILVA, 2003; NOVAES, 2002; MEIÇO, 2006).

Entretanto, um dos grandes desafios para a implantação das estratégias de conservação está relacionado aos conflitos com as populações humanas presentes nesta região, ainda não suficientemente sensibilizadas pelas urgências ambientais. Horowitz (2003) relaciona os seguintes aspectos que influenciam a relação unidade de conservação-comunidade local e contribuem para a sustentabilidade da biodiversidade: a participação social no processo de implantação das UCs; a integração dos diferentes atores na resolução de conflitos que porventura existam; a inserção social de membros da comunidade que, à margem, se encontram em condições de miserabilidade e acarretam impactos nocivos à biota; e a compensação das externalidades de usos e ocupações na zona de influência das UCs (p. 290).

Apesar da baixa densidade demográfica de todos os municípios que compõem a Chapada dos Veadeiros (SEPLAN/GO, 2003), os conflitos de interesses se manifestam tanto pela preocupação dos gestores das áreas especialmente protegidas com a interferência das populações humanas do seu entorno, quanto entre as populações locais e os órgãos ambientais com a constante “ameaça” de expansão destas áreas, o que significa desalojamento de muitos e/ou ampliação das restrições ao uso das áreas privadas.

Esses conflitos interferem também no estabelecimento da gestão participativa destas estratégias de conservação. A participação, na medida em que apresenta um potencial indutor de organização comunitária, pode revelar-se como uma oportunidade para a construção de uma maior efetividade no exercício da cidadania. Um dos caminhos para a superação dos conflitos e o aproveitamento das oportunidades que a região proporciona é o oferecimento de toda a informação disponível sobre as estratégias propostas para a sua conservação. Com isto em mente, passamos, portanto, a mapear e analisar as estratégias de conservação na biodiversidade da Chapada dos Veadeiros.

Neste trabalho, as estratégias de conservação analisadas abrangerão as unidades de conservação e as propostas de manejo biorregional que envolvem a Chapada dos Veadeiros. Aprofundar o conhecimento sobre os seus objetivos, seus processos de criação, implantação e gestão, seus resultados produzidos nas comunidades locais, e a apresentação de propostas visando o aprimoramento das ações de conservação serão o nosso foco nos próximos

capítulos. Além do visar proporcionar um referencial do necessário conhecimento das ações conservacionistas propostas, este estudo visa compreender se há, entre as propostas de conservação da biodiversidade existentes, uma sobreposição de iniciativas, com gasto de energia desnecessário e efeitos prejudiciais para a conservação, ou um relacionamento de complementaridade, que proporciona o fortalecimento das estratégias propostas.

CAPÍTULO II

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – PNCV

O histórico e a situação atual do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros são os objetos do presente capítulo. Isto implica em compreender como vem sendo manejado o PNCV, quais os principais problemas para a sua gestão efetiva e como ele se insere no âmbito do atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Será feito, também, um breve estudo de caso da Vila de São Jorge, para demonstrar os efeitos que a criação do PNCV produziu em uma das comunidades do seu entorno e para entender as expectativas geradas nas demais comunidades do entorno de obterem benefícios econômicos e sociais por meio de uma parceria com a unidade de conservação.



Figura 2: Placa informativa localizada na entrada no PNCV.

2.1 – Histórico

A origem do parque, segundo Silva (2003), está relacionada com uma iniciativa da Fundação Coimbra Bueno. Em carta dirigida ao Presidente da República, Juscelino Kubitschek, em 1º de dezembro de 1960 (anexo II), foi sugerida a criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, com base em três argumentos: a) os “excepcionais

valores naturais que nele deverão ser preservados”; b) a iminente valorização das terras em função da “transferência da capital para Brasília” e da possibilidade de a Organização das Nações Unidas (ONU) considerarem construir sua “futura sede” na região (para a qual pede apoio do presidente); e, c) a inoperância do Estado de Goiás em agir para a criação deste parque, apesar de solicitado “a mais de dez anos”. A carta ainda insiste na “premência de ser promovida a imediata desapropriação das áreas não devolutas, pois a especulação imobiliária, que já se processa no Planalto Central, deverá em breve atingir a Chapada dos Veadeiros”.

Não é possível precisar a influência que esta iniciativa da Fundação Coimbra Bueno teve para a criação do parque. Porém, pouco mais de um mês após o envio da carta, por intermédio do Decreto Presidencial nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961, foi criado o Parque Nacional do Tocantins (atual Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros), com 625.000 hectares. Os seus limites atingiam o Rio Tocantinzinho, ao sul, indo desde a sua nascente e subindo pela sua margem direita até o Rio São Felix (parte da divisa entre os municípios de Alto Paraíso de Goiás e São João D’Aliança, e parte da divisa entre Colinas do Sul e Niquelândia, e entre Colinas do Sul e Minaçu). Desta confluência seguia à montante até as nascentes do Rio São Felix, no município de Cavalcante, e descia em uma linha seca até próximo da cidade de Alto Paraíso de Goiás, junto às nascentes do Rio Preto, e, deste ponto, em nova linha seca, completando o contorno até as nascentes do Rio Tocantinzinho (Decreto nº 49.875/1961).

Entretanto, a delimitação da sua área sofreu alterações drásticas nas duas décadas seguintes a sua definição. Devido às pressões dos proprietários das terras englobadas pelo parque e à ineficiência do órgão responsável em resolver os problemas de indenização, além do argumento de se excluir áreas excessivamente degradadas, a sua área original experimentou duas grandes reduções (IBAMA/PROAVES, 1998, p. 5).

A primeira grande redução aconteceu por meio do Decreto-Lei nº 70.492, de 11 de maio de 1972, quando o Parque Nacional do Tocantins foi reduzido para 171.924,54 hectares. A redução se deu a partir do diagnóstico realizado por uma comissão do Ministério da Agricultura, que havia sido designada, pela portaria ministerial nº 42/66, para propor uma “efetiva política de Parques Nacionais” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/IBRA/IBDF, 1969, p. 1). Essa atribuição foi ampliada e seu prazo de trabalho foi prorrogado pela Portaria nº 204/66, a qual estabelecia que:

Além das atribuições que lhe foram conferidas caberá, ainda, à mesma comissão, examinar o problema dos Parques Nacionais em suas implicações com as demais entidades correlatas – Reservas Biológicas, Monumentos Naturais e Florestas Nacionais – indicando, em cada caso, os que devem ser mantidos, extintos, transformados, ou mesmo, se necessário, sugerindo a criação de novas unidades (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/IBRA/IBDF, 1969, p. 2)

A comissão concluiu pela necessidade de um reexame da área do então Parque Nacional do Tocantins, justificando esta posição com o seguinte argumento:

Dada a extensão do parque, o terceiro em área, a comissão não teve a oportunidade de visitar a parte florestal, onde a mata e a fauna amazônica complementam a paisagem, tornando-o um parque bastante variado. No entanto, sugerimos um reexame da área, na parte da Chapada dos Veadeiros, em vista do problema econômico e social advindo da criação do parque sem a necessária aquisição de terras. Isso vem acarretando a diminuição das atividades agropecuárias e mineiras, tornando difícil a vida da população rural e a sobrevivência econômica do município de Alto Paraíso, hoje reduzido à área da cidade, pelo Decreto de criação do parque (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/IBRA/IBDF, 1969, p. 55).

Em 1968, o Governo Federal criou um Grupo de Trabalho Interministerial, por meio do Decreto nº 62.699/68, para realizar a demarcação das terras do Patrimônio Indígena e dos Parques Nacionais. A partir dos trabalhos deste Grupo, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) criou uma comissão, por meio da Portaria nº 1.492/70, para proceder “o levantamento e a avaliação dos imóveis localizados na área do Parque Nacional do Tocantins – GO” cuja área havia sido reduzida pelo Grupo de Trabalho acima mencionado (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/IBDF, 1971, p. 1).

A comissão realizou uma avaliação das benfeitorias e das culturas permanentes de todas as propriedades pertencentes aos novos limites previstos pelo Grupo de trabalho Interministerial e propôs ainda o seguinte: “Exclusão da área de garimpo; Exclusão do povoado de São Jorge; Aproveitamento dos principais limites naturais da região; e Redução

de linhas secas, que servem de limites, evitando secção de propriedades” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/IBDF, 1971, p. 25).

Com a redução de sua área, o parque estava deixando de ter o rio Tocantins como seu limite natural, motivo do primeiro nome do parque. Então, a comissão apresentou quatro sugestões de novos nomes para o parque: Parque Nacional dos Buritis; Parque Nacional do Planalto; Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional do Rio Preto. Por fim, a comissão sugeriu à consultoria jurídica do IBDF que, antes de proceder a qualquer indenização, levantasse junto a Comissão de Terras do Ministério da Justiça a legalidade dos títulos da área, em função da “situação duvidosa sobre a legitimidade de certas propriedades já examinadas” (p. 26).

Essa primeira redução foi efetivada excluindo a área onde se localiza a Vila de São Jorge e a Serra do Pouso Alto, onde está situado o ponto culminante do planalto central, com 1.676 m, e as mais altas nascentes do rio Preto, que corta o parque de leste a oeste. A nova denominação da unidade foi escolhida e ela passou a se chamar Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. (Decreto-Lei n° 70.492/1972).

A segunda grande redução aconteceu por intermédio do Decreto-Lei n° 86.173, de 02 de julho de 1981, com redação retificada pelo Decreto-Lei n° 86.596, de 17 de novembro de 1981, quando a área do PNCV foi limitada a 60.000 hectares. Esta redução atendeu às conclusões de uma equipe técnica do Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, cuja ação visava à regularização fundiária do PNCV, a partir da compra das terras discriminadas pelo decreto de 1972. Segundo a equipe, a unidade deveria ter a sua área novamente reduzida, tendo em vista estarem as demais áreas excessivamente degradadas (LIMA, 1999, p. 5).

Por fim, foi incorporado ao PNCV, por meio do Decreto n° 99.279, de 06 de junho de 1990, a sua atual área de uso público, aumentando a sua área para 65.514 hectares (Decreto n° 99.279/1990). Nesta configuração atual, o PNCV tem 110 km de perímetro, com 60% de sua área pertencendo ao município de Cavalcante e 40% pertencendo ao município de Alto Paraíso de Goiás. O rio Preto, que corta o parque longitudinalmente, é a divisa entre os municípios, e o seu grande atrativo turístico, com cachoeiras, canions, corredeiras e grandes

piscinas naturais. Sua área contempla as seguintes fitofissionomias de Cerrado: campo úmido, mata de galeria, cerrado sentido restrito e campo rupestre (IBAMA/PROAVES, 1998, p. 3).

No ano de 2001, houve uma intervenção do governo federal, visando a ampliar a área do PNCV. Pelo do Decreto s/n, de 27 de setembro de 2001, a área do PNCV foi ampliada para 236.570 hectares. Neste decreto não existe nenhuma menção sobre a razão da ampliação do PNCV, porém a proximidade temporal indicou certa relação entre esta ação de ampliação da área do parque e o pleito do governo federal para que o PNCV fosse considerado pela UNESCO Patrimônio Mundial Natural. A ampliação foi decretada e, dois meses depois, a titulação da UNESCO foi obtida.

A ação governamental para ampliação do PNCV, no entanto, aconteceu em desacordo com as exigências legais para a criação e ampliação de UCs, conforme previsão do § 2º do artigo 22 da Lei nº 9.985/00 (Lei do SNUC). Em resposta à forma como o processo foi conduzido e a falta de observância de preceitos legais por parte do governo, o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (CONPARQUE), em reunião realizada em 25 de novembro de 2001, aprovou o Parecer – 002/2001 (Anexo III), no qual afirma: “Sua reprovação à forma apressada com que membros foram levados a assinar documento de apoio à ampliação sem o fornecimento da respectiva proposta elaborada pela Diretoria de Ecossistemas do IBAMA”. Afirma, também, “necessitar de informações do IBAMA/DIREC a respeito da consulta pública exigida pelo art. 22 da Lei do SNUC” e indaga “se as assinaturas coletadas às pressas em agosto/2001 foram utilizadas em substituição à mencionada consulta pública”. Este Parecer relaciona, ainda, diversos aspectos que deveriam ter sido considerados para que pudesse haver a correta efetivação da ampliação do PNCV.

As reações contra a ação governamental continuaram e, por iniciativa de proprietários rurais da região foi protocolado no Supremo Tribunal Federal - STF, em 24 de janeiro de 2002, o Mandado de Segurança (MS 24184/DF) pedindo a revogação do Decreto presidencial que ampliou os limites do PNCV. A inicial apresentou dois argumentos: o não cumprimento da Lei do SNUC, no que se refere à necessidade de estudos técnicos e realização de audiência pública, e a ausência de regulamentação da referida lei, para que pudesse ter sido decretada a ampliação da unidade. O processo foi julgado em 13 de agosto

de 2003, com decisão do Supremo Tribunal Federal acatando o mandado de segurança e determinando a anulação do decreto de ampliação do PNCV, conforme ementa da decisão⁸:

Quando da edição do Decreto de 27.09.2001, a Lei nº. 9.985/00 não havia sido regulamentada. A sua regulamentação só foi implementada em 22 de agosto de 2002, com a edição do Decreto nº. 4.340/02. O processo de criação e ampliação das unidades de conservação deve ser precedido da regulamentação da lei, de estudos técnicos e de consulta pública. O parecer emitido pelo Conselho Consultivo do Parque não pode substituir a consulta exigida na lei. O Conselho não tem poderes para representar a população local. Concedida a segurança, ressalvada a possibilidade da edição de novo decreto (ementa do acórdão do julgamento da MS 24184/DF pelo tribunal pleno do STF, em 13/08/03).

A área do PNCV retornou para os atuais 65.514 hectares, porém, a necessidade de ampliação do PNCV ainda é tema a ser considerado. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) tem se manifestado, afirmando ser a Chapada dos Veadeiros área de extrema riqueza biológica e altamente insubstituível. Essa posição foi afirmada no “seminário de áreas e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade dos biomas Cerrado e Pantanal”, realizado em 1988, e na revisão das áreas prioritárias para a conservação, realizado no final de 2006, seguindo as recomendações da 7ª Conferência das Partes (COP7) da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Estudos científicos que têm descoberto espécies endêmicas de flora e fauna fora dos limites atuais do PNCV, como os realizados por pesquisadores da Universidade de Brasília (departamentos de engenharia florestal e de ecologia), da Embrapa Recursos Genéticos e do IBGE – Recor (FELFILI, 2007), têm também alimentado o desejo de sua ampliação por parte de cientistas, ONGs ambientalistas e órgãos ambientais governamentais.

Em entrevista com o atual chefe do PNCV, Daniel Borges⁹, este declarou sua visão sobre a questão, quando indagado sobre a importância do PNCV para a conservação da biodiversidade regional:

⁸ Informações contidas no site www.stf.gov.br, consultado em 18 de março de 2008.

⁹ Entrevista realizada em 07/03/2008.

O PNCV tem sim uma importância estratégica para a conservação da biodiversidade local, e não regional. Se considerarmos que apenas 3% dos campos de altitude estão em áreas protegidas e que 97% destes estão no PNCV, este é um dado bastante significativo, porém as outras fitofisionomias são pouco representadas na área do parque. O parque é muito pequeno para garantir a perpetuidade de determinadas espécies. Para uma representatividade a nível regional o parque deveria ser bem maior, abrangendo novas áreas.

As argumentações científicas e as ações de governo e de ONGs ambientalistas a favor da expansão da área do PNCV têm produzido uma maior mobilização dos proprietários rurais da região, que passaram a ter uma articulação regional através dos sindicatos rurais. Estes têm se posicionado para que o processo de ampliação, se e quando vier a acontecer, ocorra obedecendo todos os ordenamentos legais, especialmente os procedimentos de audiência pública prévia. Além disso, reivindicam a indenização prévia das terras que porventura forem incorporadas ao parque. Essa posição foi expressa por dirigentes dos sindicatos de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul e São João D'Aliança, para o secretário do meio ambiente do estado de Goiás, José de Paula Moraes Filho, em reunião realizada na sede do sindicato rural de Alto Paraíso de Goiás, em fevereiro de 2008.

Estes fatos ilustram o tipo de conflito vivenciado na Chapada dos Veadeiros entre um grupo de atores locais e os órgãos governamentais, evidenciando duas representações distintas do espaço regional. Diante das iniciativas governamentais de estabelecer unidades de conservação na região contrapõe-se a defesa dos interesses dos proprietários rurais, que querem dispor de suas propriedades com liberdade para definir o seu uso.

O tema da ampliação do PNCV precisa ser melhor explorado e mais esclarecido para as comunidades da Chapada dos Veadeiros. Qual o principal propósito para a ampliação do PNCV? Segundo Horowitz (2003), a biologia da conservação modela o tamanho mínimo de 100 mil hectares para manter populações viáveis de espécies-chave, sobretudo as de animais de baixa densidade populacional, os de grande porte e os predadores de topo (p. 156). Essa afirmação deixa a área do PNCV (65 mil hectares) aquém do necessário para a sobrevivência destes animais.

Porém, outras questões precisam ser respondidas para proporcionar segurança aos proprietários rurais e à população das comunidades locais. Quais são as regras do processo? Como as populações serão afetadas e quais os benefícios que serão oferecidos? Bensusan (2006) e Horowitz (2003) têm enfatizado a importância da parceria entre as unidades de proteção integral e as comunidades do seu entorno para o sucesso no cumprimento da finalidade da unidade e repetido que alguns fatores podem favorecer o entendimento entre o órgão gestor da UC e as populações locais. Entre estes, podem ser citados a disponibilização para as comunidades dos diagnósticos e demais estudos técnicos que fundamentam a necessidade de criação ou ampliação da unidade, a participação comunitária no processo decisório para modificar a área da UC, a resolução dos problemas fundiários da região (discriminatórias e demarcatórias), a certeza do compromisso governamental de cumprir integralmente as leis relativas à desapropriação de terras, especialmente a justa e prévia indenização, além do compromisso com a indução de desenvolvimento nas comunidades do seu entorno. Estas questões traduzem o previsto no artigo 22 da Lei do SNUC e nos artigos 2º ao 5º do Decreto nº 4.340/2002.

Bensusan (2006) apresenta essas questões relacionadas a conflitos e transformações sociais que se estabelecem a partir de ações governamentais para a conservação da natureza, enfatizando as vantagens da “coexistência de áreas sem uso e áreas com uso e habitantes” (p. 114). A autora afirma que:

A existência de áreas sem população humana, dentro de um sistema de áreas protegidas, é relevante para a conservação da biodiversidade. Por outro lado, áreas com uso são também fundamentais, pois preservam práticas tradicionais de manejo, experimentam alternativas de uso sustentável e ampliam as possibilidades de conservação tanto no espaço quanto no tempo (BENSUSAN, 2006, p. 114).

O PNCV não dispõe de muitos registros históricos sobre os primeiros anos de sua implementação. Quando foi criado, a área original do parque possuía diversos tipos de ocupação e precisava ser regularizada. Como vimos, a área foi bastante reduzida, o que implica na necessidade de articular estratégias de proteção integral com outras de uso sustentável, para garantir uma efetiva conservação da biodiversidade. Ainda assim, o Plano de Ação Emergencial de 1995, ao relatar a situação fundiária da área, menciona que os dados

cadastrais das propriedades dentro dos limites da UC estavam sendo levantados nos cartórios de Cavalcante e Alto Paraíso de Goiás. Uma ação discriminatória na área delimitada estava sendo proposta pela SUPES/GO, visando iniciar as ações demarcatórias para efetivar as desapropriações (MMA / IBAMA, 1995, p. 26).

O início da implantação do PNCV aconteceu com a doação de seis propriedades, em locais diferenciados e nos limites do decreto de criação, representando 4.640 hectares de terrenos de Cavalcante e 17.108 hectares de terrenos de Alto Paraíso de Goiás (MMA / IBAMA, 1995, p. 26). Em 1998, após as reduções do parque, “o total de áreas doadas somado ao que já foi comprado correspondem a 12.000 hectares de terras” (p. 26). O Plano de Manejo menciona que apenas essa área, de aproximadamente 20% do total da área do PNCV, é tida como pertencente à União (IBAMA / PROAVES, 1998, p. 6). Este Plano ainda relata que existem áreas superpostas a algumas das áreas já adquiridas, e que existiam nove ações de indenização em curso e três ações de reintegração de posse contra o IBAMA (p. 6 e 7).

Segundo Maciel (2005), o relatório elaborado pelo IBAMA, em 1998, como resultado da oficina de planejamento para a criação do Plano de Manejo do PNCV, aproximadamente 60% da área do parque compõe-se de terras devolutas do Estado de Goiás e cerca de 20% do restante de propriedades particulares. Conforme esse autor, a atual área do PNCV já foi demarcada e já existe um levantamento fundiário, embora menos de 20% desta área tenha sua situação fundiária regularizada.

Para o conhecimento exato do número de propriedades particulares nos limites do PNCV, o Plano de Manejo elaborado para a unidade, em 1998, confirma a iniciativa da Superintendência Estadual do IBAMA (SUPES/GO) de propor uma ação discriminatória na sua área delimitada (IBAMA/PROAVES, 1998, p. 6). Segundo esta mesma fonte, a desapropriação de áreas particulares no interior do PNCV é amparada pelo decreto nº 99.279/1990 (p. 6).

Sobre este assunto, é interessante reforçar que as áreas particulares de uma UC devem ser desapropriadas com prévia e justa indenização em dinheiro, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal (Art. 5º, inciso XXIV). Além do mais, o decreto que regulamenta a Lei do SNUC indica a regularização fundiária como a primeira prioridade para o uso de recursos advindos de compensação ambiental (artigo 33 do Decreto nº 4.340/02). Estas determinações

legais indicam a importância de se acelerar o processo de regularização fundiária para a melhor efetivação do PNCV.

Quanto a sua gestão, cabe lembrar que o PNCV é uma unidade de conservação federal, ou seja, foi criado por iniciativa do Governo Federal, sendo a sua gestão responsabilidade do órgão ambiental desta esfera de governo. Vejamos, então, a seqüência dos órgãos ambientais que foram responsáveis por sua gestão. Quando da sua criação, o então Parque Nacional do Tocantins estava subordinado à Seção de Parques e Florestas Nacionais do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura (artigo 1º da Lei 49.875/61) e passou longos anos sem ações efetivas para a sua implantação.

O decreto-lei que, em 1972, alterou a sua denominação para Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e determinou a primeira redução da sua área estabelecia que o Ministério da Agricultura continuava responsável por sua implantação e gestão, agora através do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, surgido em 1967. Tal situação foi alterada com a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 1989.

Em 1990, o decreto que estabeleceu a atual área do PNCV já atribuía ao IBAMA responsabilidades de gestão. Nesta época, o órgão ambiental estava vinculado à Secretaria Especial de Meio Ambiente da Presidência da República. Em 1992, com a criação do Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA passou a integrar este órgão. Foi a partir deste processo de fortalecimento da esfera ambiental do Governo Federal, que a gestão do PNCV ganhou novo fôlego. As iniciativas que começaram a ser tomadas para a implementação do parque implicaram em um novo relacionamento entre a unidade e a comunidade de seu entorno e estiveram relacionados com as mudanças ocorridas na região, estudadas mais adiante.

Outro aspecto que merece ser mencionado diz respeito aos recursos humanos disponibilizados para a execução da gestão do PNCV. O relatório da comissão criada pela Portaria Ministerial nº 42/66 relata que “o Parque conta com três guardas efetivos e dois vigilantes contratados, sendo indispensável a contratação de mais 18” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA / IBRA / IBDF, 1969, p.56). Já o relatório final da comissão da portaria nº 1.492/70 (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA / IBDF, 1971) relata que “a comissão contou

com a participação de todos os elementos do parque” e os relaciona: Antônio Soares da Silva – Encarregado da turma de Defesa e Vigilância, Geraldo Soares da Silva – Guarda Florestal, Odilon Pereira Nunes Bandeira – Guarda Florestal e Cezar Mariano de Souza – Trabalhador (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA / IBDF, 1971, p. 3). Em 1995, o parque já dispunha de um analista de sistemas, um engenheiro agrônomo, dois agentes administrativos, um datilógrafo e quatro agentes de defesa florestal (MMA / IBAMA, 1995, p. 58). Em 1998, o PNCV deixou de contar com o engenheiro agrônomo, com um agente administrativo e com três agentes de defesa florestal, ficando seu pessoal reduzido ao chefe e mais quatro servidores (IBAMA / PROAVES, 1998, p. 149).

Divino Reis dos Santos, Agente de Defesa Florestal, funcionário do IBDF/IBAMA desde 1982, e que foi funcionário do PNCV de 1984 a 1996, quando se aposentou, relata¹⁰ que quando chegou para trabalhar no PNCV era chefe da unidade o Dr. Fernando. No ano seguinte assumiu o Sr. Frutuoso Ribeiro Rosa, cujo mandato durou de 1985 a 1990. De 1990 a 1992, o PNCV foi dirigido pelo Sr. Benjamim Marreca. Em 1992, assumiu a direção o Dr. Adílio Valadão de Miranda, que permaneceu no cargo até 1997. No início de 1998, assumiu a chefia da unidade a Sra. Rosa Lia Godim de Castro, que permaneceu no cargo até 2003. De 2004 a 2006, o PNCV foi chefiado pelo Sr. Pedro Bignelli. Por fim, desde o início de 2007 o PNCV tem como chefe o Sr. Daniel Rios de Magalhães Borges.

2.2 - A situação atual do PNCV¹¹

2.2.1 - Atrativos naturais

A área de uso público do PNCV possui como principais atrativos naturais os dois grandes saltos do garimpão (80m e 120m, nesta seqüência) divididos por um grande lago, que recebe a cachoeira menor, e um trecho de aproximadamente 50m de rio, que corre sobre imensas lajes de pedras e despenca na cachoeira maior, o Salto I e o Salto II, respectivamente. Rio acima se encontra as Corredeiras, com piscinas e pequenos desníveis de rochas no leito do rio que proporcionam hidromassagens naturais. Continuando rio acima se encontra a cachoeira das Cariocas, também chamadas de Carioquinhas. Este atrativo é um conjunto de grandes lajes de pedras, uma grande piscina, que recebe um complexo de quedas d'água em

¹⁰ Entrevista realizada em 21/03/2008.

¹¹ Os dados sobre a situação atual do PNCV foram obtidos em entrevista com o chefe da unidade, Daniel Borges, em 07/03/2008.

forma de duchas. Seguindo mais adiante, rio acima, encontra-se uma grande piscina na saída de um *cannion* estreito e profundo, é o *Cannion* II. Ainda rio acima se alcança o último dos atrativos, onde o rio corre em outro *cannion* ladeado de grandes lajes de pedra, é o *Cannion* I. Todos esses são atrativos do rio Preto, o principal rio do parque por sua extensão e belezas naturais. Esses atrativos são divididos em dois grupos para o propósito de visitação pública. Existe assim a caminhada aos saltos I e II, passando-se pelas Corredeiras, e a caminhada aos *cannions* I e II e às Cariocas.

Além dos atrativos naturais, a área de uso público do PNCV abriga importantes sítios históricos que exemplificam a antiga atividade mineradora de exploração de cristais de rocha, que teve seu auge no período compreendido entre as duas grandes guerras mundiais. Essa atividade perdurou com alguma intensidade até o final da década de 1980 (NOVAES, 2002, p. 24). As caminhadas proporcionam ainda o contato com variadas fitofisionomias do Cerrado, especialmente o cerrado sentido restrito, campo úmido, campo rupestre, e a mata ciliar do rio Preto e matas de galerias de pequenos córregos.

Para ter acesso aos atrativos turísticos da área de uso público do PNCV, o visitante precisa pagar pela entrada na bilheteria do centro de visitantes da unidade. Atualmente a entrada tem o custo de R\$5,00 (cinco reais) por pessoa. Além do custo da entrada, o visitante precisa contratar um condutor de visitante de uma das duas associações credenciadas junto ao parque (ACVCV e SERVITUR). Cada condutor pode entrar com até dez visitantes. Independente do número de visitantes conduzidos, o custo do condutor é fixo, sendo atualmente de R\$60,00 (sessenta reais), sendo normalmente rateado entre o grupo.

O PNCV possui também paisagens de excepcional beleza fora de sua área de uso público. As mais conhecidas são avistadas na rodovia GO-239, que liga a cidade de Alto Paraíso de Goiás ao distrito Vila de São Jorge, como a vereda do Riacho Fundo, que foi rebatizada como Jardim de Maytreia; o morro Ferro de Engomar, também rebatizado como Morro da Baleia, cuja cumeeira é divisa da unidade. Próximo à cidade de Alto Paraíso de Goiás é avistada a serra das Cobras, que sobe na direção da serra do Pouso Alto, acompanhando o rio dos couros, divisa natural do parque, até próximo de suas nascentes e das nascentes do rio Preto.

A rodovia GO-118, no trecho que liga Alto Paraíso de Goiás a Teresina de Goiás, também permite avistar belas paisagens, como o campo do Cruzeiro, o Jardim Zem e diversos outros jardins rupestres entre campos de flores do cerrado, e a nascente do rio Santana, que corre acompanhando a rodovia, próximo à cerca que demarca a divisa da unidade. Na proximidade da cidade de Cavalcante, contornando o parque pelo seu lado norte, encontra-se outros atrativos que proporcionam caminhadas e banhos, mas que, entretanto, não são abertos à visitação.

Entre a cidade de Cavalcante e a cidade de Colinas do Sul, a divisa do parque fica longe da rodovia que liga os municípios. Existem, nessa região, os povoados do Moquéim e da Capela, que podem vir a se tornar também novas entradas para o PNCV, proporcionando travessias destes pontos para o campo do Cruzeiro e a Vila de São Jorge, respectivamente.

Existem, ainda, em todo o perímetro do parque, diversos atrativos naturais com belas paisagens, imponentes morros e encostas, campos rupestres e campos de flores, bem como corredeiras e cachoeiras. Pela exuberância da natureza local e a necessidade de favorecer os propósitos de preservação das áreas do PNCV, a região conta, desde 1994, com a criação da primeira UC na área de influência do parque, a RPPN Campo Alegre.

Desde então, o PNCV tem induzido à introdução de novas estratégias de conservação da biodiversidade na região. A APA do Pouso Alto e a Reserva da Biosfera do Cerrado – fase II o tem como referência em seus zoneamentos, sendo circundado pela primeira e participante, como uma das áreas núcleo, da segunda. Com a visão de integrá-lo com outras áreas naturais especialmente protegidas, foi estabelecido um corredor ecológico, o Paranhã-Pirineus, e diversas RPPN foram criadas no seu entorno. Todas essas áreas especialmente protegidas serão abordadas nos próximos capítulos.

2.2.2 – da infra-estrutura

Existe hoje implantado, como infra-estrutura do PNCV, um moderno centro de visitantes, com auditório, biblioteca, sanitários, e salas administrativas, fruto da parceria do IBAMA com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), além de uma guarita e uma edificação com escritórios e alojamento, situados próximo ao centro de visitantes. Existem residências de funcionários no interior do PNCV, próximo à rodovia que liga Alto Paraíso de Goiás a São Jorge, com acesso a aproximadamente 3 km da Vila. Existem ainda

três casas, que servem como postos de fiscalização, localizadas no perímetro do parque, uma próxima ao morro Ferro de Engomar (Morro da Baleia), outra próxima ao córrego Mulunga, e outra próxima às nascentes do rio Preto. Os limites do PNCV próximos às rodovias GO-118 (entre Alto Paraíso de Goiás e Teresina de Goiás) e a GO-239 (entre Alto Paraíso de Goiás e a Vila de São Jorge) estão delimitados com postes de concreto e arame farpado, contendo placas indicativas da unidade de conservação.

2.2.3 – dos recursos humanos

O PNCV tem atualmente um quadro de pessoal próprio com cinco Técnicos Ambientais, e uma equipe de apoio composta por cinco servidores de serviços gerais, um motorista, um recepcionista/secretário, e quatro vigilantes. Em momentos de necessidades quanto ao combate do fogo na unidade e entorno, os funcionários do PNCV são apoiados pelo grupamento itinerante de combate ao fogo do IBAMA, o PREVFOGO.

2.2.4 – da gestão participativa

Atendendo ao previsto na Lei do SNUC e no Decreto que o regulamenta, em 20 de junho de 2001, por meio da Portaria do Ibama nº 62, foram instituídos o Conselho Consultivo do PNCV (CONPARQUE) e o seu respectivo Regimento Interno. A constituição do conselho foi precedida de esclarecimentos do IBAMA por intermédio de um informativo, encaminhado às lideranças dos municípios do seu entorno, contendo orientações para a implantação de conselhos de unidades de conservação de proteção integral (anexo IV), e da realização de um seminário de formação do conselho consultivo do PNCV, realizado em outubro de 2000, no auditório do centro de visitantes da unidade.

No Regimento Interno do CONPARQUE é prevista a realização de reuniões ordinárias trimestrais. Em análise realizada nos livros de atas do Conselho, arquivados na sede do PNCV, constatou-se que as reuniões aconteceram, conforme o seu Regimento, nos anos de 2001 e 2002. Desde então elas se tornaram escassas, não tendo ocorrido reunião ordinária em 2003. No ano de 2004, através da Portaria do IBAMA nº 77, a composição do conselho foi alterada e ampliada, passando de 19 para 28 membros, atendendo à solicitação de segmentos não-representados, passando a contemplar representação governamental e da sociedade civil de cinco municípios do seu entorno e de sua área de influência, a saber: Alto Paraíso de

Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul, Teresina de Goiás e São João D' aliança. Em 2004 e 2005, aconteceu apenas uma reunião por semestre. No ano de 2006, aconteceu apenas uma reunião, e, no ano de 2007, o Conselho não funcionou.

Em agosto de 2007, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), vinculado ao MMA, que assumiu a responsabilidade de gestão das unidades de conservação federais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Desde então, segundo o atual diretor do parque, a gestão do PNCV tem sido feita de forma compartilhada entre o IBAMA/GO e o ICMBIO, situação que deve perdurar por mais dois anos, até a adequada estruturação do ICMBIO.

2.2.5 - dos instrumentos de planejamento

Em 1991, o IBAMA elaborou as “Orientações Básicas ao Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros”, tendo por base o relatório de viagem realizada em 1986 por uma equipe do IBDF (MMA / IBAMA, 1995, p. 12). De 1992 a 1995, o uso público do PNCV foi regulado por essas Orientações Básicas ao Manejo, que se constitui em seu primeiro instrumento de planejamento (p. 63). Estas orientações previam a construção de um centro de visitantes, construção de trilhas, cobrança para a visitação pública, controle da capacidade de carga das áreas de visitação, exigência do acompanhamento de condutores de visitantes, e outras atividades administrativas, de infra-estrutura, e de orientação aos proprietários de terras no seu entorno (p. 64 a 68).

Em 1995, foi elaborado pelo IBAMA um Plano de Ação Emergencial, o qual passou a ser o instrumento de planejamento do PNCV. Este instrumento tratou da caracterização biofísica da unidade, avaliou seus aspectos institucionais, sua área de influência, a ocorrência do fogo, relatou o uso da área, sua situação fundiária, e os aspectos culturais e históricos da região. Por fim, fez uma avaliação das Orientações Básicas ao Manejo, e apresentou estratégias e propostas de ação, que previam: melhoramento da capacidade administrativa, consolidação das medidas de proteção, efetivação da regularização fundiária, consolidação da integração da UC com o seu entorno, e implementação de pesquisa científica na área (p. 6).

Em 1998, sob a coordenação da geógrafa Ângela Pantoja, foi elaborado um Plano de Manejo contendo diversos estudos científicos sobre a área e o seu entorno

(IBAMA/PROAVES, 1998). Entretanto, as propostas de gestão deste Plano de Manejo não estão sendo implementadas porque ele não foi aprovado pelo IBAMA. Em 2000, a empresa de consultoria MRS foi contratada pelo IBAMA para fazer uma revisão e adequação do Plano de Manejo existente. Entretanto, o seu trabalho ainda não foi concluído. Com isso, permanece prevalecendo como instrumento de planejamento do PNCV o Plano de Ação Emergencial de 1995.

Sem Plano de manejo, o PNCV ainda não dispõe de uma Zona de Amortecimento legalmente definida. A ausência de uma Zona de Amortecimento definida para o PNCV tem levado os gestores do parque a afirmar que, para proteger o entorno do parque, é utilizada a Resolução do CONAMA nº 13/1990, a qual estabelece que “nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente”. Porém, esta resolução trata de licenciamento ambiental e não de zoneamento e poder de fiscalização concedido ao órgão gestor da UC sobre este zoneamento específico, sua Zona de Amortecimento. Essa situação indica uma fragilidade, em relação à fiscalização do órgão gestor do PNCV, para garantir-lhe a integridade e prevenir distúrbios em sua área a partir de atividades desenvolvidas em seu entorno.

2.3 – Cumprindo o seu propósito

O PNCV é uma unidade de conservação da categoria de proteção integral (SNUC, art. 7º). O propósito de sua criação é assim definido no artigo 11 da Lei do SNUC (9.985/2000):

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (SNUC, art. 11)

2.4.1 – Uma análise de sua efetividade

Ao analisarmos a história do PNCV, constatamos que por muito tempo ele foi um parque que tinha existência praticamente no papel. A existência de “parques de papel” é citada por Horowitz (2003) como uma realidade em áreas de conservação da natureza existentes em diversos países. Embora a gestão do PNCV tenha se tornado mais efetiva, nas duas últimas décadas, uma realidade que ele compartilha com a grande maioria das áreas protegidas do mundo é a deficiência generalizada dos elementos necessários para a sua efetiva implantação e gestão. Horowitz (2003, p.86) declara que a realidade da grande maioria das áreas protegidas é descrita pelo termo “ausência de...”, revelando falta de conscientização, descaso, despreparo, e não priorização das questões relacionadas à conservação da biodiversidade.

A limitação de recursos financeiros, passando por falta de equipe qualificada, de infraestrutura, de capacidade institucional, de informações biológicas da área protegida, de suporte político e legal, até o adequado envolvimento das comunidades do entorno são citados por Horowitz (2003, p. 86) como gargalos na efetiva implantação de uma unidade de conservação.

Entre os dias 20 a 27 de maio de 1995, foi realizado um Seminário de Planejamento Participativo que compreendeu várias fases de análise da UC. Neste seminário, foi identificado que o problema central do parque era o manejo inadequado dos seus recursos naturais, comprometendo os objetivos da unidade. As principais causas apontadas foram: medidas de proteção da UC deficientes; regularização fundiária morosa; uso público do PNCV deficiente; estrutura administrativa deficiente; prevenção de incêndios deficiente; insuficiente conhecimento científico sobre a área; e educação ambiental incipiente (MMA / IBAMA, 1995, p.71 e 72).

De 11 a 15 de maio de 1998, foi realizada, na cidade de Pirenópolis-GO, uma oficina de planejamento como parte do processo para a elaboração do Plano de Manejo do PNCV. Nesta oficina foi analisada a efetividade do parque e chegou-se a conclusão de que a unidade não atingia todos os seus objetivos (MMA / IBAMA, 1998, p. 165). A discussão foi realizada analisando-se os programas de manejo estabelecidos no Roteiro Metodológico para a elaboração do Plano de Manejo. A partir do Programa de Conhecimento chegou-se à

conclusão de que o conhecimento da UC era precário, em função da pesquisa incipiente e da inexistência do monitoramento ambiental. Do Programa de Uso Público chegou-se a conclusão de que o uso público da unidade era inadequado, pela inexistência de um Plano de Uso Público, a recreação desordenada e a interpretação e educação ambiental insuficientes. Do Programa de Integração com a Área de Influência concluiu-se que esta integração era deficiente, em função das relações públicas, da educação ambiental e do controle ambiental serem deficientes, e pela inexistência de incentivo às alternativas de desenvolvimento na área de influência da UC (p. 166 e 167).

Estas foram as duas únicas avaliações participativas sobre a efetividade do PNCV. Já se passaram dez anos desde a última avaliação. Nesse período houve uma atenção especial para os visitantes, por parte do órgão gestor, com a construção do novo centro de visitantes e uma remodelação das trilhas do parque. Nas demais áreas de atuação não houve mudanças substanciais na situação analisada em 1998.

Para responder à pergunta sobre se o PNCV está cumprindo o seu objetivo básico, conforme previsto na Lei do SNUC é preciso saber se o PNCV é eficiente em preservar os ecossistemas naturais por ele englobadas. O monitoramento e fiscalização da área são exercidos regularmente, inexistindo assentamento humano no interior do PNCV. Apesar da precária vigilância, o uso de áreas do parque para extração vegetal, mineral, ou caça, pesca e apreensão de animais para comercialização é mínimo ou desconhecido. A pressão dos aglomerados humanos ou do crescimento urbano em comunidades do seu entorno não tem significado grande ameaça (MMA /IBAMA, 1995; MMA / PROAVES, 1998). A localização do PNCV numa região de baixa densidade demográfica é um facilitador quando se pensa em ações preventivas a serem desenvolvidas para tornar as comunidades do entorno aliadas da unidade.

A grande importância do PNCV para a conservação da biodiversidade do bioma Cerrado foi enfatizada pela sua titulação como Sítio do Patrimônio Mundial Natural, conferido pela UNESCO em 2001. A importância do PNCV também foi enfatizada pelo seu reconhecimento como zona núcleo da Reserva da Biosfera (RESBIO) do Cerrado – Fase II, totalmente circundada pela APA Estadual do Pouso Alto, prevista como zona de amortecimento em seu zoneamento.

Apesar de sua significância, segundo Horowitz (2003), o tamanho da área é apontado como um dos limitadores para que unidades de proteção integral, como o PNCV, cumpram eficazmente o seu propósito (p. 156). Para suprir as limitações impostas por essa realidade, autores enfatizam a necessidade da constituição de corredores ecológicos para garantir conectividade com outras categorias de áreas especialmente protegidas no entorno da unidade (MILLER, 1997; HOROWITZ, 2003; GANEN, 2007). Veremos mais adiante que o Corredor Ecológico Paranã-Pirineus não cumpre esse propósito.

O PNCV tem estado aberto a pesquisas científicas. Tanto o interior do parque quanto o seu entorno têm sido objeto de diversos estudos científicos. No site do PNCV¹², estão relacionados 14 estudos científicos sobre a sua flora e fauna, com registros a partir do ano 2000. Também estão registradas 9 produções científicas, realizadas desde 1999. Infelizmente a grande maioria destas pesquisas e estudos não é encaminhada pelos autores para serem disponibilizadas no PNCV.

Quanto às atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico, consta nas informações gerais da UC, no Plano de Manejo elaborado para a unidade, que são desenvolvidas atividades de uso público, educação ambiental, fiscalização e pesquisas científicas (MMA / PROAVES, 1998, p. 3), cumprindo assim estes objetivos propostos para esta categoria de unidade de conservação.

A atual área de uso público, usada para as atividades de educação e de lazer, ocupa aproximadamente 2% de sua área total. Estas atividades acontecem respeitando-se estudos de capacidade de carga e com a presença de um guia ou um funcionário habilitado. A visitação foi organizada através de acordo do órgão gestor com os guias locais, acordo que se transformou em regulamento desde 15 de dezembro de 2000 e, segundo o atual chefe da unidade, “até a realização da licitação do serviço de condução de visitantes no PNCV”, pois, ainda segundo o chefe “a atuação dos condutores foi regulamentada por meio de instrumento que não é adequado, juridicamente, para regulamentar tal atividade”. Independente da condição legal ainda não regularizada, o PNCV também tem cumprido o seu propósito em proporcionar recreação e turismo ecológico.

¹² www.Ibama.gov.br/parna_veadeiros

2.4 – Principais ameaças

Ao analisar o Programa de Ação Emergencial do PNCV, observamos que nas medidas de proteção propostas para a unidade existem propostas de ações voltadas apenas para coibir entradas não autorizadas, e prevenir incêndios no entorno e no interior do parque (MMA / IBAMA, 1995, p. 83). Segundo o Plano de Manejo elaborado para o PNCV, a entrada não autorizada na unidade para extração vegetal, mineral, ou para a caça, pesca e apreensão de animais para comercialização é mínima ou desconhecida (MMA / PROAVES, 1998, p. 3). Não há, nesse instrumento, menção da existência de assentamento humano no interior do PNCV.

Hoje tocam o parque, ou estão bem próximas dos seus limites, a sede do município de Alto Paraíso de Goiás e a sede do município de Cavalcante. Além destes, está localizada na entrada da área de uso público do PNCV a Vila de São Jorge, uma antiga vila de garimpeiros, e entre Cavalcante e Colinas do Sul estão localizados os povoados do Moquém e da Capela. Apesar de o entorno imediato do PNCV, em sua maioria, não ser próprio para a agricultura ou pecuária de grande escala, a existência de fazendas no seu entorno abrem portas para visitas não autorizadas e tem gerado a introdução de espécies invasoras e a presença de animais em busca de pastagens e animais domésticos (cães), em busca de pequenos animais para alimento, mesmo que em pequena escala (IBAMA/PROAVES, 1998).

O uso indiscriminado do fogo tem sido um grande inimigo do PNCV. O uso do fogo para controle de pastagens é uma prática cultural da região. Porém a sua disseminação indiscriminada e irresponsável tem produzido muitos transtornos e prejuízos ao PNCV. Segundo os dados do PREVFOGO constantes no site do IBAMA, no ano de 2007, mais de 60% da área do PNCV foi queimada. Como atesta Daniel Borges, o seu atual chefe: “as principais ameaças se restringem, atualmente, ao uso do fogo de forma indiscriminada; ações de caça de grandes mamíferos, principalmente cervídeos; e no entorno os empreendimentos como Unidades Hidroelétricas – UHEs; e as constantes modificações da paisagem por pastagens”, e acrescenta ainda que as limitadas dimensões da unidade, por serem insuficientes para a conservação da biodiversidade regional, são também uma ameaça para a sobrevivência da unidade, e a conservação de sua biodiversidade, a longo prazo.

2.4.1 – das ameaças às oportunidades

Ainda hoje o PNCV apresenta deficiências para cumprir plenamente os seus propósitos. Porém, desde a década de 1990, com a mudança de postura do seu órgão gestor, que passou a restringir e regular o acesso aos atrativos naturais e fiscalizar com mais eficiência as práticas de extração mineral, vegetal e da caça em seus limites, houve uma transformação do seu significado para as comunidades que o circundam, embora, mais acentuada para uns do que para outros (Barros, 2005).

Além de ter função, como estratégia do governo federal, voltada para a conservação da biodiversidade regional, o PNCV constitui-se no principal atrativo turístico da Chapada dos Veadeiros. Foi a partir da organização de sua visitação pública, a partir de 1990, que o setor do turismo começou a ganhar maior significado na região. Tomando-se o município de Alto Paraíso de Goiás como exemplo, vemos que foi a partir desse período que houve um incremento significativo de estabelecimentos de hospedagem e restaurantes. Segundo Novaes (2002), os dados do inventário turístico da Chapada dos Veadeiros de 2000 - mantido pela ONG Grupo Nativa - indicam que, dos 34 estabelecimentos de hospedagem e 37 restaurantes cadastrados, apenas 6 estabelecimentos de hospedagem existiam antes de 1990 e apenas 8 restaurantes entraram em funcionamento até a década de 1980 (p. 37).

Sobre o envolvimento das comunidades do entorno na construção da parceria UC - Comunidades locais, a Vila de São Jorge é um excelente estudo de caso e um referencial a ser considerado na relação do PNCV com os demais aglomerados humanos que o cercam, para que as comunidades locais tornem-se aliadas da conservação da biodiversidade realizada pela unidade e tenham essa atitude reforçada pelos ganhos econômicos e sociais advindos dessa atitude de parceria.

2.5 - O caso da Vila de São Jorge

Mesmo na Vila de São Jorge, a “porta de entrada” para o parque e a maior beneficiária do turismo ecológico ali praticado, a mudança de postura do IBAMA, órgão gestor do PNCV na época, que decretou o seu fechamento e determinou um novo relacionamento da comunidade com a unidade de conservação, provocou inicialmente grande reação negativa.

Isso foi manifestado em expressões contidas nos trabalhos de Silveira (1997) e de Barros (2003), frutos de entrevistas com moradores da Vila de São Jorge e que demonstram a resistência e o estranhamento inicial da população local à atitude do IBAMA.

No início dos anos 1990 houve uma adaptação dos moradores da Vila de São Jorge à proposta governamental do desenvolvimento local através do turismo ecológico praticado no parque e em propriedades particulares do seu entorno. Após a realização de um curso de guias locais, promovido pelo IBAMA e parceiros, diversos moradores da Vila, inclusive antigos garimpeiros, ganharam nova profissão. Foi criada a Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros – ACVVCV. A visitação do parque passou a ser organizada. Só esses guias locais, com capacitação formal, podem conduzir os turistas nos passeios ao PNCV (IBAMA/PROAVES, 1998).

A comunidade organizou-se em uma associação de moradores, a ASJOR – Associação de moradores da Vila de São Jorge - e diversas outras atividades ligadas ao turismo passaram a florescer. Quintais viraram campings, cozinhas transformaram-se em restaurantes, pequenos cômodos viraram pousadas, bares com suas sinucas e forrós transformaram-se em centros de lazer dos habitantes da Vila e dos visitantes. Houve o que ficou conhecido pelos moradores locais como o “desenvolvimento de base comunitária”, expressão apropriada pela comunidade a partir da implantação do Projeto Veadeiros pela ONG Fundo Mundial para a Natureza (WWF, 2000).

Com o aumento do movimento de turistas, que buscavam contato com a exuberante natureza da região, melhorou a condição financeira dos moradores da Vila, atestado pela melhoria das moradias e do comércio local. A crescente demanda por serviços ligados ao turismo e os seus benefícios econômicos e sociais proporcionaram uma mudança de atitude dos moradores locais em relação ao novo estilo de vida (Barros, 2005, p. 16)

A ligação entre a comunidade da Vila e o PNCV se fortaleceu desde então. Chegou a energia elétrica e seus benefícios; está chegando o acesso por asfalto; os sistemas educacionais, de saúde e de lazer estão gradativamente melhorando; ampliação da captação de água e tratamento de esgoto doméstico também estão sendo implantados; a demanda do turismo continua fazendo crescer o número de restaurantes, pousadas e outros serviços a ele associados; a vida da Vila “pulsa” em função do Parque Nacional e alimenta o desejo de

contínuo aprimoramento dos serviços oferecidos aos visitantes e conseqüente melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

A história da Vila de São Jorge mostra que o advento do turismo proporcionou desenvolvimento econômico e social associado à viabilidade ambiental, por causa do compromisso de seus moradores com a conservação de sua maior fonte de renda, o PNCV. O ganho econômico e social advindos da incorporação destas novas atividades transformou os moradores da Vila de entraves para a administração do parque em ferrenhos defensores de sua conservação e fiscais do seu uso responsável (IBAMA/PROAVES, 1998 e Barros, 2005, p. 17).

Entretanto, algumas possibilidades previstas no SNUC produzem inquietações, principalmente na Vila de São Jorge. A principal questão diz respeito ao fato de a gestão da UC poder ser compartilhada com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, regulada por termo de parceria nos termos da lei (Lei nº 9.790/99). Se isto vier a acontecer, quais as conseqüências na exploração dos serviços relacionados à UC, inclusive os relacionados à “implementação de atividades de uso comum do público, tais como visitação, recreação e turismo” (art. 25 inciso I do Decreto nº 4.340/02), e especialmente como será a relação com os atuais condutores de visitantes?

Mesmo com o desafio de se superar um possível conflito, como o citado acima, a história da Vila de São Jorge indica a potencialidade de um desenvolvimento sustentável cujo conceito, segundo Bursztyn e Bursztyn (2006), está assentado no tripé: economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado (p 60).

É certo que as unidades de conservação não podem ser tomadas como as “salvadoras da pátria” no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social das comunidades do seu entorno, mas também não podemos negar o imenso potencial existente da estratégia de conservação para proporcionar e induzir benefícios econômicos e sociais nessas comunidades. A experiência da Vila de São Jorge indica um caminho de zoneamento do PNCV e desafia as demais comunidades do entorno do parque a assumirem maior compromisso com a sua fiscalização e proteção, pela perspectiva de a unidade de conservação passar a fazer parte fundamental de suas vidas.

2.6 - Uma proposta a ser considerada

A Vila de São Jorge, ao nos apresentar uma percepção da relação UC – Comunidade local, configura-se como um exemplo e um desafio a ser levado em conta quanto à definição da postura do PNCV em relação às comunidades do seu entorno. Em vista disto, o órgão gestor da unidade deve considerar a possibilidade de que todo aglomerado urbano, seja a sede de um município ou um povoado, localizado no entorno próximo do PNCV, se torne uma entrada para o parque. Essa entrada, ou janela, seria o instrumento estabelecido no zoneamento do seu Plano de Manejo visando o envolvimento das comunidades na sua fiscalização e proteção, por ser instrumento direto de ganho econômico, e conseqüentemente ganho social, para a comunidade envolvida.

O pressuposto desta proposta é de que as áreas intangíveis de um parque deveriam estar em seu núcleo, nunca em suas bordas. Se presentes em suas bordas, nunca deveriam estar em área contígua a aglomerados humanos, pois certamente deixariam de ser intangíveis. Um zoneamento visando à proteção maior de uma área núcleo, contendo uma área de transição ao seu redor, e algumas áreas de uso público nas adjacências dos aglomerados humanos, seria mais racional para o propósito de associar a conservação ambiental com o desenvolvimento econômico e social de uma região. Essa realidade de zoneamento será mostrada no capítulo da Reserva da Biosfera, área especialmente protegida que o adota por princípio.

Segundo Bensusan (2006), um dos principais desafios na implantação e gestão de uma área protegida diz respeito às relações das áreas protegidas com as suas circunvizinhanças. Para reforçar a sua argumentação, a autora faz referência a um estudo sobre o entorno de nove unidades de conservação de proteção integral, distribuídas por 10 estados brasileiros. Uma das conclusões do estudo afirma que “a gestão da área se torna mais eficiente quanto maior o envolvimento das comunidades locais” (p. 26). Os aspectos examinados nesse estudo envolveram o grau de organização dos atores sociais, os impactos na geração de emprego e renda, a influência das experiências em questões sobre as políticas públicas e o impacto sobre a biodiversidade. O resumo das lições deste estudo é assim expresso:

É necessário lidar com a complexidade das situações que envolvem conservação da biodiversidade e populações humanas; o que acontece fora da unidade de conservação influencia o que se quer conservar em seu interior; quanto mais participação, organização e informação, menos conflituosa e mais eficiente é a gestão da unidade; e quanto mais alternativas para a geração de renda das comunidades locais, maior sucesso na conservação da biodiversidade tem sido obtido.” (Soares et al., 2002 APUD Bensusan, 2006)

A organização social das comunidades do entorno do PNCV é diretamente requerida pelo órgão gestor para a composição do Conselho Consultivo. Isto implica que o órgão gestor considere ações de indução da organização comunitária, visando o benefício tanto da própria comunidade quanto uma maior e melhor representatividade em sua instância de gestão participativa.

As políticas públicas locais e regionais também podem ser aliadas da conservação da biodiversidade. O que pode conduzir o órgão gestor do PNCV a envolver-se em ações de indução do planejamento territorial dos municípios do entorno do parque, incentivando a elaboração dos seus respectivos planos diretores. Esta é uma oportunidade para o esclarecimento dos aspectos conflitantes entre as leis ambientais e os interesses e a autonomia municipal, o que pode contribuir para o amadurecimento de uma postura de parceria.

2.8 – O aprimoramento da estratégia original

O PNCV atraiu a atenção de ONGs ambientalistas, especialmente da FUNATURA, com seu programa Santuários de Vida Silvestre, que visava aumentar a porcentagem de áreas protegidas no Brasil, e da WWF, com o Projeto Integrado de Conservação e Desenvolvimento (PICD) do Cerrado, intitulado “Projeto Veadeiros”. Entre outros projetos, estas ONGs atuaram em parceria no projeto de “Apoio à Criação e Implementação de RPPNs na Chapada dos Veadeiros” (MMA / PROAVES, 1998, p. 50).

O Estado de Goiás também se colocou como parceiro na conservação ambiental do cerrado de altitude da Chapada dos Veadeiros ao agir para formatar o mosaico de UC da

região com a criação de uma ampla unidade de conservação de uso sustentável, a APA do Pouso Alto, que abriga a rede de RPPN regional e circunda o PNCV (SEMARH/GO, 2000). O Estado também coordenou uma parceria envolvendo os municípios da região e ONGs ambientalistas com atuação na área, que desembocou na criação da Reserva da Biosfera do Cerrado de Goiás (SEMARH/GO, 2000b).

A iniciativa do IBAMA, em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), de instituir o Corredor Ecológico Parana-Pirineus, também se constituiu em proposta complementar de aprimoramento da proposta original de conservação da biodiversidade da Chapada dos Veadeiros, o PNCV (JICA, 2006).

Após esta análise do PNCV, passamos a estudar as estratégias de conservação da biodiversidade da região por meio de UC de uso sustentável (APA do Pouso Alto e RPPNs), de iniciativas locais e das propostas de gestão integrada das UCs da Chapada dos Veadeiros. Ao fazê-lo, esperamos contribuir para a reflexão sobre a complementaridade das áreas especialmente protegidas e a integração da gestão das mesmas.

CAPÍTULO III

As Unidades de Conservação de Uso Sustentável da Chapada dos Veadeiros e as iniciativas de conservação municipais.

Neste capítulo abordaremos as unidades de conservação de uso sustentável existentes na Chapada dos Veadeiros. São elas a APA estadual do Pouso Alto e quatorze RPPNs localizadas na área de influência do PNCV. Trata-se de compreender como se deu o processo de criação, implementação e a gestão destas UCs, bem como a relação delas com o PNCV. Serão tratadas, também, algumas iniciativas municipais voltadas para a conservação da biodiversidade local, em especial as iniciativas de Alto Paraíso de Goiás, suas possíveis motivações e a relação destas com as demais áreas protegidas existentes na região, especialmente com o PNCV.

3.1 - A Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto – GO

3.1.1 – Caracterização da unidade

A Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto (APA do Pouso Alto) é uma unidade de conservação de uso sustentável pertencente ao Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) do Estado de Goiás. Foi criada pelo Governo de Goiás, por meio do Decreto nº 5.419 de 07 de maio de 2001, com uma área de 872.000 hectares, envolvendo completamente o PNCV. A sua área abrange integralmente o município de Alto Paraíso de Goiás, quase a totalidade dos municípios de Colinas do Sul e de Cavalcante, e parte dos municípios de Teresina de Goiás, Nova Roma e São João D'Álvia.

A sua criação foi proposta pela Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação (SEMARH/GO), financiada pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e executada pelo grupo Nativa, com o apoio da ONG Oca-Brasil e do poder público dos municípios abrangidos (SEMARH, 2000).

3.1.2 - Estudos prévios

Para subsidiar a proposta de criação da APA Estadual do Pouso Alto, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH/GO) organizou uma expedição de especialistas em diversas áreas. Participavam do grupo o historiador, escritor e poeta Paulo Bertran; o geólogo Tadeu C. Veiga; os biólogos Ângelo Rizzo, Rogério Dias e Juliana Leite; o geógrafo Bismarque Villa Real; e uma equipe de técnicos da WWF e da SEMARH/GO; todos guiados pelo historiador local Luis Lima (o Lula). Entre os dias 25 e 26 de agosto de 2000, esta equipe percorreu o seguinte roteiro: Alto Paraíso – Cavalcante – Araí – Minaçu – Serra da Mesa – Colinas do Sul – Vila de São Jorge – Alto Paraíso, dando uma grande volta em torno do PNCV (SEMARH/GO, 2000, p. 32).

As observações de cada especialista foram transformadas em relatórios de viagem, publicados pela SEMARH/GO (2000) e apresentados como subsídio científico para a criação da APA do Pouso Alto. O conteúdo destes relatórios é utilizado como fonte para a caracterização da área abrangida pela unidade de conservação.

Bertran fez uma apresentação poética da Chapada dos Veadeiros, que recebia mais uma unidade de conservação:

A Chapada dos Veadeiros, em Goiás, celebra-se nacionalmente pelo majestoso despenhar-se de montanhas, desde perto de 1700 metros de altitude até rasos 500 metros, nas contíguas bacias amazônicas dos rios Tocantins e Paranã, formando de tanto em tanto patamares entre montanhas e vales de uma estética sutilíssima que lembra a delicadeza dos jardins japoneses, Bonsais do Cerrado.

Tanto no presente quanto no passado, o cenário grandiloquente e sutil chamou a atenção dos conhecedores tanto pela beleza do cerrado de altitude – sucessão orquestrada de jardins naturais, no dizer do Dr. Glaziou, em 1893 – quanto pela monumentalidade do seu desabar-se em altas serras sucedentes, intercaladas de ribeirões cristalinos com leitos de pedra. (BERTRAN, in SEMARH, 2000, p.5)



Figura 3: Foto de área englobada pela APA do Pouso Alto, Próximo ao município de Alto Paraíso de Goiás.

Bertran associa a dimensão da APA do Pouso Alto ao resgate das dimensões originais do Parque Nacional do Tocantins. Essa associação é argumento do poeta para ressaltar o pioneirismo dos irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno no movimento ambientalista goiano, responsáveis por iniciativa junto ao Governo Federal solicitando a criação do PNCV (LIMA, 1999, p. 1)

Luiz Lima apresenta um histórico da criação do PNCV, caracterizando-o como o principal indutor da criação da APA do Pouso Alto. Segundo o autor, pela dimensão da área, a melhor denominação da unidade de conservação seria APA do Tocantins, pelo fato de o rio Tocantins ser a divisa natural, desde a sua nascente, na divisa de Alto Paraíso de Goiás e São João D'Áliaça, em toda sua extensão meridional, até a Reserva Indígena dos Avá-Canoeiros, no lago de Serra da Mesa, no município de Colinas do Sul (LIMA, in SEMARH, 2000, p. 12 e 15). Esses eram, originalmente, os limites do Parque Nacional do Tocantins (Decreto nº 49.875/61), que, quando os teve alterados, motivou a proposta de mudança do nome da unidade, conforme exposto no capítulo anterior.

A Reserva da Biosfera do Cerrado – Fase II, que tem o PNCV como uma de suas áreas-núcleo e a APA do Pouso Alto como a sua Zona de Amortecimento, também recebeu de Luiz Lima uma sugestão de nome: deveria ser a Reserva da Biosfera da Chapada dos Veadeiros (p. 15). Objetivo final do Projeto Veadeiros, desenvolvido pela WWF na região, ela será melhor tratada no capítulo da Reserva da Biosfera.

Tadeu C. Veiga demonstra a representatividade do meio físico nesta amostra da região englobada pela APA do Pouso Alto e finaliza apresentando as suas possibilidades econômicas (VEIGA, in SEMARH, 2000, p.25). Ângelo Rizzo caracteriza a flora da área (p. 28) e Rogério Dias a fauna (p. 32). Ambos registram as conseqüências do mau manejo do fogo. Por fim, Juliana Leite apresenta uma breve história ambiental da região e fala do uso e da ocupação do seu solo (p. 45), enquanto Bismarque Villa Real apresenta o potencial ecoturístico da área (p. 48).

O documento reunindo os relatórios deste grupo multidisciplinar é uma das únicas publicações sobre a APA do Pouso Alto, acrescida recentemente pela dissertação de mestrado relacionada à implementação da APA do Pouso Alto, elaborada por Cristiane Meió (2006).

3.1.3 - O processo de criação e implementação da APA

Em fevereiro de 2007, a Agência Goiana de Meio Ambiente (AGMA) apresentou um relatório ao Conselho Estadual do Meio Ambiente onde resumia os eventos relacionados com a criação e implementação da APA do Pouso Alto, e historiava as ações realizadas para a elaboração do Plano de Manejo e implementação do conselho gestor da unidade (SEMARH / AGMA, 2007).

No que diz respeito aos eventos relacionados com a criação e a implementação da APA, a primeira ação deu-se nos dias 25 e 26 de agosto de 2000, com a realização de estudos técnicos, por uma equipe de consultores terceirizados, para subsidiar a criação da UC. Um segundo passo foi a realização de uma consulta pública sobre a criação da APA, no dia 30 de agosto de 2000, em Cavalcante/GO. Em 6 de setembro do mesmo ano, em sua XXVI reunião ordinária, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMAm) aprovou o processo de criação da APA do Pouso Alto. Em 7 de maio de 2001, foi publicado o decreto de criação da APA

(Decreto Estadual nº 5.419/2001), e em 15 de outubro do mesmo ano foi publicado o decreto de criação do conselho gestor da unidade (Decreto Estadual nº 5.500/2001). Por fim, em 11 de maio de 2005, foi assinado o contrato envolvendo o IBAMA, a AGMA, e as empresas TSN e Bourscheid, tendo como objeto os serviços para a elaboração do Plano de Manejo e implementação do conselho gestor da APA, viabilizados por recursos de compensação ambiental. A execução do objeto do contrato ainda está em andamento (SEMARH / AGMA, 2007).

Para a realização dos serviços contratados, foram realizadas, entre os dias 19 e 24 de setembro de 2005, reuniões para esclarecimentos sobre a APA, em cada um dos seis municípios envolvidos. No dia 8 de outubro de 2005, foi realizada, em Alto Paraíso de Goiás, uma reunião geral contando com a presença de representantes de todos os municípios. Em 4 de novembro foi realizada uma reunião aberta a todos os interessados, para esclarecimentos sobre a APA e a composição do seu conselho gestor, no auditório do PNCV, em São Jorge, Alto Paraíso de Goiás. Nos meses de novembro e dezembro de 2005, foram realizadas reuniões nos municípios para a escolha dos representantes locais para comporem o conselho gestor da unidade. Em 30 de maio de 2006, os conselheiros eleitos e demais interessados foram reunidos em Teresina de Goiás, para a apresentação da proposta preliminar de zoneamento da APA. Após essa reunião, foram realizadas nos municípios reuniões locais para a avaliação dos documentos entregues na reunião de planejamento e do encarte sobre o contexto sócio-ambiental da área, encaminhado posteriormente. Por fim, entre 11 e 31 de outubro de 2006, foram realizadas, em cada um dos municípios, reuniões da AGMA com os conselheiros municipais da APA, para detalhar as diretrizes do Plano de Manejo (SEMARH / AGMA, 2007).

3.1.4 – Questionamentos e conflitos

Ao se referir à implantação da APA do Pouso Alto, Meiçó (2005) nos diz que “este processo foi acompanhado por diversas discussões e conflitos” (p. 49). Algumas ações unilaterais do governo do Estado alimentaram esses conflitos. Um fato que ilustra isto, foi o chamado “corte zero”. Esta foi a denominação local dada a Resolução nº 051/2005, de iniciativa da SEMARH-GO, e aprovada pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAm). Ela declarava que “ficava suspensa a emissão e renovação de licença de exploração e/ou supressão vegetal de qualquer natureza em área acima de trinta hectares,

localizada na APA do Pouso Alto”. Essa licença só poderia ser emitida ou renovada, para áreas menores do que o estabelecido, até que o Plano de Manejo da APA fosse aprovado, sem dispensar a vistoria técnica da Agência Ambiental do Estado (Resolução CEMAm nº 051/2005).

Por iniciativa de proprietários rurais de São João D`Aliança e Alto Paraíso de Goiás, foi ajuizada uma ação popular, na comarca de Alto Paraíso de Goiás, por Edilson José de Souza e outros, solicitando liminarmente a paralisação da implantação da APA do Pouso Alto, e no mérito da ação a anulação dos decretos de criação da APA e do seu conselho gestor (Ação Popular nº 1888/2006).

Em 18 de janeiro de 2006, O juiz da Comarca de Alto Paraíso, Dr. Lênio Cunha Prudente, concedeu liminar a Ação Popular, suspendendo a implantação da APA do Pouso Alto. Em sua decisão determinou "que cessem todos os atos de implementação do plano de manejo da APA do Pouso Alto, com conseqüente suspensão de implantação desta unidade de conservação, até que as ações discriminatórias que tramitam nas Comarcas de Cavalcante e Alto Paraíso tenham suas demarcações homologadas judicialmente” (DECISÃO DO PODER JUDICIÁRIO/GO, 2006, p. 10).

Em 16 de abril de 2007, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, desembargador José Lenar de Melo Bandeira suspendeu a liminar concedida pela comarca de Alto Paraíso de Goiás, e desde então deixou de haver impedimento judicial para a elaboração do Plano de Manejo e para a constituição do Conselho Consultivo da APA do Pouso Alto¹³.

Após a cassação da liminar, o órgão ambiental responsável pela implantação da APA do Pouso Alto ainda não tomou nenhuma iniciativa junto às populações locais para a retomada do processo de implantação do Plano de Manejo e do conselho gestor da unidade. Os conselheiros eleitos por seus segmentos e designados para compor o conselho consultivo da APA já estão com seus mandatos vencidos, uma vez que o conselho foi constituído em dezembro de 2005, havendo a necessidade de uma nova recomposição dos conselheiros, conforme prevê o Decreto de criação do conselho (Decreto nº 5.500/2001, artigo 4º, parágrafo 4º).

¹³ Informação obtida no site www.tj.go.gov.br, acessado em 02 de abril de 2008.

3.1.5 – A gestão da APA

Como a APA do Pouso Alto é uma unidade de conservação estadual, a sua gestão é responsabilidade do órgão ambiental desta esfera de governo. Até recentemente, o órgão gestor era a Agência Goiana de Meio Ambiente (AGMA), em conjunto com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH/GO). Essa disputa/parceria entre os órgãos ambientais na gestão das UC estaduais possivelmente produziu o criação da Câmara Superior de Unidades de Conservação do Estado de Goiás, instituída pelo Decreto nº 5.806, de 21 de julho de 2003.

Conforme previsão do decreto mencionado, seria a Câmara Superior de Unidades de Conservação do Estado que deveria implementar o Conselho Consultivo da APA. Entretanto, a situação está indefinida: sem Plano de Manejo, sem Conselho Consultivo e, em função de recente reforma administrativa do Estado de Goiás e da existência de uma câmara superior de gestão de UCs somente no papel, sem clareza sobre qual órgão e qual legislação fundamenta a gestão da APA Estadual do Pouso Alto.

A existência da APA do Pouso Alto tem sido motivo de muitos questionamentos. Em virtude de ser pouco compreendida e de apresentar poucos resultados diretos para as comunidades abrangidas, há resistências entre as populações locais para que ela seja efetivamente implantada, não obstante as expectativas positivas despertadas entre os ambientalistas, relacionadas com o resgate das dimensões originais do Parque Nacional do Tocantins, hoje Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros; com o zoneamento para a criação da Reserva da Biosfera do Cerrado Goiás – Fase II; com as possíveis restrições do uso do solo na região; com as possibilidades de intervenção estadual na questão ambiental do município de Alto Paraíso de Goiás, integralmente abrangido pela APA; ou ainda com as oportunidades de planejamento e indução do desenvolvimento sustentável na região da Chapada dos Veadeiros.

O seu processo de implantação ainda está incompleto. Existe uma ação tramitando na justiça (ação popular) em que são requeridas iniciativas do Estado, como a definição da questão fundiária de parte da área englobada pela APA, para que o processo possa seguir

adiante. A liminar que paralisava a sua implantação foi derrubada, porém o mérito da ação popular ainda não foi julgado.

Conforme Meió (2005, p. 49), os conflitos surgidos com a criação e a implantação da APA do Pouso Alto estão relacionados com o atendimento insatisfatório das exigências legais, com as conseqüências de o financiamento dos trabalhos ter sido feito através de compensação ambiental encaminhada de forma inadequada, com a falta de informações atualizadas para as populações envolvidas, com a falta de clareza sobre os propósitos governamentais, ou ainda com o receio de prejuízos econômicos para os proprietários rurais.

Entre os diversos questionamentos mencionados por Meió (2006), existem alguns preocupantes para os municípios. O primeiro se refere ao fato de que o Decreto n° 5.419/01, no seu artigo 3°, exclui o PNCV e as áreas urbanas das sedes dos municípios abrangidos. Poderão os municípios ampliar a sua área urbana ou o PNCV ampliar a sua área? Isto significaria diminuição da área da APA. Para que haja uma futura ampliação das áreas urbanas destes municípios e do PNCV, será necessário um Decreto Estadual estabelecendo a redução da APA? Outro questionamento indaga se o zoneamento da APA irá prevalecer sobre o zoneamento já existente, estabelecido pelo Plano Diretor de Alto Paraíso de Goiás.

Como aconteceu com o processo de criação e implantação do PNCV, o processo de criação e implantação da APA do Pouso Alto, ainda em andamento, tem se revelado complexo e marcado por tensões decorrentes de expectativas conflitantes dos diversos atores sociais envolvidos: instâncias de governo, populações locais, ambientalistas, proprietários de terras, entre outros.

A articulação das comunidades locais é um grande desafio a ser enfrentado por lideranças dos governos locais, além de precisar ser considerada e priorizada pelas instâncias superiores de governo (Meió, 2006). Existe, de ambas as partes, a expectativa da existência de uma liderança comunitária eficiente e representativa, comprometida com os direitos de sua comunidade, levando as reivindicações desta aos órgãos governamentais e trazendo para a comunidade as informações e esclarecimentos necessários. Acredita-se que este tipo de atitude abriria a possibilidade para o envolvimento do maior número de pessoas no processo de gestão participativa ao qual as comunidades são chamadas a participar e legitimar, como

os conselhos comunitários e conselhos gestores de UCs. Mas, também neste requisito, há avanços e retrocessos, tornando-se importante aprender com o processo.

Sobre a relação da APA do Pouso Alto com as demais UCs da Chapada dos Veadeiros, geograficamente ela tem uma relação intrínseca com o PNCV por envolvê-lo completamente, com a sua área constituindo-se em uma espécie de zona de amortecimento da UC de proteção integral. A área da APA também engloba quase todas as RPPNs da região, com exceção da RPPN Parque da Capetinga, localizada no município de São João D'Álvia. Ela também faz parte do zoneamento da Reserva da Biosfera do Cerrado, constituindo-se em uma de suas zonas de amortecimento.

Apesar de suas relações geográficas, expostas acima, ainda não há relação na gestão da APA do Pouso Alto com as demais estratégias de conservação da biodiversidade da região, porque o seu processo de implantação ainda não contemplou o funcionamento efetivo do seu conselho gestor, nem a conclusão do zoneamento da área através do seu plano de manejo. O conselho, que teve a indicação de seus membros em 2005, não se reuniu nenhuma vez e já teve o prazo do seu mandato, de dois anos, expirado.

A implantação e efetiva gestão participativa da APA do Pouso Alto são fundamentais para o propósito da conservação da biodiversidade regional, sobretudo se pensarmos no fato de que a área original do parque nacional foi significativamente reduzida. Por abranger grande parte da área da Chapada dos Veadeiros, a conclusão do Plano de Manejo da APA representará um ordenamento no uso de sua área, indicando as ações a serem desenvolvidas, proporcionando a compatibilização dos usos que atendam a necessidade do desenvolvimento econômico da região com o compromisso da conservação da natureza.

3.2 - As Reservas Particulares do Patrimônio Natural

A RPPN é uma categoria de unidade de conservação do grupo de uso sustentável, constante do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Esta categoria de unidade de conservação foi recentemente regulamentada pelo Decreto nº 5.746/06 e os procedimentos administrativos para a sua criação foram atualizados pela Instrução Normativa

do MMA nº 145/07, em substituição aos anteriores Decreto nº 1.922/96 e Instrução Normativa do MMA nº 62/05.

3.2.1 – A história das RPPNs

As áreas protegidas em propriedades privadas tiveram sua origem no Código Florestal de 1934 (Decreto nº 23.793/34). Seu artigo 11 falava de “Florestas de propriedade privada... declaradas protetoras, por decreto do Governo Federal...”, e seu artigo 12 estabelecia a iniciativa de sua criação ao interesse do Governo Federal, por intermédio da desapropriação da área, a não ser que o proprietário se obrigasse a mantê-la “por si, seus herdeiros e sucessores” sob o regime legal correspondente.

O Código Florestal de 1965 (Lei 4.771/65) apresentou, em seu artigo 6º, mudança significativa no processo de sua criação, estabelecendo a iniciativa particular “desde que verificado o interesse público”, e reafirmando sua característica de perpetuidade assumida através de termo de compromisso e da necessária averbação no registro público da propriedade. A regulamentação deste artigo, por meio da Portaria do IBDF nº 327/77, criou a Reserva Particular de Animais Nativos – REPAN, que posteriormente foi transformada em Reservas Particulares de Fauna e Flora pela Portaria nº 218/88.

A denominação atual de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) foi definida no Decreto Federal nº 98.914/90, que atribuía ao IBAMA a responsabilidade de sua criação, a partir da iniciativa particular e do interesse público, mantendo sua característica de perpetuidade.

Por intermédio do Decreto Federal nº 1.922/96, o conceito de RPPN foi ligeiramente alterado ao incluir como motivação para a sua criação a “relevante importância pela sua biodiversidade...” (art. 1º do Decreto nº 1.922/96).

Em 2000, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural foram reconhecidas como uma categoria de unidade de conservação do grupo de uso sustentável, sendo a única categoria que é criada por iniciativa formal de proprietários particulares (Lei nº 9.985/00, artigo 21).

Finalmente o Decreto nº 5.746/06, com vigência atual, trouxe alterações incentivadoras, ampliando as possibilidades já existentes no Decreto anterior e valorizando as iniciativas de sua criação.

3.2.2 – A criação de RPPNs

Além do governo federal, todos os estados e municípios brasileiros também podem criar RPPNs, mas a decretação destas UCs pelas instâncias públicas estaduais e municipais deverá estar integrada ao cadastro nacional de RPPNs e, para terem os incentivos e priorização de análise de projetos em órgãos públicos federais, seus proprietários deverão cumprir as exigências estabelecidas pelo IBAMA (Decreto nº 1.922/96).

A região da Chapada dos Veadeiros, por contemplar um Parque Nacional, uma abrangente APA Estadual, ser parte da Reserva da Biosfera do Cerrado – fase II e do Corredor Ecológico Paranhã-Pirineus, proporciona à maioria dos seus proprietários rurais prioridade na análise das propostas de criação de RPPN federal (art. 4º do Decreto nº 5.746/06).

Diversos instrumentos facilitadores foram introduzidos neste novo Decreto. Conforme os artigos 10 e 11, poderá ser decretada uma RPPN em terra hipotecada ou com um percentual de até 30% da área para recuperação ambiental. O artigo 28 do mesmo decreto estabelece, porém, maiores exigências para a concessão de benefícios, como a necessidade de ter um percentual mínimo de área da RPPN em relação à Reserva Legal, e ter o Plano de Manejo da unidade aprovado para obter a concessão de crédito rural para as propriedades que tenham RPPN no seu perímetro.

Conforme Ganem (2007, p. 136), o processo de criação dessa categoria de unidade ainda é lento e cheio de entraves burocráticos, o que desestimula muitos proprietários rurais em pleitear a decretação de suas propriedades como RPPN.

3.2.3 – Uso Sustentável ou Proteção Integral?

Existem questionamentos sobre o fato das RPPN serem enquadradas na categoria de unidade de conservação de uso sustentável e não na categoria de proteção integral. Ganem (2007, p. 133) destaca que, apesar das RPPNs estarem inseridas no grupo de UCs de uso

sustentável, elas destinam-se, basicamente, à preservação da diversidade biológica, pois não permitem o manejo direto dos recursos nem a presença de residentes. Soares (2005) reforça este ponto de vista apresentando o argumento de que, em função do veto presidencial interposto ao inciso III § 2º do artigo 21 da Lei nº 9.985/00 (SNUC), que previa a possibilidade de “extração de recursos naturais, exceto madeira, que não coloque em risco as espécies ou ecossistemas que justificaram a criação da unidade”, as RPPN ficaram caracterizadas como uma unidade de conservação do grupo de proteção integral, pois as atividades nelas permitidas, pesquisa científica e visitação, são as atividades permitidas nas unidades de conservação de proteção integral, como o PNCV.

Mesmo que as RPPN venham a ser declaradas em lei como pertencentes ao grupo de unidades de conservação de proteção integral, o que na prática já o são, isto não irá interferir em suas características, especialmente a de serem constituídas de propriedades particulares.

A RPPN é estabelecida por iniciativa do seu proprietário, com o objetivo de preservar e recuperar a diversidade biológica. Além do reconhecimento do órgão ambiental governamental e do gravame de perpetuidade em seu registro público de propriedade, o governo reconhece na lei que o proprietário não está abrindo mão de sua propriedade particular, mas, com a concordância implícita na iniciativa do proprietário, o governo estabelece critérios para a sua utilização e penalidades administrativas pelo descumprimento destes, acrescidas de responsabilização civil e penal (artigo 26 do Decreto nº 5.746/06).

3.2.4 – O propósito de uma RPPN

A Lei do SNUC, em seu artigo 21, estabelece que o objetivo de uma RPPN é conservar a diversidade biológica, sendo permitido apenas a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

Soares (2005) apresenta as RPPNs com função complementar às unidades de conservação de iniciativas públicas. Segundo o autor, a sua criação dentro de uma APA, por exemplo, as coloca como uma zona de vida silvestre dentro do zoneamento desta APA, por serem ou conterem áreas inalteradas. Ganem (2007, p. 136) destaca que elas também são instrumento potencial de conectividade entre remanescentes de vegetação nativa.

Como incentivo aos interessados em criar esta categoria de unidade de conservação, o site do IBAMA¹⁴ anuncia que a grande maioria dos proprietários de RPPNs teve um incremento na valorização de suas propriedades, especialmente aquelas que implantaram atividades de turismo ecológico e educação ambiental, com o apoio do governo e de ONGs ambientalistas.

3.2.5 – As RPPNs da Chapada dos Veadeiros

Em levantamento feito no site do IBAMA, constata-se que o Estado de Goiás possui 44 RPPNs. As RPPNs da Chapada dos Veadeiros têm grande destaque entre essas unidades de conservação criadas em Goiás, sendo que 14 destas, quase 30% do total, estão ali localizadas.

Quadro 2: As RPPN da Chapada dos Veadeiros.

RPPN	CIDADE	ÁREA ha
FAZENDA CAMPO ALEGRE	Alto Paraíso de Goiás	7.500,82
FAZENDA BRANCAS TERRA DOS ANÕES	Alto Paraíso de Goiás	612,00
FAZENDA MATA FUNDA	Alto Paraíso de Goiás	110,00
RPPN CARA PRETA	Alto Paraíso de Goiás	975,00
RPPN VALE DOS SONHOS	Alto Paraíso de Goiás	60,16
ESCARPAS DO PARAÍSO	Alto Paraíso de Goiás	82,71
RPPN TERRA DO SEGREDO	Alto Paraíso de Goiás	40,00
RPPN VITA PARQUE	Alto Paraíso de Goiás	23,26
VALE ENCANTADO DA CACH. DOS CRISTAIS	Alto Paraíso de Goiás	600,00
RPPN VALE DAS ARARAS	Cavalcante	31,75
RPPN VARANDA DA SERRA	Cavalcante	1,42
RPPN SOLUAR	Cavalcante	42,48
CACHOEIRA DAS PEDRAS BONITAS	Colinas do Sul	92,19
RPPN PARQUE DA CAPETINGA	São João D' Aliança	1.584,26

Fonte: Site do IBAMA, acessado em 15/03/2008.

Segundo o quadro acima, o município de Alto Paraíso de Goiás detém mais de 60% das RPPNs da região, com 09 unidades, Cavalcante tem 03 RPPNs, Colinas do Sul e São João D'Áliança têm 01 RPPN cada. Os municípios de Nova Roma e Teresina ainda não têm nenhuma RPPN. A área total protegida por esta categoria de UC na Chapada dos Veadeiros é de 11.756,05 hectares, sendo que só o município de Alto paraíso de Goiás detém quase 90 % desta área.

¹⁴ Site www.ibama.gov.br, acessado em 15/03/2008.

Dados do site do IBAMA demonstram que a pioneira RPPN da região foi a Fazenda Campo Alegre, do município de Alto Paraíso de Goiás, criada no ano de 1994, com aproximadamente 7.500 hectares, sendo a maior em extensão, não só da Chapada dos Veadeiros, mas de todo o Estado de Goiás.

Todas as demais RPPNs de Alto Paraíso de Goiás foram criadas no período de realização do Projeto Veadeiros, executado na região pela WWF (Fundo Mundial para a natureza), entre 1996 e 2000 (WWF, 2000). As RPPN dos municípios de Cavalcante, Colinas do Sul e de São João D'Álvia foram todas criadas no ano de 2005, tendo grande apoio da FUNATURA (fundação Pró-Natureza) para orientar os proprietários e agilizar o encaminhamento dos processos.

3.2.6 – Orientações oficiais

O artigo 21 da Lei nº 9.985/00 (SNUC) traz as orientações gerais para a criação de uma RPPN. O Decreto nº 4.340/02 regulamento artigos do SNUC e dá orientações genéricas sobre a criação de unidades de conservação e indica a necessidade de regulamentação específica para cada categoria de UC (art. 46). O Decreto nº 5.746/06 é um regulamento específico, cujas determinações são expressas em procedimentos administrativos estabelecidos na Instrução Normativa nº 145/07.

O interessado em criar uma RPPN federal deve saber dos procedimentos estabelecidos na IN nº 145/07. Além das orientações básicas para a abertura do processo para que uma área venha a ser declarada RPPN, a Instrução Normativa apresenta ainda prazos para a complementação da documentação apresentada e para a posterior verificação da mesma pela divisão jurídica do órgão estadual, estabelece a necessidade de vistoria técnica na área e consulta ao órgão estadual de meio ambiente e ao município onde a área está localizada. Por fim, deve ser elaborada a minuta do decreto de criação, que, após sua análise e aprovação pela Diretoria de Ecossistemas e pela Procuradoria Geral do IBAMA, é encaminhado ao interessado para a assinatura do respectivo termo de compromisso e seu gravame no registro público do imóvel. Concluída estas etapas o IBAMA publica a portaria de criação da RPPN, que a partir de então se torna perpétua.

Uma vez criada a RPPN, o seu proprietário dispõe de cinco anos para a elaboração do seu Plano de Manejo (art. 27 § 3º da lei do SNUC), que deverá ser apresentado e aprovado pelo IBAMA (art. 15 do decreto nº 5.746/06). Desde a criação da RPPN até a aprovação de seu Plano de Manejo, “devem ser formalizadas e implementadas ações de proteção e fiscalização” e as obras realizadas em sua área “devem se limitar àquelas destinadas a garantir a sua proteção e a pesquisa científica” (art. 15 e § único do decreto nº 4.340/02).

É prevista pela lei do SNUC a orientação técnica e científica do IBAMA para os proprietários de RPPN visando à elaboração “de um Plano de Manejo ou de Proteção e de Gestão da unidade” (art. 21 § 3º). Existe também um roteiro metodológico básico para elaboração de Planos de Manejo estabelecido pelo IBAMA que pode ser acessado em seu site.

É de se considerar que as RPPN, assim como as APA, não têm previsão legal que exija o estabelecimento de uma zona de amortecimento. Como estas unidades são criadas em propriedades particulares, seus proprietários têm a liberdade de estabelecer em suas áreas remanescentes, contíguas à RPPN, um zoneamento de proteção para garantir a integridade da unidade.

3.2.7 – A gestão de uma RPPN

Só o proprietário de uma área, ou seu representante legal, pode requisitar ao IBAMA a criação de uma RPPN. Assim, perante o órgão federal fica estabelecido que o responsável por sua gestão é o seu proprietário. Além do proprietário, o artigo 11 da Instrução Normativa nº 145/07 declara que “Será nomeado, através de ordem de serviço, um técnico responsável pela criação, manejo e gestão das RPPN nas Superintendências estaduais do IBAMA”.

Não existe exigência legal para que as RPPNs tenham um conselho gestor. Sua gestão é realizada pelo seu proprietário, ou por quem este designar (inclusive um conselho), e acompanhada por um técnico nomeado pelo IBAMA estadual.

O IBAMA deverá realizar anualmente uma vistoria técnica (art. 10 da IN nº 145/07), sendo-lhe garantido o livre acesso na área (art. 23 do Decreto nº 5.746/06). As responsabilidades de gestão do proprietário, além de coordenar (ou delegar) as atividades

previstas em seu Plano de Manejo e no seu regulamento, são as estabelecidas no artigo 24 do decreto.

É importante destacar que uma RPPN não é obrigada a estabelecer a visitação e a pesquisa científica na área. Essas atividades lhe são permitidas, mas não impostas. É possível a criação de uma RPPN e o não estabelecimento destas atividades. O que é imposto é a responsabilidade pela preservação e recuperação de sua biodiversidade, e a fiscalização permanente visando a manutenção deste estado de coisas, com apoio do IBAMA.

Segundo Paulo Maluy¹⁵, proprietário da RPPN Cara Preta, localizada em área contígua ao PNCV e que possui o ponto culminante do planalto central (Pouso Alto) e as principais nascentes do rio Preto, que corre para o parque nacional, cortando-o longitudinalmente, as RPPNs podem ser consideradas como as melhores aliadas dos parques e reservas criadas pelo governo, pois ajudam a proteger seu entorno, formando corredores de vegetação que servem de abrigo e pontos de passagem de animais silvestres. Segundo Paulo, esses corredores permitem a circulação de fauna, impedindo que grupos familiares fiquem isolados entre si, o que geraria problemas de consangüinidade e aumentaria o risco de extinção.

A RPPN Cara Preta possui um Plano de Manejo aprovado pelo IBAMA, em 2006, e sua gestão é realizada pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, Oca Brasil, por concessão do seu proprietário. A Oca Brasil tem participação na diretoria da Associação de Proprietários de RPPNs do Estado de Goiás, e participa (ou já participou) como membro do conselho gestor do PNCV, da APA do Pouso Alto e da Reserva da Biosfera do Cerrado.

¹⁵ Entrevista realizada em 04/03/2008.

3.3 - As iniciativas locais de Conservação da biodiversidade.

As iniciativas locais para a conservação da biodiversidade na Chapada dos Veadeiros são constituídas pelos incipientes sistemas municipais de unidades de conservação.



Figura 4: Foto da cidade de Alto Paraíso de Goiás, tendo ao fundo a Serra das Cobras, no PNCV.

As iniciativas locais de conservação da biodiversidade são indicadores do grau de consciência ambiental e do nível de entendimento, compromisso e capacitação dos poderes públicos municipais, estaduais e federais com atuação na região – Executivos, Legislativos, Ministério Público e Judiciário – com o Desenvolvimento Sustentável¹⁶, pela iniciativa, informações, incentivos, indução e outras ações visando a criação de Unidades de Conservação nos municípios.

¹⁶ O Desenvolvimento Sustentável envolve o economicamente viável, o socialmente justo e o ecologicamente equilibrado (Bursztyn, 2006)

As iniciativas dos municípios da Chapada dos Veadeiros para a conservação da sua biodiversidade, através de instrumentos legais são ainda bastante incipientes. São escassas as leis que criam instrumentos para a implantação de estratégias de conservação da biodiversidade.

O município de Alto Paraíso de Goiás é o que contempla a mais abrangente organização comunitária da Chapada dos Veadeiros. Em certidão expedida pelo cartório de registro de imóveis e anexos, existem registradas no município 44 entidades, reflexo da organização da sociedade civil. Um número expressivo, mas sem significar ampla representatividade da comunidade local.

O município de Cavalcante também despertou para sua organização comunitária. Como destaque recente, foi criada a Associação Cidadania, Transparência e Participação (ACTP), que demonstrou poder em reivindicar e efetivamente levar à revogação o ato de ampliação do PNCV, em 2003.

Foi criada em Cavalcante a pioneira legislação regional sobre RPPN municipal e uma nova figura de Unidade de Conservação municipal chamada AMIZADE, a qual pretende conferir alguma legitimidade à posse pacífica de determinada propriedade rural ao integrá-la numa associação de propriedades contíguas com comuns propósitos de conservação ambiental.

São João D'Áliaça e Colinas do Sul têm mostrado considerado avanço na organização comunitária e na implementação de estratégias locais para a conservação da biodiversidade.

Teresina e Nova Roma carecem de iniciativas para que a realidade dos municípios da Chapada dos Veadeiros seja mais homogênea quanto à base comunitária e aos instrumentos legais para sua conservação ambiental.

Como referencial para uma análise futura cabe ressaltar que nem todos os municípios da Chapada dos Veadeiros têm Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMAS e similares). Os seus conselhos municipais de defesa do meio ambiente, quando existentes, não agem com planejamento, tendo funcionamento irregular e, na maioria

das vezes, só manifestando-se quando provocados. Têm razoável participação comunitária, embora com pouca variação dos representantes.

3.4 – Uma análise da legislação ambiental de Alto Paraíso de Goiás

Em uma pesquisa realizada na legislação municipal de Alto Paraíso de Goiás, município que é considerado o pólo irradiador de turismo ecológico na Chapada dos Veadeiros, foram levantados os instrumentos legais existentes que visam à conservação da biodiversidade local. Neste estudo de caso do Município de Alto Paraíso de Goiás, foram analisadas leis municipais do período de 1989 a 2006. Não foi avaliada a atual estrutura administrativa, responsável pelo planejamento e gestão ambiental municipal.

O município de Alto Paraíso de Goiás teve um papel preponderante para a produção de instrumentos de gestão ambiental, especialmente após a Conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro, conhecida como Eco-92, quando ONGs ambientalistas como a WWF e a FUNATURA implantaram projetos ambientais na região¹⁷.

O início da década de 1990 também acompanhou o florescimento, por indução do governo federal, de diversos conselhos municipais, visando proporcionar espaço para a representação popular, no início da construção da gestão municipal participativa, fortalecendo o controle social das ações do poder público local.

A Lei Orgânica Municipal, aprovada e promulgada em 31 de março de 1990, dispõe de uma relação de competência privativa do município, com ênfase na prevalência do interesse local, mas reconhece sua submissão às determinações legais federais e estaduais. Afirma sua responsabilidade na elaboração e execução de seu Plano Diretor e indica algumas ações prioritárias, como proteger o patrimônio cultural, arborizar as vias públicas, limpar os logradouros, remover o lixo e tratá-lo, inspecionar estabelecimentos comerciais, regulamentar manuseio de substâncias perigosas, proteger os recursos hídricos, e coibir a poluição ambiental, que demandam tanto recursos humanos como regulamentação legal para estabelecer os instrumentos de gestão e ter a possibilidade de torná-los efetivos.

¹⁷ A WWF desenvolveu o “Projeto Veadeiros” e a FUNATURA apoiou iniciativas particulares na implantação de RPPNs e organização de evento cultural regional.

A Lei Orgânica Municipal aprofunda ainda o ordenamento da política urbana, do saneamento básico e do meio ambiente. É afirmado que o instrumento básico da política urbana é o Plano Diretor, mas já são estabelecidos alguns princípios, restrições de uso e proteção de mananciais hídricos, bem como ações que induzam a conservação ambiental por iniciativa de particulares.

O saneamento básico enfatiza ações para a garantia do abastecimento de recursos hídricos e orienta a gestão dos resíduos sólidos. O capítulo do meio ambiente enfoca seu caráter de direito universal e a co-responsabilidade, poder público e cidadãos, na efetivação de sua condição de suporte da vida humana.

São estabelecidas 13 responsabilidades a serem compartilhadas com a coletividade, entre elas a criação de unidades de conservação e a exigência de estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de “obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente”.

Ordena a instituição do COMDEMA e explicita a disposição do Município em colaborar com a União “para a efetiva implantação e preservação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros”.

Destas responsabilidades, no mesmo ano de 1990, foi elaborada e aprovada a lei 301/90 que instituiu a Política ambiental municipal, criando o COMDEMA (Conselho municipal de defesa do meio ambiente), modificada em 1997 e em 2001.

O Município cumpriu também o ordenamento de sua lei maior com a elaboração do seu Plano Diretor, que foi aprovado em 2000, porém, como veremos adiante, deixando de executar várias recomendações e regulamentações nele indicadas.

Algumas outras orientações previstas em leis específicas tomaram forma, como veremos, enquanto outras orientações ficaram na intenção, não tendo sido ainda elaboradas e implementadas.

A Lei 617/2000, de 18 de agosto de 2000, instituiu o Plano Diretor Urbano, Rural e Ambiental do Município de Alto Paraíso de Goiás. Seu artigo 1º estabelece seus objetivos,

afirmando ser o Plano Diretor o instrumento básico, global e estratégico da política de desenvolvimento urbano, rural e ambiental do Município de Alto Paraíso de Goiás, assim como de orientação dos agentes públicos e privados que atuem na produção e gestão do Município, visando o ordenamento do pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade, bem como o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado do seu território, de forma a assegurar o bem estar e melhor qualidade de vida de seus habitantes, consoante disposições contidas em sua Lei Orgânica.

No seu parágrafo único, declara que “Todas as disposições deste Plano Diretor visam, além de seus objetivos específicos, a preservação, conservação e proteção, e recuperação do meio ambiente do município, nos termos Constitucionais”.

O Plano Diretor apresenta diretrizes gerais e indica a elaboração de Planos setoriais para as áreas de Saneamento ambiental integrado; Parcelamento do solo urbano; Zoneamento urbano; Transportes municipais e tráfego; Sistema viário; Desenvolvimento integrado ambiental rural; Saneamento básico, abastecimento de água, esgoto urbano e resíduos; e Saúde, que deveriam ser criados no prazo de dois anos a contar da promulgação da lei. Nenhum dos Planos Setoriais foi elaborado.

Prevê a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano – FUMDUR; a instituição de IPTU progressivo sobre terrenos ociosos; a elaboração e/ou atualização, no prazo de um ano a contar da promulgação do Plano Diretor, do Código Municipal de Obras, Código Tributário, Código Sanitário, Código de posturas, Código de Preservação e Conservação do Meio Ambiente e Código de Turismo, como legislação municipal básica. Até agora foram elaborados os Códigos de Obras, o de Meio Ambiente, e o Sistema Municipal de Vigilância Sanitária. O Código Tributário não foi atualizado, e os demais ainda não existem.

O próprio Plano Diretor prevê sua revisão após seis anos de sua promulgação, prazo que expirou recentemente sem que houvesse iniciativa concreta para a sua realização. Para a execução desta revisão o município deverá, por força do Estatuto das Cidades, criar o Conselho Municipal da Cidade para, através dele, fazer a discussão e revisão do seu Plano Diretor.

Este instrumento geral de planejamento municipal, o Plano Diretor, contém princípios e propostas atuais e relevantes para amparar uma eficiente gestão ambiental municipal, porém sua efetividade é condicionada pela estrutura administrativa municipal e pelos recursos humanos disponíveis.

A única lei municipal relacionada à gestão ambiental, anterior à Lei Orgânica, é a Lei nº 281/89, que estabelece como “área de proteção” a área de captação de água da cidade, ampliando as dimensões da área prevista em legislação federal e restringindo usos do solo em suas proximidades.

Em abril de 1990, no mês seguinte à promulgação da Lei Orgânica Municipal, foi instituída a Lei nº 301/90 que dispôs sobre a “política de proteção, controle e conservação do meio ambiente”, estabelecendo como objetivo da mesma a “conservação e a recuperação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes”, estabelecendo como órgãos de sua execução “o prefeito municipal e a secretaria de desenvolvimento econômico e meio ambiente” e criando o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, órgão integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.

Em novembro de 1997, essa postura foi revista com as alterações introduzidas pela Lei nº 531/97 que, revogando a anterior, ampliou os objetivos da política ambiental municipal para “a proteção, a conservação, a recuperação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável”.

Os órgãos de sua execução passam a ser a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo, e a composição do COMDEMA é ampliada para nove membros, aumentando a participação comunitária.

Em outubro de 1999, a Lei nº 587/99 ampliou os instrumentos da política ambiental com a criação do Fundo Pró-Meio Ambiente, objetivando “vincular receitas públicas em benefício do meio ambiente”.

Em junho de 2001, o COMDEMA ganhou regulamentação específica através da Lei nº 648/01, que amplia sua composição para doze membros. Esta iniciativa expressa grandes

avanços como a ampliação da representação popular e a integração de representação estadual e federal com atuação no município.

Por fim, em dezembro de 2001, a Lei nº 670/01 atualizou a Política Municipal do Meio Ambiente, estabeleceu o Código Municipal de Preservação e Conservação do Meio Ambiente (instrumento previsto do Plano Diretor) e reformula o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FUMDEMA.

Esta lei, que está em vigência desde então, aperfeiçoou a política ambiental enfatizando a educação ambiental e a ampla participação popular, estabeleceu como seus instrumentos: I - As normas estabelecidas pelo COMDEMA; II - O zoneamento ambiental, o Plano Diretor, e as leis de uso do solo urbano; III - A avaliação de impactos ambientais; IV - O licenciamento de atividades efetiva ou parcialmente poluidoras; V - A criação de Unidades de Conservação municipal; VI - As penalidades pelo não cumprimento da legislação; VII - A prestação de informações ambientais à população; VIII - A taxa de monitoramento e fiscalização ambiental; e IX - A compensação ambiental. Além disso, a lei ampliou as possibilidades de captação de recursos pelo FUMDEMA.

Como aspecto específico da política ambiental municipal foi estabelecido em lei a criação de outros espaços territoriais especialmente protegidos, além dos previstos no Plano Diretor, o que reafirmou como “áreas de proteção” a microbacia da área de captação de água da cidade, as nascentes dos rios e suas margens, e as áreas de altitude superior a 1200 metros nos topos de morros e encostas pertencentes a áreas de reservas de aquíferos.

A Lei nº 501/96 instituiu como área de preservação permanente um trecho da antiga rodovia que ligava a cidade de Alto Paraíso ao distrito de São Jorge, desde a sua confluência com a GO - 118, rodovia que liga o município a Brasília, até a confrontação com o morro da Conceição, numa extensão aproximada de cinco quilômetros.

Em dezembro de 1999, através da Lei nº 597/99, foi criado o Parque Municipal do Distrito de São Jorge, situado entre a zona urbana do distrito e a cerca do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, constituindo-se uma zona de amortecimento deste.

Em dezembro de 2000, pela Lei nº 633/00, foi criado um Parque Municipal em área contígua às cabeceiras do córrego Pontezinha, área de captação de água da cidade.

Em fevereiro de 2001, pela Lei nº 635/01, foi criado o “Parque Municipal de Múltiplo Uso” na área da antiga usina próxima à cidade, onde se menciona intenção de implantação de projeto de reflorestamento, viveiro municipal, e espaço de recreação e lazer.

A implantação e gestão dos três parques municipais encontram-se ainda no estágio das intenções, dependendo de interesse e viabilidade de projetos de parceria com a iniciativa privada.

Por fim, foi instituída pela Lei nº 748/05 a normatização para a criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural municipal (RPPN MAP), e instituída como Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) a Área de Preservação Permanente (APP) que envolve a nascente onde é captada a água do Distrito do Moinho, na continuidade do processo para a instituição do Sistema Municipal de Unidades de Conservação.

Além da apropriação de competência municipal estabelecida no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, essas iniciativas têm se transformado em mecanismo de defesa do Município para fazer frente às iniciativas de criação e/ou ampliação de UCs das demais instâncias do poder público. No entanto, a falta de maiores recursos e de uma estrutura administrativa mais consistente tem impedido que estas iniciativas locais constituam uma alternativa às iniciativas estaduais e federais. Com a sua consolidação espera-se que, por meio do desenvolvimento de instâncias de gestão participativa, possam os três níveis de governo se integrar para a conservação da biodiversidade e a promoção do desenvolvimento sustentável na região da Chapada dos Veadeiros. Para tanto, poderia contribuir, intensamente, a implementação da Reserva da Biosfera do Cerrado – fase II.

CAPÍTULO IV

As Propostas de Gestão Integrada das UCs da Chapada dos Veadeiros

São duas as propostas de gestão integrada para a conservação da biodiversidade em vigência sobre a área da Chapada dos Veadeiros: A Reserva da Biosfera do Cerrado – fase II e o Corredor Ecológico Paranã-Pirineus.



Figura 5: Placa de sinalização às margem da GO-118, próximo ao município de Alto Paraíso de Goiás.

4.1 - As Reservas da Biosfera

A proposta das Nações Unidas (ONU), por intermédio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), de gestão integrada de territórios pertencentes ao mesmo bioma, em uma abrangência mundial, intitulada de Reservas da

Biosfera¹⁸ (RESBIO), surgiu no ano de 1971 com a implementação do Programa Man and the Biosphere (MaB), resultante de Conferência realizada em Paris, em 1968, sobre a conservação e o uso racional dos recursos da biosfera (Rodrigues, 2001, p.455).

Este programa tem como propósito desenhar modelos de desenvolvimento para o futuro, envolvendo as populações em um processo de gestão integrada e participativa. Segundo Rodrigues (2001), ele é um programa mundial de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e o seu meio. No Brasil, ele representa uma mudança de paradigma nas ações públicas de defesa do meio ambiente. Da motivação nacionalista, reafirmando nossa autonomia e identidade diversa dos demais, para a superação das barreiras nacionais e reafirmação das questões ambientais como responsabilidade conjunta de todos os seres humanos.

As RESBIO foram criadas para dar suporte às Áreas Protegidas, integrando-as, impondo limitações às atividades mais impactantes em sua área, de forma a constituir locais de excelência para a realização de pesquisas científicas e para a promoção de atividades de educação ambiental e de desenvolvimento sustentável, em uma escala regional, proporcionando melhoria na qualidade de vida das populações (UNESCO, 2002).

Uma estrutura dividida em três funções principais caracteriza as RESBIO. Assim, temos: a) função de conservação, protegendo recursos genéticos, espécies e ecossistemas em escala mundial; b) funções logísticas, principalmente de apoio à pesquisa e educação, propiciando estruturas interligadas a esses temas e ao monitoramento no quadro de um programa científico internacionalmente orientado; e c) funções de desenvolvimento, na procura de formas de uso racional e sustentável dos recursos dos ecossistemas, permitindo a cooperação estreita com as populações humanas envolvidas (RODRIGUES, 2001, p. 456).

As RESBIO são uma exemplificação da abordagem biorregionalista apresentada por Miller (1997), que se propõem a encontrar o equilíbrio entre as necessidades de sustento por parte das comunidades residentes e o potencial dos recursos naturais em suas regiões, de acordo com critérios ecológicos, econômicos e sociais (MILLER, 1997, p. 22)

¹⁸ Biosfera é a região do planeta que inclui todos os organismos e seus ambientes sobre a crosta da Terra, conf. Dicionário brasileiro de ciências ambientais, p.31.

Em novembro de 1995, foi estabelecido o marco estatutário da rede mundial de Reservas da Biosfera na Conferência Geral da UNESCO, realizada na cidade de Sevilla, Espanha. Este marco foi assim apresentado:

As reservas de biosfera foram concebidas para responder a uma das perguntas essenciais que o mundo enfrenta nos dias de hoje: Como conciliar a conservação da diversidade biológica, a busca de um desenvolvimento econômico e social e a manutenção de valores culturais a eles associados? As reservas da biosfera são zonas de ecossistemas terrestres, costeiros ou marinhos internacionalmente reconhecidos dentro do marco do programa da UNESCO sobre o homem e a biosfera (MAB). Em março de 1995 a UNESCO organizou em Sevilla (Espanha) uma conferência de especialistas. A estratégia de Sevilla, elaborada nessa conferência, recomenda as ações e serem levadas a cabo para o futuro desenvolvimento das reservas da biosfera no século XXI. A conferência de Sevilla permitiu também definir um quadro estatutário que estipula as condições para o bom funcionamento da Rede Mundial de Reservas da Biosfera. Estes dois documentos foram adotados sob a Resolução 28 C/2.4 da Conferência Geral da UNESCO em novembro de 1995. Um dos pontos mais importantes destes documentos é o que se refere ao novo impulso que as reservas da biosfera podem jogar na implementação da Agenda 21, que resultara da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio, 1992), e da Convenção sobre a Diversidade Biológica (UNESCO, 1995)¹⁹.

O modelo de Reservas da Biosfera adotado pela UNESCO, integrando conservação, uso sustentado da natureza e preservação cultural, coopera com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), definida em 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Sendo assim, as RESBIO e sua Rede Mundial representam uma aplicação global dos princípios da CDB, equilibrando diversidade biológica com os interesses econômicos dos diversos atores nacionais e internacionais (Wolff, 2000).

O uso e a ocupação do solo nas RESBIO devem ocorrer segundo um zoneamento específico, estabelecido em Lei e indicado previamente pelos órgãos proponentes para

¹⁹ Livre tradução do autor do texto da apresentação do documento: “Reservas de Biosfera – La Estrategia de Sevilla e El Marco estatutário de La Red Mundial” da UNESCO, 1995.

poderem pleitear o título junto à UNESCO, com áreas-núcleo, zonas de amortecimento e zonas de transição (COBRAMaB,2004).

As áreas-núcleo são constituídas por áreas legalmente protegidas, definidas como de proteção integral da natureza. As zonas de amortecimento são formadas por áreas com limites claramente definidos e situadas no entorno das áreas-núcleo, onde deve ser promovida a melhoria da qualidade de vida das populações da área, especialmente das comunidades tradicionais, podendo ser constituída por UC de uso sustentável. Por fim, nas zonas de transição, que envolvem as zonas de amortecimento, onde há a predominância de ocupações mais intensivas, deve ser realizado o monitoramento do uso da terra e de seus recursos naturais (SNUC, 2000; CN-RBMA, 2003).

O Brasil aderiu ao Programa MaB/UNESCO em 1974. Nesse mesmo ano foi criada a Comissão Brasileira para o Programa “O Homem e a Biosfera” – COBRAMaB (Decreto 74.685/74), inicialmente coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores e posteriormente pelo Ministério do Meio Ambiente. A sua composição atual é regulamentada pelo decreto presidencial de 21 de setembro de 1999.

No ano de 1995, em reunião da COBRAMaB, foi criada a Rede Brasileira de Reservas da Biosfera (RBRB), contanto à época apenas com a RESBIO da Mata Atlântica (já em sua fase IV), RESBIO do Cinturão Verde de São Paulo e a RESBIO do Cerrado (em sua fase I), com o propósito de integrar as iniciativas das RESBIO brasileiras, e estas às Redes Regionais (continentais) e à Rede Mundial de Reservas da Biosfera. Foi definida como meta a criação de pelo menos uma grande Reserva da Biosfera em cada um dos biomas brasileiros. (RODRIGUES, 2001, p. 458).

A criação de Reservas da Biosfera em território brasileiro antecedeu a Lei do SNUC. Antes da sistematização estabelecida por esta lei, já haviam sido criadas no Brasil as Reservas da Biosfera da Mata Atlântica, do Cerrado (fase I) e do Cinturão Verde de São Paulo. Só após 26 anos da adesão do Brasil ao programa MaB/UNESCO, foi incorporada a figura das Reservas da Biosfera na Lei n. 9.985 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A regulamentação do SNUC pelo Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 ampliou o entendimento sobre a estrutura de gestão das RESBIO, responsabilidade da Comissão Brasileira para o Programa “O Homem e a Biosfera” (COBRAMaB), criando Conselhos Deliberativos e Comitês Estaduais ou Regionais (MMA 2004). Coube também à COBRAMaB criar e coordenar a Rede Nacional de Reservas da Biosfera.

Conforme o Plano Nacional para as Reservas da Biosfera, cada uma das Reservas da Biosfera deve contar com sistema de gestão próprio, colegiado, descentralizado e participativo, envolvendo representantes dos setores governamentais, das ONGs, das populações locais, das instituições científicas e do setor empresarial. Deve haver também paridade entre as representações governamentais e as da sociedade civil.

Contemplando o bioma do Cerrado, foi criada no quadrilátero de Brasília-DF, em 1994, a Reserva da Biosfera do Cerrado Fase I. A fase I da RESBIO do Cerrado tem instalado e em funcionamento seu Comitê Regional (COREB), cuja função e sistema de gestão foram estabelecidos pela Lei Distrital nº 742 de 28 de julho de 1994.

A Reserva da Biosfera do bioma Cerrado atualmente já conta com 04 fases: Além de abranger o Distrito Federal (fase I) e o nordeste do Estado de Goiás (fase II), esta o foco do nosso estudo, foram criadas mais duas fases. Em 2001, foi criada a Reserva da Biosfera do Cerrado estendendo-se pelos estados do Tocantins, Maranhão e Piauí (fase III) e, em 2002, foi criada a Reserva da Biosfera do Cerrado abrangendo áreas dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Paraná (fase IV)

4.2 - A Reserva da Biosfera do Cerrado – fase II

Uma parceria entre a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás (SEMARH/GO) e a ONG WWF, com o apoio dos governos municipais da região abrangida, formada a partir de discussões ocorridas na região da Chapada dos Veadeiros desde 1995, foi o início da ação formal que veio a resultar na criação da Reserva da Biosfera do Cerrado (fase II). Como primeiro passo, foi encomendado ao consultor Paulo de Tarso

Zuquim Antas a elaboração da proposta nominal, que contou com o suporte técnico e financeiro do escritório brasileiro da UNESCO.

A proposta foi encaminhada pela SEMARH-GO à Comissão Brasileira do Programa MaB (COBRAMaB) pleiteando a designação da área como Reserva da Biosfera (Paiva,2000). Esta foi aprovada e encaminhada pela COBRAMaB à Comissão Internacional do Programa MaB, e, em outubro de 2000, a UNESCO reconheceu o pleito e declarou como integrante da Rede Mundial de Reservas da Biosfera a Reserva da Biosfera do Cerrado – fase II.

A Reserva da Biosfera do Cerrado (fase II) foi criada tendo três áreas-núcleo: O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), O Parque Estadual de Terra Ronca (PETR), e o Parque Municipal de Itiquira, na cidade de Formosa – GO. Cada uma destas áreas-núcleo tem uma zona de amortecimento.

A zona de amortecimento do PNCV tem a delimitação da APA do Pouso Alto, que engloba inteiramente os municípios de Alto Paraíso de Goiás e Colinas do Sul (excluindo a Reserva indígena dos Avá-Canoeiros), e parte dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás, Nova Roma e São João da Aliança.

A zona de amortecimento do PETR é constituída pela APA de Terra Ronca, que o envolve na sua região sudeste e da Zona de Transição prevista para UCs na Resolução CONAMA nº 13/90.

A zona de amortecimento do Parque Municipal de Itiquira é constituída pelas nascentes do rio Paranã, Lagoas de planalto (Feia e Formosa), e a Área de treinamento do Exército, próximo à cidade de Formosa/GO.

A zona de transição desta RESBIO do Cerrado (fase II) se interliga com a zona de transição da RESBIO do Cerrado (fase I) e envolve a maioria da região nordeste do Estado de Goiás até suas divisas com o Estado do Tocantins.

A Reserva da Biosfera do Cerrado (fase II) veio ressaltar o propósito governamental e comunitário de preservar esta região de cerrado de altitude, que contempla um mosaico de UCs e se constitui na área contínua mais preservada do Cerrado goiano. Além da extrema

importância para a conservação da diversidade biológica, a região proporciona uma oportunidade para a demonstração da implantação do desenvolvimento sustentável em uma escala regional, conforme requisito da UNESCO.

A Reserva da Biosfera do Cerrado (fase II) também atendeu à necessidade de um zoneamento especial requerido pelo Marco Regulatório das RESBIO e foi constituída tendo também como propósito a proteção das UCs de proteção integral existentes na área, bem como a busca da integração das gestões de todas as UCs da região.

As RESBIO não são unidades de conservação. Elas fazem parte dos Espaços Territoriais Especialmente Protegidos (ETEP), os quais incluem as UCs, logo elas não têm a exigência de elaboração de um Plano de Manejo para orientar a sua gestão. Entretanto, todas as RESBIO da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera devem instituir seu Conselho Deliberativo (§ 4º do art. 41 da Lei do SNUC).

Conforme previsto no Decreto nº 4.340/02, que regulamenta a Lei do SNUC, “quando a Reserva da Biosfera abranger o território de apenas um estado, o sistema de gestão será composto por um conselho deliberativo e por comitês estaduais” (§ 1º do art. 43).

O Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do bioma Cerrado ainda não foi instituído. Segundo o site da UNESCO, o Comitê do Estado de Goiás já está em atividade, porém não existem informações sobre a instituição e o funcionamento do comitê nas páginas eletrônicas dos órgãos ambientais do Estado de Goiás, nem nas dos órgãos ambientais federais. Aparentemente houve uma constituição informal do comitê estadual, que atualmente não tem funcionamento. Pelo fato de não ter sido ainda instituído oficialmente o Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Cerrado, nem o comitê do Estado de Goiás, não se pode falar efetivamente de implantação e gestão da Reserva da Biosfera do Cerrado.

Ao exemplificar a proposta de gestão biorregional, numa mudança de escala nas estratégias de conservação da biodiversidade, as RESBIO trazem muitos benefícios. Miller (1997) relaciona quatro deles: em primeiro lugar, as comunidades e órgãos encarregados de manejo podem começar a ter cuidado com as ligações e interdependências entre os recursos e serviços ambientais de seus ecossistemas, com seu trabalho, com o fornecimento de alimentos e o suprimento de necessidades materiais, assim como com o potencial e limites dos seus

habitats. Em segundo lugar, esta abordagem capacita gestores e comunidades a localizar os componentes chaves dos ecossistemas. O que necessitam, como podem ser monitorados e manejados, e como explorá-los de modo sustentável. Em terceiro lugar, os moradores e gestores podem repensar as suas atividades relacionadas à exploração dos recursos naturais, ao uso de terra e águas, levando em conta as mudanças globais e prevenindo-se em relação a prováveis aumentos de chuvas ou de secas, e mudanças locais em habitats e comunidades selvagens. Em quarto lugar, para conseguir lidar com os habitantes que vivem, utilizam ou mesmo cuidam destes ecossistemas que ocupam vastas áreas, as partes interessadas podem examinar seus conflitos sistematicamente (MILLER, 1997, p. 15 e 16).

Por fim, segundo Rodrigues (2001), as RESBIO apresentam grande semelhança conceitual com o mosaico de unidades de conservação, tratado no artigo 26 de Lei do SNUC, o que torna possível a aplicação supletiva das normas de uma categoria à outra sem qualquer prejuízo (p. 461). Esta perspectiva de gestão integrada de áreas protegidas pode, assim, trazer ganhos, tanto para a conservação da biodiversidade, quanto para a geração de alternativas econômicas para as populações locais. Mas, para que isto aconteça ela precisa ser efetivamente implementada.

4.3 - O Corredor Ecológico Paranã-Pirineus

A Lei nº 9.985/00 (SNUC) apresenta a definição de Corredores Ecológicos como porção de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquelas das unidades (§ 2º inciso XIX).

Esta Lei prevê, também, que unidades de conservação devem possuir, quando conveniente, corredores ecológicos (art. 25), os quais devem ser abrangidos pelos respectivos Planos de Manejo das unidades, com o propósito de “promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas” (art. 27 § 1º).

Ainda sobre sua fundamentação legal, o Decreto nº 4.340/02, quando trata de mosaicos de UCs, institui que os corredores ecológicos devem ser reconhecidos pelo MMA e que integram os mosaicos para fins de sua gestão. Estabelece, também, que quando não compuser um mosaico, os corredores ecológicos terão o mesmo tratamento de zona de amortecimento das unidades de conservação por eles interligadas (artigo 11 e parágrafo único).

Segundo Ganem (2007), não é este o projeto desenvolvido pelo IBAMA na constituição de Corredores Ecológicos (ou Corredores de Biodiversidade). Os Corredores Ecológicos previstos no SNUC, como vimos, têm o propósito principal de interligar unidades de conservação. Os Corredores Ecológicos, em implantação no Brasil pelo IBAMA, englobam um mosaico de UCs e zonas de interstício, onde os gestores buscam promover a conservação em áreas públicas e privadas. A autora afirma que “não existe aparato legal para implantação de corredores de larga escala. Portanto, não há normas que regulamentem a criação e implantação desses corredores” (GANEM, 2007, pp.177).

Entretanto, o IBAMA tem agido implantando os corredores ecológicos mais abrangentes, na forma de manejo biorregional, e entre estes estabeleceu o Corredor Ecológico Paranã-Pirineus, que também engloba a Chapada dos Veadeiros.

O Corredor Ecológico Paranã-Pirineus (CEPP) foi resultado de um projeto de cooperação entre o IBAMA e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), implantado entre fevereiro de 2003 e janeiro de 2006. O CEPP envolve um área de aproximadamente 9.973.400 hectares, abrangendo o Distrito Federal, regiões da Serra dos Pirineus, o Vão do rio Paranã, e a Chapada dos Veadeiros, no Estado de Goiás, e áreas do Estado do Tocantins (SEMARH/AGMA/BOURSCHEID, 2005b).

O projeto original previa a obtenção de seis produtos, porém em razão de limitações institucionais do IBAMA, o projeto foi revisado e reduzido para três produtos, executados em duas áreas piloto. A primeira formada pelos seis municípios da Chapada dos Veadeiros (Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul, Nova Roma, São João D`aliança e Teresina), envolvendo o PNCV e a APA do Pouso Alto. A segunda formada por outros nove municípios também no nordeste do Estado de Goiás (Alvorada do Norte, Buritinópolis, Damianópolis,

Flores de Goiás, Iaciara, Mambaí, Simolândia, Sítio d'abadia e Posse), abrangendo a APA Nascentes do Rio Vermelho (JICA, 2006).

Para a execução do projeto foram estabelecidas parcerias com organizações não governamentais como a Conservation International (CI), Fundação Pró-Natureza (FUNATURA) e com instituições de pesquisa como a Universidade de Brasília (UnB) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

A revisão do projeto o estruturou em três linhas de ação: Gestão Integrada, Geração e Organização da informação, e Educação Ambiental. Cada uma dessas linhas de ação visando um produto. A Gestão Integrada visava o estabelecimento de uma rede de articulação entre os diferentes atores, públicos e da sociedade civil, presentes na região (produto 1); A Geração e Organização da Informação visava o desenvolvimento de trabalhos sobre a área em seus aspectos ambientais e sociais (Produto 2); e a Educação Ambiental visava sensibilizar e provocar o envolvimento da sociedade na gestão ambiental de maneira participativa e integrada (Produto 3).

Ganem (2007) apresenta uma análise do Relatório Final do projeto, com a descrição das atividades desenvolvidas para a obtenção de cada um dos três produtos. Destacamos duas delas diretamente relacionadas ao PNCV: A construção da atual estrutura de receptivo do turista no PNCV, com a criação de um Centro Integrado de Atividades Ambientais, e a realização de estudos de identificação, localização e mapeamento das propriedades privadas num raio de 5 km no entorno do PNCV, os quais forneceram informações para subsidiar futura expansão do parque.

O programa do IBAMA de Revisão e Monitoramento de Reservas Legais e das Áreas de Preservação Permanente (PRÓ-LEGAL) também foi apoiado pelo projeto através da análise técnica de imagens de satélite por técnicos do IBAMA e da EMBRAPA (JICA, 2006).

Conforme Ganem (2007), os resultados do projeto demonstraram que a base territorial estabelecida foi muito ampla, o que dificultou a aplicação dos “escassos recursos” destinados à conservação, e que o mesmo “não logrou aumentar a área efetivamente conservada, nos municípios abrangidos”, uma vez que todas as ações desenvolvidas no projeto deveriam ter essa finalidade.

Ganem (2007) ainda destaca a diferença de metodologia entre o trabalho realizado e o aplicado pela ONG Conservação Internacional (CI). Neste “a meta principal de cada corredor é instituir uma rede de áreas protegidas numa paisagem amigável à biodiversidade, com o objetivo de evitar a extinção de espécies, especialmente de populações de espécies ameaçadas”.

O CEPP foi criado para contribuir com a conservação, o manejo e o uso sustentável dos recursos naturais da região por meio da gestão integrada, tendo como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida das populações residentes nas áreas que o compõem (SEMARH/AGMA/BOURSCHEID, 2005b, p. 18).

Assim, o projeto do Corredor Ecológico Paranã-Pirineus realizou atividades, construiu infra-estrutura no PNCV, produziu estudos e levantamentos, realizou seminários, produziu e disponibilizou material informativo e educacional. Todas essas ações foram relevantes, porém fizeram parte de um projeto que aparentemente terminou, deixando alguns benefícios e legando à região da Chapada dos Veadeiros mais um conceito ambiental incidindo sobre sua área. A implementação efetiva da RESBIO do Cerrado – fases I e II, com a implantação de corredores ecológicos (como definidos na Lei do SNUC) entre as áreas núcleo, a gestão participativa destas, das zonas de amortecimento e das zonas de transição, se apresenta como uma maneira de dar continuidade e garantir a consecução dos objetivos do projeto Corredor Ecológico Paranã-Pirineus, integrando estratégias de conservação da biodiversidade que são similares.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como foco algumas áreas protegidas do bioma Cerrado, mais especificamente as unidades de conservação e propostas de manejo biorregional relacionadas com a Chapada dos Veadeiros, uma área singular de cerrado de altitude localizada no Estado de Goiás, no coração do Planalto Central. Estas áreas foram estabelecidas visando a conservação da biodiversidade regional, com perspectivas de oferecer melhoria na qualidade de vida das populações locais e garantir acesso aos recursos e belezas naturais também às futuras gerações.

O estabelecimento de áreas protegidas como estratégia para a conservação da biodiversidade tem se mostrado um dos mais importantes instrumentos para conter a ocupação desenfreada da terra e o uso predatório dos recursos naturais. A instituição destas áreas, entretanto, ainda está aquém do considerado necessário para garantir a preservação dos sistemas ecológicos nos diversos biomas existentes. É sabido que os processos que mantêm a biodiversidade nestas áreas protegidas ocorrem numa escala que vai além delas. Por isso, a combinação de estratégias voltadas para a criação de UCs com outras voltadas para a gestão biorregional podem se configurar como uma solução plausível, desde que implementada.

O processo de implementação destas estratégias vai envolver uma transformação no entendimento e nas ações dos seres humanos, principalmente por parte daqueles que vivem em locais próximos ou no interior destas áreas protegidas e cuja postura de vida afetará, de alguma maneira, a sua efetivação e a garantia da conservação da biodiversidade.

O mero estabelecimento de áreas protegidas tem proporcionado algumas alternativas econômicas, sobretudo relacionadas com o desenvolvimento do turismo, para alguns setores das comunidades locais. Entretanto, a busca da efetivação destas estratégias tem também produzido diversos conflitos e imposto aos poderes públicos o enfrentamento de diversos desafios.

O processo de ocupação da região da Chapada dos Veadeiros foi determinante para que, ainda hoje, grandes áreas naturais permanecessem sem significativa interferência de atividades humanas. Assim, a área da Chapada dos Veadeiros transformou-se em objeto de

interesse do poder público, de ONGs ambientalistas e de iniciativas privadas visando o uso racional dos seus recursos naturais e a conservação da biodiversidade. Estas iniciativas se manifestaram como estratégias de conservação da biodiversidade, por meio de áreas especialmente protegidas, contemplando um mosaico de unidades de conservação e outras áreas estrategicamente geridas.

Estas estratégias carecem, no entanto, de aprimoramento quanto às condições para a efetiva implantação e gestão. Além disso, também carecem de aprimoramento quanto ao monitoramento das ações relacionadas com o manejo integrado das áreas protegidas e dos mecanismos relacionados com a participação social, com a resolução de conflitos e com as oportunidades de desenvolvimento econômico e social.

A área protegida pioneira da região é uma unidade de proteção integral, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - PNCV, que se propõe a garantir a integridade de uma área nuclear do bioma Cerrado, catalisando outras iniciativas de conservação da biodiversidade para seu entorno.

Uma grande área protegida da categoria de uso sustentável, a APA do Pouso Alto, foi estabelecida para servir de zona de amortecimento do PNCV. Ao abranger pelo menos parte dos seis municípios da Chapada dos Veadeiros, a área da APA do Pouso Alto englobou quase todas as iniciativas privadas, as RPPN federais, e as unidades de conservação municipais.

Já são observados, nas iniciativas dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e de Cavalcante, o início da constituição de sistemas municipais de unidades de conservação, frutos importantes das ações para a conservação da biodiversidade desenvolvidas na região.

O aprimoramento destas estratégias de conservação da biodiversidade regional tem passado, atualmente, pela implantação de princípios de manejo biorregional, por meio da instituição da fase II da Reserva da Biosfera do Cerrado, e do Corredor Ecológico Paranã-Pirineus, ambos merecedores de questionamentos sobre os resultados até então alcançados.

Ao analisarmos estas estratégias de conservação da biodiversidade da Chapada dos Veadeiros, e especialmente a possível ocorrência de sobreposição de iniciativas propostas, e a possibilidade de integração da gestão destas, chegamos a algumas conclusões sobre seu

arranjo espacial, sua importância para a conservação da biodiversidade e para as comunidades locais, sobre os conflitos produzidos e os desafios a serem enfrentados para proporcionar efetividade para estas estratégias, e vislumbramos ajustes neste processo, visando garantir a sustentabilidade, a longo prazo, das populações, habitats e ecossistemas desta região do bioma Cerrado.

As implantações individuais das áreas protegidas da região, em sua grande maioria, ainda apresentam grandes deficiências, especialmente em suas gestões participativas, elaboração de seus Planos de Manejo, e no relacionamento com as comunidades de suas circunvizinhanças. Entretanto, as aparentes sobreposições de estratégias se revelaram, pelo menos teoricamente, propostas complementares. A exceção, nesta avaliação, é o Corredor Ecológico Paranã-Pirineus, que se manifestou, como visto, apenas em projetos pontuais e sem continuidade. Como o seu propósito não era interligar unidades de conservação, conforme previsto na Lei do SNUC, ele foi uma proposta de manejo biorregional do IBAMA que não foi adiante, e se o fosse estaria se sobrepondo aos propósitos previstos na instituição da Reserva da Biosfera do Cerrado.

Com o estabelecimento de todas estas estratégias de áreas protegidas na região, ao mesmo tempo em que aumenta o esclarecimento e envolvimento de muitos atores locais, tem aumentado a resistência de tantos outros, com responsabilização de todos os atores envolvidos, sejam públicos ou particulares, pela tênue, quando existente, harmonia na busca da conservação da biodiversidade da Chapada dos Veadeiros.

O PNCV é associado, ainda, por alguns grupos, a ameaças de desalojamento de comunidades pela desapropriação de propriedades rurais para a sua expansão, sem que haja tratamento adequado da questão fundiária na região. A APA do Pouso Alto, também, é muitas vezes associada à ameaça de desapropriação indireta das propriedades rurais através de restrições excessivas em seu zoneamento e do conflito de competência de seu Plano de Manejo com os planejamentos municipais.

Como exemplo do citado acima, a APA do Pouso Alto engloba integralmente a área do município de Alto Paraíso de Goiás. Esse fato coloca a competência municipal de estabelecer o zoneamento de seu território, através de um Plano Diretor, como efetivamente

acontece no caso em questão, em aparente conflito com a responsabilidade da APA do Pouso Alto em estabelecer também um zoneamento em sua área.

Esta situação especial impõe uma reflexão sobre propostas para a solução de conflitos. Um município, com a totalidade do seu território compondo uma UC de uso sustentável, como é o caso de Alto Paraíso de Goiás, totalmente abrangido pela APA do Pouso Alto, poderia ser submetido ao zoneamento estabelecido pela unidade até que produzisse o seu planejamento municipal, o qual seria estimulado. Quando da elaboração do seu Plano Diretor, o zoneamento para orientar o uso de suas áreas, este teria de ser compatível com o zoneamento da unidade.

Diversos outros desafios se impõem e precisam ser enfrentados, como a promoção de um contínuo processo educativo junto às comunidades locais de valorização e respeito à natureza, visando a conscientização para o uso sustentável dos recursos naturais, o efetivo engajamento comunitário, a superação das ameaças às áreas protegidas (fragmentação das áreas naturais, fogo, caça, espécies invasoras, etc) e a resolução da questão fundiária.

A questão da regularização fundiária é um dos pontos principais que, tratada como prioridade, conforme previsto em lei, demonstraria respeito e consideração pelas populações locais, condição essencial para favorecer o envolvimento destas na implantação e gestão das estratégias de conservação da biodiversidade na Chapada dos Veadeiros.

Além do mais, todas as estratégias de conservação da biodiversidade por nós estudadas prevêm o estabelecimento de gestões participativas, cuja efetiva implementação significaria o empoderamento das comunidades locais e o respeito por suas representações da natureza e da sociedade.

Diante do rico arcabouço de estratégias para a proteção da natureza na região, cabe-nos reconhecer que a efetividade de sua aplicação pelos Poderes Públicos, e seu acompanhamento, participação e fiscalização pela coletividade, conforme a responsabilização constitucional (art. 225), proporcionaria uma revolução no planejamento e desenvolvimento da região, nos moldes das propostas do desenvolvimento sustentável.

A amplitude deste arcabouço implica, também, em algumas incongruências, manifestas na disputa de poder entre órgãos ambientais²⁰ e em conflitos entre os diversos atores envolvidos. Estes conflitos são, eventualmente, amplificados em função da frágil articulação entre as instâncias federal, estadual e municipal. Muitos deles ainda são resolvidos pelo princípio da hierarquia dos poderes que, por não priorizar os interesses das comunidades locais, não chegam à efetiva aplicação.

Essas deficiências, entretanto, não inviabilizam as estratégias propostas. Pelo contrário, nos apontam os desafios a serem superados no processo de implementação delas. Uma coordenação e integração destas iniciativas, propostas pelo estabelecimento de uma Reserva da Biosfera e um Corredor Ecológico englobando a Chapada dos Veadeiros, têm apresentado limitações, principalmente pelo fato de serem estratégias que englobam grandes espaços territoriais.

A proposta da oficialização de um mosaico de UCs, o que já ocorre informalmente na região, ofereceria boas condições para iniciar a integração das estratégias já existentes na Chapada dos Veadeiros, ajudando-as na superação de suas atuais limitações e conduzindo a uma implementação efetiva de estratégias mais amplas como a RESBIO do Cerrado – fase II. Aliado a isto, outros tipos de instrumento, como os econômicos, e a efetivação de outras políticas que induzam o desenvolvimento regional, com linhas de crédito especiais e contínuo assessoramento e acompanhamento aos proprietários rurais locais, seriam manifestações de valorização das populações chamadas a participar das ações de conservação da biodiversidade na região da Chapada dos Veadeiros.

Uma combinação entre políticas sociais e econômicas mais amplas, visando o desenvolvimento sustentável da região, e políticas mais específicas voltadas para a conservação da biodiversidade, seria, ao mesmo tempo, a realização efetiva da transversalidade das políticas de governo e a garantia de que as estratégias de conservação da biodiversidade na Chapada dos Veadeiros estariam, mais do que se sobrepondo, se integrando e complementando.

²⁰ Como o Decreto Estadual nº 5.806/2003 que instituiu a Câmara Superior de Unidades de Conservação do Estado de Goiás para, aparentemente, amenizar conflitos entre a Secretaria e a Agência estadual de meio ambiente na coordenação das Unidades de Conservação Estaduais.

FONTES

ALTO PARAÍSO DE GOIÁS (Município). Lei Orgânica Municipal, 1990.

_____. Plano Diretor de Alto Paraíso de Goiás, 2000.

_____. Legislações municipais de Alto Paraíso de Goiás, 1989 a 2006.

BERTRAN, Paulo (org.) – Notícia geral da capitania de Goiás. Tomo I e II. Solo Editores. Goiânia/Brasília, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988. Senado Federal. Brasília, 2005.

_____. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Coletânea de legislação ambiental. Organização Odete Medauar. 6ª edição revisada, ampliada e atualizada. Editora Revista dos tribunais. São Paulo, 2007.

_____. Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. Código Florestal. Coletânea de legislação ambiental. Organização Odete Medauar. 6ª edição revisada, ampliada e atualizada. Editora Revista dos tribunais. São Paulo, 2007.

_____. Lei nº 6.902 de 27 de abril de 1981. Criação de Estação Ecológica e Área de Proteção Ambiental. Coletânea de legislação ambiental. Organização Odete Medauar. 6ª edição revisada, ampliada e atualizada. Editora Revista dos tribunais. São Paulo, 2007.

_____. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Política Nacional do Meio Ambiente. Coletânea de legislação ambiental. Organização Odete Medauar. 6ª edição revisada, ampliada e atualizada. Editora Revista dos tribunais. São Paulo, 2007.

_____. Decreto nº 99.274 de 06 de junho de 1990. Regulamenta a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Coletânea de legislação ambiental. Organização Odete Medauar. 6ª edição revisada, ampliada e atualizada. Editora Revista dos tribunais. São Paulo, 2007.

_____. Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002. Regulamenta a Lei do SNUC. Coletânea de legislação ambiental. Organização Odete Medauar. 6ª edição revisada, ampliada e atualizada. Editora Revista dos tribunais. São Paulo, 2007.

_____. Decreto nº 1.922 de 05 de junho de 1996. Dispõe sobre o reconhecimento de RPPN. Disponível em < <http://www.ibama.gov.br> >. Acesso em 03 de janeiro de 2008.

_____. Decreto nº 5.746 de 05 de abril de 2006. Regulamenta a art. 21 do SNUC (RPPN). Disponível em < <http://www.ibama.gov.br> >. Acesso em 03 de janeiro de 2008.

_____. Resolução CONAMA nº 13 de 06 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a área circundante, num raio de 10 Km, das unidades de conservação. Disponível em <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em 03 de janeiro de 2008.

DECISÃO DO PODER JUDICIÁRIO/GO, Alto Paraíso de Goiás, 2006.

IBAMA/PROAVES – Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Brasília, 1998.250 p.

FRANCO, Virgílio M. de Mello – Viagens pelo interior de Minas Gerais e Goiás. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro,1888.

JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão). Projeto de conservação de ecossistemas do Cerrado: Corredor Ecológico do Cerrado Paranã-Pirineus. Relatório de Avaliação Final. Brasília: JICA BRAZIL, 2006.

SEMA/IBAMA – Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República/ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Orientações básicas ao manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Brasília, 1991.

SEMARH/GO – Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação – Área de Proteção Ambiental Pouso Alto. Goiânia, 2000.

SEMARH/GO – Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação – A Reserva da Biosfera do Cerrado. Goiânia, 2000b.

WWF – Fundo mundial para a natureza – Relatório parcial do Projeto Veadeiros. Brasília, 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Ludmilla Moura de Souza, CAMARGO, Amabilio José Aires (editores técnicos) – Cerrado: Ecologia e caracterização. Embrapa. Brasília, 2004.
- AGUIAR, Ludmilla Moura de Souza, MACHADO, Ricardo Bonfim, MARINHO-FILHO, Jader – A diversidade biológica do Cerrado, in AGUIAR, Ludmilla Moura de Souza, CAMARGO, Amabilio José Aires (editores técnicos) – Cerrado: Ecologia e caracterização. Embrapa. Brasília, 2004, p. 17-40.
- ALBUQUERQUE, José Augusto M. – A construção do espaço na Chapada dos Veadeiros, in DUARTE, Laura M. G. e BRAGA, Maria Lúcia de S. (orgs.) – Tristes Cerrados, sociedade e biodiversidade. Paralelo 15, Brasília, 1998, p. 225-260.
- ARAÚJO, Francisco Uiracy – Política Nacional do Meio Ambiente, in NASCIMENTO, Elimar Pinheiro e VIANNA, João Nildo de Souza (orgs.) - Economia, Meio Ambiente e Comunicação. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 68-84.
- BARROS, Lígia Medeiros Paes – São Jorge: a incorporação da modernidade na fronteira. Monografia. Faculdade de Ciências Sociais – PUC. São Paulo, 2005.
- BENJAMIN, Antônio Herman – Introdução à Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. In: BENJAMIN, Antônio Herman (coord.) – Direito Ambiental das Áreas Protegidas. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2001.
- BENSUSAN, Nurit – Conservação da biodiversidade em áreas protegidas. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006.
- BERTRAN, Paulo – História da terra e do homem no Planalto Central: Ecohistória do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Edição revista e atualizada. Ed. Verano, Brasília, 2000.
- BERTRAN, Paulo – As cimeiras de Goiás e do planalto central brasileiro: resumo de história para sua Área de Proteção Ambiental, in SEMARH/GO – Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação – Área de Proteção Ambiental Pouso Alto. Goiânia, 2000, p. 5-11.
- BRAGA, Maria Lúcia de S. – As políticas desenvolvimentistas e ambientais brasileiras e seus impactos na região dos cerrados, in DUARTE, Laura M. G. e BRAGA, Maria Lúcia de S. (orgs.) – Tristes Cerrados, sociedade e biodiversidade. Paralelo 15, Brasília, 1998, p. 95-123.
- BURSZTYN, Marcel (org.) – A Difícil Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- BURSZTYN, Marcel – Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, in BURSZTYN, Marcel (org.) – A Difícil Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 59-76.

- BURSZTYN, Maria A. A. e BURSZTYN, Marcel – Desenvolvimento Sustentável: biografia de um conceito, in NASCIMENTO, Elimar P. e VIANNA, João N. de S.(orgs) - Economia, meio ambiente e comunicação. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 54-67.
- BURSZTYN, Maria A. A. e BURSZTYN, Marcel – Gestão Ambiental no Brasil: arcabouço institucional e instrumentos, in NASCIMENTO, Elimar P. e VIANNA, João N. de S.(orgs) - Economia, meio ambiente e comunicação. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 85-112.
- DIAS, Rogério – Caracterização da fauna, in SEMARH/GO – Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação – Área de Proteção Ambiental Pouso Alto. Goiânia, 2000, p. 32-44.
- DEAN, Warren – A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.
- DRUMMOND, José Augusto – Devastação e preservação: Os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro. Niterói. EDUFF, 1977.
- DRUMMOND, José Augusto – Conceitos básicos para a análise de situações de conflito em torno de recursos naturais, in BURSZTYN, Marcel (org.) – A Dificil Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 123-148.
- DUARTE, Laura M. G. e BRAGA, Maria Lúcia de S. (orgs.) – Tristes Cerrados, sociedade e biodiversidade. Paralelo 15, Brasília, 1998.
- DUARTE, Laura M. G. – Globalização, agricultura e meio ambiente: o paradoxo do desenvolvimento dos cerrados, in DUARTE, Laura M. G. e BRAGA, Maria Lúcia de S. (orgs.) – Tristes Cerrados, sociedade e biodiversidade. Paralelo 15, Brasília., 1998, p. 11-22.
- DUARTE, Laura M. G. – Politização da questão ambiental entre produtores rurais nos cerrados brasileiros, in DUARTE, Laura M. G. e BRAGA, Maria Lúcia de S. (orgs.) – Tristes Cerrados, sociedade e biodiversidade. Paralelo 15, Brasília, 1998, p. 171-192.
- FARIA, Magda Eva – Agricultura moderna, cerrados e meio ambiente, in DUARTE, Laura M. G. e BRAGA, Maria Lúcia de S. (orgs.) – Tristes Cerrados, sociedade e biodiversidade. Paralelo 15, Brasília, 1998, p. 149-170.
- FELFILI, Jeanine M., REZENDE, Alba V., SILVA JÚNIOR, Manoel C. (Orgs.) – Biogeografia do bioma Cerrado, vegetação e solo da Chapada dos Veadeiros. UnB/FINATEC, Brasília, 2007.
- FELFILI, Jeanine M., RIBEIRO, José F., BORGES FILHO, Henrique C., VALE, Ailton T. – Potencial econômico da biodiversidade do Cerrado: estágio atual e possibilidades de manejo sustentável dos recursos da flora, in AGUIAR, Ludmilla Moura de Souza, CAMARGO, Amabilio José Aires (editores técnicos) – Cerrado: Ecologia e caracterização. Embrapa. Brasília, 2004, p.177-220.

- FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de – A propriedade no Direito Ambiental. Esplanada. Rio de Janeiro, 2004.
- FRANCO, José Luiz A. – A história ambiental no Brasil e seus clássicos in Revista Sociedade e Estado – Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sociedade, Vol XVIII n° 1/2, Ed. Unb, Brasília, 2003.
- FREITAS, Valéria – Relatório parcial do Projeto Veadeiros. Brasília, 2000.
- GANEM, Roseli Senna – Políticas de Conservação da Biodiversidade e Conectividade entre Remanescentes de Cerrado. Tese de doutorado. CDS/UnB. Brasília, 2007.
- GEERTZ, Clifford – A interpretação das Culturas. LTC Editora. Rio de Janeiro, 1989.
- HOROWITZ, Christiane – A sustentabilidade da biodiversidade em unidades de conservação de proteção integral: Parque Nacional de Brasília. Tese de doutorado, CDS/UnB, Brasília, 2003.
- LEITE, Juliana Ferreira – As unidades de conservação estaduais: uma análise da realidade goiana. Tese de mestrado, CDS/Unb, Brasília, 2004.
- LEITE, Juliana Ferreira – Uso e ocupação do solo, in SEMARH/GO – Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação – Área de Proteção Ambiental Pouso Alto. Goiânia, 2000, p. 45-47.
- LEONARDI, Victor – Os historiadores e os rios, natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.
- LIMA, Luiz J. da Cunha – Histórico da criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Alto Paraíso de Goiás, 1999.
- LIMA, Luiz J. da Cunha – Histórico da criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, in SEMARH/GO – Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação – Área de Proteção Ambiental Pouso Alto. Goiânia, 2000, p. 12-15.
- LIMA, Luiz J. da Cunha – Entre cimos nublados uma solidão selvagem, uma corografia contemporânea da Chapada dos Veadeiros, Thesaurus editora, Brasília, 2001.
- LITTLE, Paul E. (org.) – Políticas ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Petrópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003.
- LITTLE, Paul E. – Os conflitos socioambientais: um campo de estudos e de ação política, in BURSZTYN, Marcel (org.) – A Difícil Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 107-122.
- MACIEL, Marcela Albuquerque – As Unidades de Conservação e a Regularização Fundiária: o caso do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros-GO. Monografia de pós-graduação, CDS/UnB, Brasília, 2005.

- MAGNO, Brillhante Ogenis – Gestão Ambiental em Pequenas e Médias Cidades da América Latina. Artigo apresentado na International Conference on Water and Sanitation. Cali – Colômbia, em outubro de 2000.
- MEIÇÓ, Cristiane Abreu - Caracterização dos atores presentes no contexto de implementação da APA do Pouso Alto - GO: Descrição de seus valores e do Capital social. Dissertação de mestrado, CDS/Unb, Brasília, 2006.
- MELO, Neli Aparecida – Desenvolvimento Sustentável no Brasil: dilemas e desafios, in NASCIMENTO, Elimar Pinheiro e VIANNA, João Nildo de Souza (orgs.) - Economia, Meio Ambiente e Comunicação. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 39-53.
- MERCADANTE, Maurício – Democratizando a criação e a gestão de unidades de conservação da natureza. Revista de Direitos Difusos vol. 5, ano 1, p. 557-606. São Paulo, 2001.
- MIRANDA, Heloisa S., SATO, Margarete N., ANDRADE, Saulo M. de A., HARIDASAN, Mundayatan, MORAIS, Helena C. – Queimadas de Cerrado: caracterização e impactos, in AGUIAR, Ludmilla Moura de Souza, CAMARGO, Amabilio José Aires (editores técnicos) – Cerrado: Ecologia e caracterização. Embrapa. Brasília, 2004, p. 69-124.
- MOTA, José Aroudo – O valor da natureza: economia e política dos recursos naturais. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro e VIANNA, João Nildo de Souza (orgs.) - Economia, Meio Ambiente e Comunicação. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro – Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual, in BURSZTYN, Marcel (org.) – A Difícil Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 85-106.
- NOVAES, Pedro da Costa – Da participação ao desenvolvimento: modernidade, cidadania e sustentabilidade na Chapada dos Veadeiros. Dissertação de mestrado, USP, 2002.
- PÁDUA, José Augusto – Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravagista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- PEREIRA, Tarcisio Proença – Definição de objetivos e visão de futuro como contribuição à gestão biorregional no município de Alto Paraíso – GO. Dissertação de mestrado. CDS/ UnB, Brasília, 2000.
- PINTO, Maria Novais (org.) – Cerrado: Caracterização, ocupação e perspectivas. Brasília, Ed. UnB, 2ª edição, 1993.
- REAL, Bismarque Villa – Potencial ecoturístico - SEMARH/GO – Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação – Área de Proteção Ambiental Pouso Alto. Goiânia, 2000, p. 48-50.

- REZENDE, Rosana P., PADUA, Suzana M., FONSECA, Carlos Eduardo L., SOUZA, Camilo C. – Educação ambiental e participação: estratégias para a preservação e para a conservação ambiental, in AGUIAR, Ludmilla Moura de Souza, CAMARGO, Amabilio José Aires (editores técnicos) – Cerrado: Ecologia e caracterização. Embrapa. Brasília, 2004, p. 221-249.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira – Florestas anãs do sertão, o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.
- RIZZO, Ângelo – Caracterização de flora, in SEMARH/GO – Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação – Área de Proteção Ambiental Pouso Alto. Goiânia, 2000, p. 28-31.
- SACHS, Ignacy – Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SACHS, Ignacy – Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SANTIN, Janaina Rigo – O Estatuto da Cidade e a Gestão Democrática Municipal. GIEST, Passo Fundo – RS, 2006.
- SCHENINI, Pedro Carlos, NASCIMENTO, Daniel Trento, e CAMPOS, Edson Telê – Sustentabilidade Sócio-Ambiental na Gestão Municipal. Florianópolis, 2004.
- SILVA, Clarinda Aparecida da – Paisagem- Campo de visibilidade e de significação sociocultural: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e Vila de São Jorge. Dissertação de mestrado. Instituto de Estudos Sócio Ambientais – UFG. Goiânia, 2003.
- SILVA, Cleide Bezerra – Chapada dos Veadeiros: uma utopia em construção ou um novo discurso para velhas práticas, in DUARTE, Laura M. G. e BRAGA, Maria Lúcia de S. (orgs.) – Tristes Cerrados, sociedade e biodiversidade. Paralelo 15, Brasília, 1998, p. 193-224.
- SILVA FILHO, José Carlos Lázaro – Sistema de Gestão Ambiental Aplicado a Prefeituras: Uma nova possibilidade de gestão pública. NITEC/PPGA/UFRGS, Porto Alegre 2004.
- SILVEIRA, Alex R. M. – Vila São Jorge e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: o impacto cultural de um projeto ecológico. Brasília: Unb, 1997.
- SOARES, Carolina Chaves – Reserva Particular do Patrimônio Natural: Unidade de conservação de proteção integral. Monografia de pós-graduação, CDS/UnB, Brasília, 2005.
- TORO A., José Bernardo e WERNWCK, Nísia Maria Duarte – Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: MMA, ABEAS, UNICEF, 1997.
- VEIGA, José Eli da – Meio ambiente e desenvolvimento. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

VEIGA, Tadeu C. – A importância do meio físico na Chapada dos Veadeiros e seu entorno, in SEMARH/GO – Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação – Área de Proteção Ambiental Pouso Alto. Goiânia, 2000, p. 16-26.

WIEDMAN, Sônia Maria Pereira – As Reservas Particulares do Patrimônio Natural. In: BENJAMIN, Antônio Herman (coord.) – Direito Ambiental das Áreas Protegidas. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 2001.

WORSTER, Donald - Para Fazer História Ambiental, in: Revista *Estudos Históricos*, vol. 4, n. 8, Rio de Janeiro, 1991, pp. 198-215.

www.agma.go.gov.br

www.ibama.gov.br

www.ibama.gov.br/parna_veadeiros

www.mma.gov.br

www.semarh.go.gov.br

www.unesco.org.br

ANEXOS

A INFORMAÇÃO GOYANA

Revista mensal, ilustrada e informativa das possibilidades económicas do Brasil Central

Fundador e Director: HENRIQUE SILVA

Director: FRANCISCO T. PALAZZO

"... l'avenir tout entier du Brésil repose dans ses plateaux et dans ses fleuves". — Alfred MAIR — Le Brésil, économie à travers ses 20 gouvernements.

ANNO XI

RIO DE JANEIRO, JUNHO DE 1928

VOL. XII — N. 11

Correspondência para a rua Senador Pompeu, 226

A cultura do trigo em Goyaz

Na era colonial e "post-data"

O illustre agrônomo Dr. A. Gomes Carmo, no seu importante ensaio "O Problema Nacional da Cultura do Trigo", escreve:

"São innumeros e fidedignos os documentos referentes á cultura e commercio do trigo nas antigas Capitánias hoje Estados de Minas Geraes, Goyaz, S. Paulo e Rio Grande do Sul, desde o meiado do século 18^a, até o primeiro quartel do século passado; porém, por mais cuidadosa e insistente que hajam sido as nossas pesquisas não nos foi dado descobrir onde e quando se fizeram os primeiros ensaios de cultura do trigo no Brasil.

Nem cremos seja possível encontrar documentó algum comprobatorio de tal facto."

Quanto a Goyaz — e aqui na "Informação" é só pedir por bocca — vamos satisfazer a justa curiosidade do nosso prezado amigo e collaborador.

Foi na villa de Cavalcante onde, na então Capitania dos Goyazés, que se fizeram os primeiros ensaios da cultura do trigo. As sementes foram trazidas do Egypto, directamente, por uma familia egypciána, que desembarcara na Bahia e d'ahi procurou Goyaz, subindo pelo S. Francisco até a confluencia do rio Carinhonha, que subira até suas nascentes no Registro de Santa Maria, sobre a Serra Geral que servia de limites ás duas Capitánias. Vêr "Cartas Soteropolitanas" de Vilhena, onde vem o itinerario da Bahia áquella localidade goyana. Esses emigrantes egypciános entraram em Goyaz, através do Vão do Paranán, no anno 1738 e lançaram desde logo áquella terra dádivosas sementes que traziam do rico cereal.

Documento comprobatorio de tal facto existe na "A Notícia Geral da Capitania de Goyaz", codice mánuscripto existente na Bibliotheca Nacional, e o comprova a tradição, nos casos omisso pelos antigos chronistas. A tradicional villa de Cavalcante, celebre pelas suas riquissimas minas de ouro, fica na Chapada dos Videiros, de cujas condições climáticas diz o Dr. A. de Azevedo Fimentel, medico hygienista que foi das duas Comissões do Planalto:

"O Chapadão dos Videiros, em pleno centro de Goyaz, com 1600 metros de altitude, é o lugar especial para o melhor sanatorio no futuro, como temperatura média annual de 15°50 a 16°0, e de pressão barometrica de 628 millímetros, e fraca tensão atmospherica."

Onde, pois, se encontrar melhor clima no Brasil inteiro para a cultura do trigo?

No entanto, o Rio Grande do Sul, pelas suas proclamadas e decantadas condições climáticas... nas gazetas cariocas — continua a ser em proximo futuro que não chega nunca, "é farto celeiro do trigo" de que tanto precisa o país.

Sabe-se, assás, que foi a "ferrugem" que fez cessar a cultura do trigo no Rio Grande do Sul no começo do século

passado. Pois bem, em Goyaz essa praga continha desconhecida, porque lá nunca vingou — nem ella nem a do algodão que o ministerio da Agricultura sollicitamente mandou distribuir aos agricultores da grande Matado Central, ha quatro annos passados. Para isso o nosso departamento official serve, e a prova está na escolha dos seus superintendentes... que tudo sabem, menos das possibilidades agricolas do Estado de Goyaz.

Para que dar nomes aos bois?

Voltando ao nosso assumpto:

Lançadas ao solo as sementes trazidas do Egypto, o trigo produziu excellentemente, dava para o consumo interno da Capitania, e as sobras eram exportadas para a Bahia e Rio de Janeiro, que por seu turno as remetiam para o estrangeiro. O velho historiador Vieira Fazenda alcançara no Caes dos Mineiros um armazem da Alfandega que guardava o trigo procedente de Goyaz.

A causa ou causas da decadencia da cultura do trigo naquellas partes de Goyaz só podem e devem ser procuradas nos informes que se lêem no "Serviço de Inspeção e Defesa Agricolas de Goyaz 1910—1912", publicação do Ministerio da Agricultura:

"O municipio de Cavalcante já teve sua época de prosperidade, quando estava em actividade o serviço de mineração de ouro e as culturas do café e trigo. O abandono da primeira industria, a principal, concorreu para o aniquillamento da segunda e, com a liberdade dos escravos, por certo, teria a sorte de "São Felix" se ao lado dessas culturas, não se levantasse a industria pastoril.

Os moinhos em que se beneficiava o trigo cultivado na vizinhança, pertenciam a senhores de muitos escravos; uma vez libertos estes, tudo foi por terra; nem mais se concertaram os regos d'agua, os moinhos pararam e as trigaeas desapareceram.

Produção de cereaes — Uma medida de sementes (quatro litros) de trigo que chamam do Egypto, produz um alqueire de 128 litros, ou sejam 32 litros por um. A cultura desse trigo ha tanto tempo feita em Goyaz, demonstra a capacidade das terras do Estado para cultura desse cereal precioso."

Com effeito, no documento atraz alludido se lê:

"Tem em distancia de 9 leguas da villa o engenho de São Lourenço, que possui Antonio Barradas Fontes, em que fabrica com 100 escravos, trigo, etc.

O do Bom-Successo, que possui o Capm. Juiz Ordinario Antonio Roiz Pereira, em que fabrica com 12 escravos trigo, etc." bem assim a menção de mais uma dezena de engenhos — "que fabricavam sufficiente trigo".

No proximo numero desta revista, continuaremos.

Henrique Silva.

FUNDAÇÃO COIMBRA BUENO PELA NOVA CAPITAL DO BRASIL

RADIO BRASIL CENTRAL — JORNAL DE BRASÍLIA

AVENIDA ANFANGUERA, 71 — TEL. 2991

Goiânia — Est. de Goiás

AVENIDA RIO DE JANEIRO, 120 - B/514 — TEL. 22-5711

Rio de Janeiro — E. de Guanabara

Of. 96.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1960.-

Excelentíssimo Senhor
Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira
Digníssimo Presidente da República
Brasília - DF.

REP.: Sugestão para criação imediata
do Parque Nacional da Chapada
dos Veadeiros.-

Senhor Presidente,

Reiteramos os termos de nossa carta de 4 de outubro de 1960, na qual solicitamos apoio para a sugestão expressa em carta que dirigimos à Organização das Nações Unidas (Cópia anexa).

2. Honra-nos informar que recebemos resposta da O.N.U., concordando com nossa proposição de ser estudada a localização da nova sede desse Organismo no Planalto Central Brasileiro, na hipótese de que as Nações Unidas venham a se decidir a abrir debate em torno do assunto.

3. Em face dessa resposta (cópia anexa), pedimos vênias para sugerir a Vossa Excelência a criação, desde logo, do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

4. A imediata criação deste parque se justifica plenamente como uma decorrência da transferência da Capital Federal para Brasília, e em vista dos excepcionais valores naturais, que nele deverão ser preservados, tanto mais que poderá, numa pequena extensão, congrega as paisagens típicas, a flora e a fauna tanto do Planalto Central como da Planície Amazônica.

5. O assunto vem sendo objeto de mensagens e providências do Governo de Goiás, há mais de dez anos, infelizmente ainda sem sucesso.

6. A oportunidade de sua criação já é premente, em face do fato da valorização de terras que vem sendo provocada pela presença de Brasília.

7. O fato novo, da possibilidade de localização da futura sede da O.N.U., é outra razão em favor da sua criação, pois preservando essa área que foi uma das indicadas para a localização de Brasília, e dando prosseguimento à nossa sugestão, poderá o Brasil conquistar uma posição muito conveniente para a hipótese de vir a ser aberto o debate em torno do assunto, em futuras Assembléias das Nações Unidas.

8. De resto, a sede da O.N.U. na bela hipótese de aí vir a se localizar, em nada prejudicaria a imponência da natureza, que continuaria racionalmente preservada, eis que uma das condições oferecidas é a de um largo cinturão em torno da nova sede, preservado de aglomerações humanas.

9. Insistimos na premência de ser promovida a imediata desapropriação das áreas não devolutas, pois a especulação imobiliária, que já se processa no Planalto Central, deverá em breve atingir a Chapada dos Veadeiros, e será sem dúvida muito agravada com a divulgação da reformulada resposta da C.N.U. à nossa sugestão, divulgação que temo, conseguido conter atendendo a esse perigo, mas que inevitavelmente acabará por transpirar.

Cordiais Cumprimentos,

Abelardo Coimbra Bueno

Anexos:

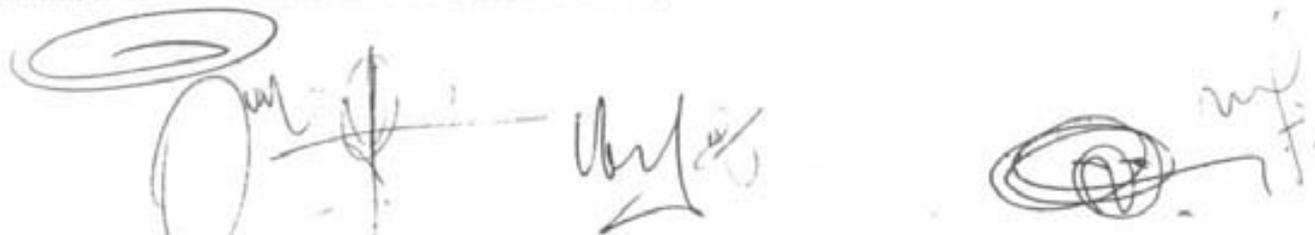
- a) Carta ao Sr. Secretário Geral da O.N.U.
- b) Carta ao Chefe do Centro de Informações da O.N.U., no Brasil.
- c) Carta ao Senhor Nikita Khrushchev.
- d) Carta ao Senhor Presidente da República, Doutor Juscelino Kubitschek.
- e) Carta ao Senhor Embaixador dos Estados Unidos da América do Norte.
- f) Carta ao Senhor Presidente dos Estados Unidos da América do Norte.
- g) Projeto nº 1.772-1960, que declara de utilidade Pública a "Fundação Coimbra Bueno Pela Nova Capital do Brasil".
- h) Resposta da O.N.U. à Fundação Coimbra Bueno Pela Nova Capital do Brasil.
- i) Resposta do Senhor Embaixador dos Estados Unidos da América do Norte à "Fundação Coimbra Bueno Pela Nova Capital do Brasil".

PARECER - 002/2001 - CONPARQUE

Parecer do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - CONPARQUE, em reunião realizada dia 25/11/01, em Colinas do Sul GO

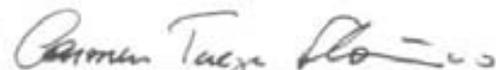
O Conselho Consultivo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - CONPARQUE, em razão de problemas levantados com a ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - PNCV afirma:

1. Sua reprovação à forma apressada com que membros foram levados a assinar documento de apoio à ampliação sem o fornecimento da respectiva proposta elaborada pela Diretoria de Ecossistemas do IBAMA;
2. Necessitar de informações do IBAMA/DIREC a respeito da consulta pública exigida pelo Art. 22 da Lei do SNUC (9.985/2000) e indaga se as assinaturas coletadas às pressas em agosto/2001, foram utilizadas em substituição à mencionada consulta citada nos parágrafos 2º e 3º;
3. A importância de aspectos discutidos na Reunião do CONPARQUE de 13/09/01, que constaram da ata respectiva e que precisariam ter sido considerados na ampliação do PNCV:
 - a) soluções adequadas para a questão social gerada pela ampliação;
 - b) atenção especial às pessoas residentes na área;
 - c) alocação de recursos para garantia de qualidade de vida e renda das pessoas atingidas pela ampliação;
 - d) aporte de recursos financeiros, materiais e humanos para a adequada administração do PNCV e atendimento à demanda ampliada de visitação ao Parque;
 - e) atenção especial a Teresina de Goiás, em razão de sua área territorial ter sido reduzida também pela demarcação do território kalunga e correr o risco de nova redução gerada pela construção da represa do funil;
 - f) realização de estudos sobre a prática de atividades ecoturísticas, inclusive esportes radicais, na área ampliada, visando o incremento dessas atividades;
 - g) desenvolvimento de ecoturismo de base comunitária como instrumento de preservação da nova área.
4. Embora sabendo do impedimento legal à criação de RPPNs após a decretação da Unidade de Conservação, o Conselho ratifica proposta registrada na Ata de Reunião de 12 e 13/09/01, antes do Decreto de ampliação, e solicita a adoção desta importante solução preservacionista por envolver proprietários com a conservação e reduzir despesas com desapropriações e manutenção da área ampliada;
5. Da necessidade de se promover, mesmo que sem embasamento legal, alterações nos limites da área do novo PNCV de forma a superar impropriedades passíveis de serem eliminadas com pequenas mudanças, envolvendo inclusão e exclusão de áreas;



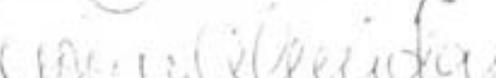
6. Ao IBAMA/DIREC, que não convém a repetição, em outras oportunidades, da forma como a ampliação do PNCV foi conduzida: apressada e com falta de informações aos conselheiros e à comunidade.

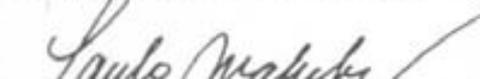
E.T.: Nem todos os itens supra citados obtiveram aprovação unânime dos Conselheiros presentes à reunião, estando sua discordância registrada na ATA anexa.


Carmen Florêncio (IBAMA)


Regina Nascimento (IBAMA)


José Luciano Machado (ACVCEV)


Rosa de Almeida (SERVITUR)

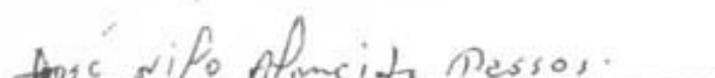

Paulo Maluly (OCA-BRASIL)


Antonio Hindemburgo (Assoc. Com. de Alto Paraiso)


José Batista Viera (ACORDO CERRADO)


Luis Lima (ACORDO CERRADO)


Carlos Eduardo (Prefeitura de Alto Paraiso)


José Nilo (Prefeitura de Colinas)


Josinei Coelho (Assoc. de Moradores de Colinas)


Horley Luzardo (Assoc. AMOR)

INFORMAÇÕES E ORIENTAÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO DE CONSELHOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais.

A Lei nº 9.985, de 18/07/00, instituiu o SNUC, estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Assim, a instituição dos Conselhos Consultivo e Deliberativo das unidades de conservação são regidos por essa lei e pelo decreto que a regulamentará, ora em elaboração.

O QUE É O CONSELHO CONSULTIVO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, OU DO PARQUE NACIONAL CHAPADA DOS VEADEIROS?

- É a união dos diversos atores (Estado e sociedade) presentes na área e que têm interesse na conservação do parque, com vistas à definir e implementar ações que busquem a manutenção da sua qualidade ambiental e a melhoria de vida dos habitantes que residem na sua área de influência.

QUEM SÃO OS POTENCIAIS MEMBROS DO CONSELHO?

- instituições públicas responsáveis pela ocupação do solo e pelo uso dos recursos naturais.
- instituições públicas relacionadas à educação, à cultura, e aos interesses indígena, turístico, arquitetônico e arqueológico.
- órgãos ambientais estadual e municipais.
- populações locais e suas organizações representativas.
- proprietários de imóveis no interior da unidade e no seu entorno.
- associações da sociedade civil que venham realizando trabalhos relevantes na região.
- universidades e instituições de pesquisa.
- empresas privadas, cujos objetivos se coadunam com a conservação, proteção, e manejo sustentável dos recursos naturais.

QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DO CONSELHO?

- agregar apoio político e institucional à gestão do parque, fortalecendo a execução das ações à ele direcionadas;
- obter a contribuição de cada parceiro, ou ator, na gestão e no manejo do parque, mediante atribuições previamente estabelecidas entre as partes;
- auxiliar na sensibilização das populações locais e regional sobre a necessidade da conservação do meio ambiente e da natureza, para a garantia da qualidade de vida atual e futura; e,
- proporcionar a inserção do parque no desenvolvimento sócio-econômico da região.

QUAIS SÃO AS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO?

- incentivar, discutir, propor e acompanhar a elaboração, implementação e revisão do plano de manejo, bem como a gestão da unidade, garantindo o caráter participativo e fomentando a sua integração com o entorno;
- emitir parecer sobre o plano de manejo antes de sua aprovação pelo órgão administrador da unidade;
- analisar e manifestar-se, sempre que solicitado pelo órgão administrador da unidade, sobre obras ou atividades potencialmente causadoras de impactos na unidade, no seu entorno, ou no corredor ecológico, propondo medidas mitigadoras e compensatórias;
- apreciar o orçamento da unidade, receitas e despesas, e o relatório financeiro a ser elaborado anualmente pelo órgão administrador;
- diligenciar para que a referida unidade cumpra suas finalidades com a participação e o envolvimento dos órgãos competentes e da população local;
- compatibilizar os interesses dos diversos atores sociais envolvidos com os objetivos da unidade e seu entorno;
- zelar pela transparência da gestão e tomada de decisões que afetam a unidade;
- buscar a integração da unidade com as demais unidades de conservação, quando existir, e com a região como um todo;

- sugerir critérios para a eventual seleção de OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Lei 9.790 de 23/03/99) - com a qual poderá ser estabelecido Termo de Parceria para a gestão delegada da unidade.

OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE O CONSELHO

- o Conselho é consultivo;
- ele é presidido pelo órgão responsável pela administração da unidade;
- o vice-presidente e o secretário executivo são eleitos entre os membros do conselho;
- a indicação de representantes titulares e suplentes da sociedade civil para compor o conselho será feita pela própria organização, solicitada pela administração da unidade;
- a representação dos órgãos públicos não poderá superar 50% do total de membros. Sempre que couber, deverá contemplar os órgãos ambientais dos três níveis de governo;
- o mandato dos conselheiros é de dois anos e não é remunerado; e,
- o Conselho se reúne ordinariamente pelo menos uma vez por semestre, e extraordinariamente sempre que necessitar.

PASSOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO

- Mobilização - compreende o início do processo de participação. Caracteriza-se, inicialmente, pela identificação dos atores sociais e governamentais com inserção na UC ou que têm interesse na sua conservação. Posteriormente, é mantido contato com cada um dos atores para transmitir informação preliminar sobre o Conselho. Em seguida, são programadas reuniões com o conjunto dos atores para o aprofundamento das informações e discussão ampliada.
- Formalização - compreende a criação formal do Conselho: a composição, pela designação dos seus membros, a publicação da portaria de criação e o regimento interno elaborado.
- Consolidação - compreende o funcionamento do Conselho e os ajustes posteriores.